A CLASSE OPERÁRIA

ANO II — RIO DE JANEIRO, 9 DE AGOSTO DE 1947 — NÚMERO 85

DEFENDER A ORDEM E' Lutar Pela Constituição

Falando da tribuna do Senado para todo o povo brasileiro, Luiz Carlos Prestes aniquilou completamente certas calúnias sôbre os comunistas, que mais insistentemente vinham sendo difundidas pelos rancorosos inimigos do povo.

Acusam os comunistas de conspirar contra a ordem. E, afundando-se no ridículo de absurdas incoerencias, os caluniadores ligam à «conspiração vermelha» os pessedistas, em Pernambuco; os udenistas, em Alagôas; os republicanos, no Maranhão; os ademaristas, em São Paulo; os queremistas, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul.

Se essa campanha de mentiras visa impressionar o povo, está claro que falhou o seu objetivo. As grandes massas populares, nesses meses após a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista, amadureceram politicamente com grande rapidez e sabem ler às avessas o sujo noticiário da imprensa vendida. O que essa campanha de mentiras visa, na verdade, é criar um clima de intranquilidade, no qual possa ser desfechado um golpe fascista, que liquide os rostos das liberdades democráticas e instaure no país a feroz ditadura dos agentes do imperialismo ianque.

Os conspiradores não se encontram entre os comunistas, mas no seio do próprio govêrno, disse Prestes. São os homens do pequeno grupo fascista, que cerca o general Dutra, aqueles que ameaçam a ordem constitucional.

O problema da ordem tem sido uma preocupação fundamental dos comunistas, ainda antes da sua vida legal no país. Nos documentos oficiais do Partido, muitas vêzes foi afirmada de maneira clara a necessidade de ser criado no Brasil um clima político de ordem e tranquilidade a fim de que pudessemos, democrática e pacificamente, encaminhar de maneira unitária e progressista os gravíssimos problemas nacionais. Os comunistas não são pacifistas por princípio. Sabem que, em determinadas ocasiões históricas, contra a violência da classe dominante deve a classe dominada responder com uma violência mais poderosa ainda. Mas os comunistas por princípio mesmo, não têm a mania das soluções violentas.

No mundo do após-guerra, encaram, com todo o realismo, fiéis aos princípios marxistas e leais diante das massas e das outras correntes políticas, a possibilidade de marchar pacificamente, através da democracia, para o socialismo.

Quando surgiram à vida legal, os comunistas combateram intransigentemente o golpismo. O país, entretanto, vivia ainda sob o regime ditatorial da Carta para-fascista de 37. Não podia ser essa Carta reconhecida por nenhum democrata como padrão da ordem. O Partido Comunista lutou, por isso, por uma Assembléia Constituinte e pela conquista de uma Constituição democrática. O trabalho de ela-

(Conclui na 10.ª pág.)

Lutar Pela Frente Única é o Dever Patriótico De Todas As Correntes Políticas

A REALIDADE NACIONAL EXIGE A UNIÃO DOS PARTIDOS, ACIMA DE QUAISQUER DIVERGÊNCIAS, A FIM DE RESTAURAR A ORDEM CONSTITUCIONAL E ENCAMINHAR A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ECONÔMICOS DO PAÍS

A necessidade de uma frente única de tôdas as fôrças democráticas em nosso país se impõe cada dia que passa. As grandes massas populares, e em particular os trabalhadores, que mais sofrem os efeitos do descalabro econômico e financeiro que atravessamos, sentem a impossibilidade de soluções justas e democráticas para os grandes problemas nacionais sem antes se constituir uma poderosa frente única que se mostre capaz de derrotar a camarilha fascista do govêrno.

Os comunistas, que se têm batido incansàvelmente pela frente de tôdas as fôrças democráticas e progressistas, não podem ser acusados de ambicionar postos de govêrno, ministérios ou sinecuras. Lutam pela frente única por que assim o exigem os trabalhadores e o povo, o progresso do país e o bem-estar das grandes massas. Representando o setor mais avançado e esclarecido da classe operária, grandes camadas populares e progressistas, conhecem de perto suas necessidades.

Na base de um estudo realista da situação nacional, os comunistas compreendem que sem essa frente única, sem a cooperação de fôrças políticas representativas de tôdas as classes sociais, impossível será a solução dos magnos problemas da Nação.

O recente discurso de Prestes no Senado, ao mesmo tempo que desfez as mais sórdidas provocações contra os comunistas, desmascarou os verdadeiros conspiradores contra a Ordem e a Constituição, contra a legalidade, enfim. Quem conspira não são os comunistas, pois dêles apenas fala, sem citar fatos, apenas mentindo e caluniando, um pequeno grupo de fascistas notórios. Quem conspira é o próprio grupo fascista infiltrado no aparelho estatal, que forja novos "planos Cohen", trata de espoliar mandatos que o povo conferiu aos comunistas, elabora monstruosa "Lei de Segurança" e aumenta a exploração e a miséria das massas populares.

Êsse desmascaramento dos provocadores feito por Prestes, no Senado, seguiu-se às maiores derrotas da camarilha fascista em um de seus terrenos da luta anti-comunista: o terreno dos "meios legais", uma vez que reconheceu o T.S.E. sua incompetência para cassar mandatos de parlamentares. Apesar de derrotada, a camarilha fascista não abandonou nenhuma posição e continua intransigente em seus objetivos anti-democráticos. Surge entretanto nova tentativa de cassação dos mandatos dos representantes comunistas pela direção nacional do PSD, esperando contar com a colaboração da UDN. Querem agora "forçar a porta", como denuncia um deputado pessedista, o sr. Vieira de Melo. O fato é ilustrativo do desespêro em que se encontram os senhores do grupo fascista, abandonando os mais sérios problemas econômicos e financeiros do país para mergulhar no charco da politicagem, onde manobram os baixos interêsses dos grandes negócios, os senhores dos lucros extraordinários, os agentes do capital financeiro ianque, tratando de abrir caminho para o monopólio do nosso petróleo, das nossas minas de ferro, da nossa produção de aço.

E o sr. Ivo d'Aquino, com a sua tradicional miopia política, sua reconhecida madiocridade, indignado porque Prestes não conspira, mas, ao contrário denuncia a verdadeira conspiração, responde ao patriótico apêlo de Prestes com insultos e calúnias forjadas pelos srs. Costa Neto & Companhia, exibindo o "processo" contra o líder comunista numa ameaça terrivelmente ridícula...

De ameaças, portanto, está vivendo o grupo fascista. Ameaça os representantes comunistas de cassar seus mandatos. Ameaça Prestes de processá-lo, porque identificou o govêrno Dutra, que rasgou a Constituição, como uma ditadura. Ameaça todo o povo brasileiro com uma nova Lei de Segurança.

E' claro que tantas ameaças revelam desespêro, revelam fraqueza. Mas, desde que o grupo fascista continua em posições chaves da administração, dispõe de bancos e do apoio de grupos financeiros que querem colonizar o nosso país, não podemos receber essas ameaças com simples ironias e mofas.

Eis porque nos batemos pela frente única de tôdas as fôrças democráticas e progressistas. Estamos certos de que essa frente única abrirá o túmulo do grupo fascista, será o dobre de finados da "Lei de Segurança" com a qual se pretende liquidar os restos de liberdade democrática que usufruimos. A frente única será a volta ao império da lei, o restabelecimento da Constituição em todos os seus dispositivos, o direito garantido a todos de professarem qualquer credo político, de se constituirem em partidos, de se reunirem livremente, pois só numa verdadeira democracia poderemos encaminhar a soluções justas os mais urgentes problemas do povo.

No entanto, sabemos, por experiência que nos [illegible] o Estado Novo, nem a frente única, nem o restabelecimento da legalidade democrática, nem o encaminhamento das soluções aos graves problemas nacionais, nada disso será conseguido sem luta enérgica, firme, ininterrupta, luta de massas organizadas, demonstrando repulsa às manobras do grupo fascista e apoiando decididamente as soluções democráticas que estão a exigir os problemas políticos e econômicos nacionais. A solução dêsses problemas, inclusive os econômicos é indiscutível e fundamentalmente uma solução política. Enquanto o pequeno grupo fascista tiver preponderância no govêrno do sr. Dutra, enquanto reconhecidos ini-

(Conclui na 10.ª pág.)

A COVARDIA POLÍTICA Do Sr. Adhemar de Barros

O Sr. Adhemar de Barros, durante a campanha eleitoral, prometeu respeitar a Constituição, garantir as liberdades democráticas e lutar por melhores condições de vida para o povo. Comprometeu-se em documento público, reconhecer o pleno direito do Partido Comunista à existência legal.

Hoje, pode o povo paulista verificar a distância entre as promessas e os atos do Sr. Adhemar. E' uma distância que equivale a um abismo. A covardia política do Sr. Adhemar consiste, fundamentalmente, na sua capitulação diante da camarilha fascista, tática que julga suficiente para assegurar a sua permanência no govêrno paulista. Na realidade, porém, está cavando a própria ruina. Sem o apoio popular que o levou aos Campos Elíseos, o Sr. Adhemar acabará por se transformar num fruto completamente pôdre, que o grupo fascista balançará facilmente do galho governamental, substituindo-o por um elemento da direta confiança do Catete. O governador paulista, no próprio interêsse da defesa legal do seu govêrno, deveria reforçar as suas ligações com as massas populares, garantir o respeito constitucional às liberdades democráticas e contribuir para forjar em São Paulo uma frente única de homens e partidos, que salvaguarde intransigentemente a autonomia do Estado.

O governador paulista tomou, entretanto, o caminho oposto, trilhando os atalhos sinuosos da capitulação, que poderão levar a ataque intervencionista contra São Paulo e ao suicídio político do Sr. Adhemar.

No Estado de São Paulo existe, hoje, o pior clima ditatorial do país, em certo sentido mais odioso ainda do que o de Alagôas, onde domina um tiranete irresponsável, aliás amigo pessoal do Sr. Adhemar. Enquanto no Distrito Federal, apesar de tôda a reação policial, ainda se realizam passeatas, conferências e palestras, no mesmo tempo em que os comunistas fazem comícios diários na capital e nos municípios do interior do Estado do Rio, quando, enfim, na Bahia, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em quase todo o país ainda existe, apesar de muitas restrições, o direito de reunião, em São Paulo o mais importante Estado brasileiro, êsse direito foi inteiramente abolido. Não apenas os comícios e passeatas, mas até simples reuniões populares em recinto fechado, estão proibidos, sem exceção. Os deputados comunistas, num desrespeito às suas imunidades, vêm sendo sistemàticamente impedidos de falar ao povo, sob a coação frequente de verdadeiros batalhões policiais. O que existe em São Paulo é, sem dúvida, um verdadeiro estado de sítio não declarado, que teve um dos seus pontos altos no espancamento do Largo da Concórdia.

Está claro que uma política reacionária dêsse tipo não constitui uma coisa isolada e eventual, porque, de fato, se liga a uma ofensiva contra as condições de vida já terrivelmente baixas do povo paulista. O Sr. Adhemar de Barros, aliando-se aos grandes banqueiros e industriais, trai a promessa, que contraiu durante a campanha eleitoral, de lutar pela solução dos problemas econômicos do povo paulista. E o exemplo mais frizantes está no aumento absurdo das passagens de bonde e ônibus, ato ao qual o povo respondeu de maneira espontânea, sem poder reprimir a justa indignação que os atentados imorais do governo paulista vinham provocando.

O Sr. Adhemar deve reconhecer, na prática, os erros da sua política. O mesmo povo, que ontem aplaudia as suas promessas eleitorais, hoje o despreza e o tem como covarde. O povo paulista, que posaui grandes tradições de luta pela democracia, saberá responder, através de todos os recursos legais, aos atos de traição do governador do Estado.

"Estamos Prontos A Colaborar Com Todos Para O Retorno A' Constituição"

★

LEIA, NA 5.ª PÁG., O MAGISTRAL DISCURSO PRONUNCIADO POR LUIZ CARLOS PRESTES, NO DIA 6, NO SENADO DA REPÚBLICA.

★

OS VERDADEIROS CONSPIRADORES SÃO OS ELEMENTOS DO GRUPO FASCISTA — OS COMUNISTAS CONTINUAM NA DEFESA DA ORDEM CONSTITUCIONAL — O SOCIALISMO ESTÁ' VITORIOSO, MARCHANDO, EM CADA PAÍS, ATRAVÉS DE CAMINHOS ESPECÍFICOS — FORMAÇÃO DE UMA AMPLA COMISSÃO INTER-PARTIDÁRIA PARA RESOLVER OS GRAVES PROBLEMAS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO POVO BRASILEIRO

OS VERDADEIROS INTERESSADOS NOS PROJETOS DE DESMEMBRAMENTO DA ALEMANHA

Por A. LEONIDOV
(da revista "Tempos Novos")

N.R. — Publicamos, a seguir, a primeira parte de um artigo do comentarista soviético A. LEONIDOV, lançado, pela primeira vez, na revista «Tempos Novos», de Moscou.

Existe atualmente em diversos países uma multidão de pessôas, que lançam alegremente projetos de desmembramento de Estados. Chega já a ser mania. O mapa na mão, elas estão sempre prontas a mostrar como tal ou qual país pode ser dividido em dois, em três ou mais Estados, conforme os gostos. As noções de povo, nacionalidade, vontade da população, não existem para esta gente. Por outro lado, palavras como "mercado", "ações", "esfera de influência" ocupam um lugar de destaque em seu vocabulário político. Estes retalhadores de Estados pertencem às profissões mais variadas. Alguns são homens públicos influentes; outros dirigem grandes empresas industriais ou financeiras; outros ainda envergam a batina dos prelados católicos. Mas os fins visados por suas elocubrações geográficas são, no fundo, quase idênticos.

A opinião pública soviética sempre condenou firmemente tôda tentativa destinada a fracionar artificialmente tal ou qual povo, a criar Estados pouco viáveis, Estados fantoches nos quais a função dirigente é geralmente exercida pelos monopolistas estrangeiros da indústria e das finanças.

Nos últimos tempos, tôda uma coleção de variantes do desmembramento da Alemanha surgiu à tona. Os projetos afluem vindo da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Holanda, da União Sul-Africana e de outras partes.

Um fato indiscutível é o de que, à exceção de um punhado de políticos [illegible] e de negocistas [illegible] mais hábeis que perseguem objetivos estreitamente egoístas, o povo alemão não deseja o esfacelamento de seu país. Não acreditamos também que os ingleses e americanos estejam realmente interessados em uma tal dissecação que não pode senão excitar mais uma vez o chauvinismo alemão. Mas quem é, então, que deseja o desmembramento do Estado alemão? Quais são as verdadeiras origens destes projetos? Quais são os seus verdadeiros animadores?

A análise das fôrças econômicas e políticas que sustentam com o maior zêlo todos êsses projetos, mostra-nos que seus animadores são os seguintes:

Em primeiro lugar, os círculos dirigentes da indústria pesada da Inglaterra do Norte, agrupados em torno dos monopolistas da famosa "clique de Birmingham". Estão ligados à finança da City e aos dirigentes do Partido Conservador.

Em seguida, o grupo católico norte-americano, unido ao Vaticano pela Ordem dos Jesuítas e por diversas organizações católicas reacionárias da Europa, e, por outro lado, aos poderosos círculos financeiros e políticos norte-americanos. Este grupo está ligado ao Banco Morgan e exerce sua influência por intermédio do clã do cardeal Spellman e de Myron Taylor e de seus agentes no Departamento de Estado e no Estado-Maior Geral.

Enfim, os donos da indústria pesada francesa agrupados em torno dos magnatas lorenos do aço e, particularmente, ao redor da família De Wendel e do antigo *Comité des Forges*. Estão ligados aos trustes metalúrgicos da Bélgica, do Luxemburgo e do Sarre e apoiados pela pandilha reacionária do general De Gaulle e dos velhos generais franceses.

Cada um destes três grupos tem respectivamente as suas aspirações territoriais. O primeiro cobiça o Noroeste da Alemanha e, especialmente, o Ruhr. O segundo visa a Alemanha do Oeste e do Sul, a Austria e os países danubianos vizinhos, inclusive a Itália. O terceiro lançou suas vistas sôbre a Alemanha do Oeste e do Sudoeste. Por conseguinte, tais aspirações se entrecruzam e se chocam em certa medida, o que não exclui as transações e os compromissos.

Cada um destes três grupos tem seus agentes políticos entre os alemães. O primeiro encontra aliados principalmente entre os conservadores da velha tendência prussiana e protestante, entre pessôas como Hugenberg e os social-democratas de direita do tipo Schumacher. O segundo, entre os partidos católicos reacionários e no alto clero alemão. O terceiro, no grupo dos separatistas do Sudoeste e do Oeste da Alemanha.

Bem entendido, cada grupo preconiza uma forma "federal" ou outra de desmembramento da Alemanha, invocando razões de ordem política, histórica ou econômica e exercendo pressão sôbre os estadistas de seus respectivos países.

II

A 26 de janeiro de 1947, *The Observer*, influente jornal conservador inglês que pertence à família Astor, declarava em editorial:

"No estado atual de seu desenvolvimento industrial, os Estados Unidos da Europa ocidental de tamanho médio tornam-se pouco rendosos do ponto de vista econômico e quanto à sua defesa nacional. Seria muito diferente se o Norte da Inglaterra, a Alsacia-Lorena e o Ruhr fizessem parte integrante de um sistema econômico único e bem coordenado, e se os duzentos milhões de habitantes da Europa ocidental formassem um mercado único para o escoamento da produção industrial dos países integrantes do sistema."

Esta declaração explica a política atual dos chefes da indústria pesada inglesa. Não é sem motivo que todo o problema europeu é encarado do ponto de vista de um "sistema coordenado" abrangendo a Inglaterra do [...] **e o Ruhr. Esta "coordenação" se torna uma questão de vida ou morte para os dirigentes da indústria pesada inglesa que, mesmo sob o govêrno trabalhista, têm a parte do leão na vida econômica inglesa. Eis aí porque, após a guerra, a idéia de um eixo Birmingham-Essen tornou-se um dos fatores mais decisivos de tôda a política exterior da Inglaterra. Muitos acontecimentos internacionais tornam-se fàcilmente compreensíveis se se levar em conta este fato.**

E antes de tudo a grande metalurgia inglesa quem está ameaçada pela "não restabilidade" vagamente mencionada pelo "The Observer". É dela que dependem as construções mecânicas, os estaleiros, a indústria automobilística, as construções de locomotivas e vagões, quer dizer o cerne mesmo das exportações inglesas. As exportações dependem por sua vez da viabilidade de tôda a economia atual da Inglaterra, obrigada a importar metade de seus produtos alimentares e a maior parte de suas matérias primas, enquanto que se observa em sua balança de pagamentos um "deficit" sinistro, **a metade dos capitais ingleses invertidos no estrangeiro tendo** sido perdida durante a guerra. Os magnatas do aço detêm em suas mãos, em certo sentido, os destinos da vida econômica inglesa atual. Ora, uma mudança profunda se produziu em sua própria situação após a segunda guerra mundial.

A maquinaria da grande indústria metalúrgica inglesa está sensivelmente obsoleta, se se a compara com a de outros países adiantados. Os peritos estimam que sua modernização não exigirá menos de 167 milhões de libras esterlinas e que o processo de renovação demorará de seis a sete anos. Durante os últimos treze anos, as usinas de aço inglesas não dispenderam quase nada para melhorar sua aparelhagem de produção. O Sindicato da Federação Britânica do Ferro e do Aço, agrupamento monopolista fundado em 1934 e que pôz fim à concorrência entre os diversos estabelecimentos congêneres, se limitou a elevar os preços e a acumular lucros a expensas do consumidor. A alta muralha dos direitos alfandegários protegia os mercados inglês e imperial contra a concorrência estrangeira. Os cartéis internacionais que englobavam certos ramos da metalurgia sancionaram este monopólio.

As posições do sindicato do aço foram ainda mais reforçadas durante a guerra. Seu chefe, sir Andrew Duncan, um dos mais influentes personagens do campo da direita, foi nomeado Ministro do Comércio e, a seguir, Ministro do Abastecimento. Ele pertencia, no seio do gabinete de guerra de Churchill, ao pequeno grupo dirigente que, pràticamente, governava o país. É sabido que ele desempenhou uma influência enorme no govêrno. Era pelas mãos de Duncan que passavam os pedidos de guerra à metalurgia, quer dizer, a seu próprio sindicato. Em seis anos de guerra, o sindicato forneceu 76 milhões de toneladas de aço a preços artificialmente aumentados.

Atualmente, o ex-ministro Andrew Duncan retomou seu posto à testa do sindicato do ferro e do aço. O período da *alta* terminou, em 1946, a Inglaterra produziu 12.700.000 toneladas de aço, ou sejam 2,3 toneladas mais do que em 1938, último ano de pré-guerra. Para 1947, o plano do sindicato prevê cêrca de 14 milhões de toneladas de aço. Mas o nível técnico desta indústria que durante quase vinte anos gozou de previlégios protecionistas e super-lucros originados pela guerra, se encontra extremamente caído. Ora, a situação dos mercados internacionais se encontra profundamente modificada. A Inglaterra perdeu uma parte de seus antigos mercados na Europa: outros estão paralisados; o escoadouro latino-americano está cada vez mais em mãos dos norte-americanos. A China constitui potencialmente um mercado imenso, mas após a tácita transação política entre a Inglaterra e os Estados Unidos para a partilha das esferas de influência na Ásia, este mercado foi cedido à América, em troca de sua não-intervenção, bastante duvidosa aliás, nos negócios da India. Mas o fato mais grave é que os antigos escoadouros imperiais — os Domínios e as colonias — cessam de ser inacessíveis à concorrência. Após o recente acôrdo financeiro anglo-americano, o sistema de tarifas preferenciais que os mercados ingleses gozavam nos domínios e colonias, se encontra pela primeira vez em bancarrota. Sobre todos os mercados do mundo pesa a ameaça da ofensiva geral das exportações americanas impulsionadas pela crise iminente e dispondo de recursos financeiros e técnicos enormes.

A base de produção e de escoamento da indústria pesada inglesa, comparada à dos Estados Unidos, é de tal forma estreita que o custo de produção, em Birmingham e em Sheffield, é sensivelmente superior às tarifas das usinas de aço gigantes de Pitsburg. E não esqueçamos que a frota mercante inglesa não ocupa mais o primeiro lugar nos transportes marítimos do mundo. As exportações industriais americanas podem se contentar com os serviços de sua própria marinha mercante. Os Estados Unidos detêm 60% da marinha mercante de todo o mundo, contra 15% em mãos da Inglaterra. Isto torna ainda mais difícil a situação do sindicato britânico do aço.

Se centros industriais europeus como o Ruhr e a Lorena caírem em mãos de seus concurrentes americanos, Birmingham e Sheffield serão emprensados num torniquete.

Resta o mercado interno da Inglaterra cuja capacidade aumenta devido ao fato do govêrno estar executando um grande programa de construções de habitações. A construção de muitos milhões de novas casas com as quais sonha a população e o reequipamento das outras indústrias-chave, poderiam abrir às usinas de aço inglesas um vasto escoadouro novo. Mas

(Conclui na 11.ª pág.)

QUE DESTINO ESTÁ SENDO DADO AO IMPOSTO SINDICAL?

UM REQUERIMENTO DO DEPUTADO JOÃO AMAZONAS QUE INTERESSA A TODOS OS TRABALHADORES

O deputado comunista João Amazonas acaba de encaminhar à mesa da Câmara Federal um requerimento para que seja constituída uma Comissão Especial de representantes do povo na referida Câmara, a fim de proceder a um inquérito sôbre a arrecadação e aplicação dos valores, que constituem o chamado «Fundo Social Sindical».

Como se sabe, o denominado Impôsto Sindical resulta do desconto obrigatório de um dia de salário por ano de cada trabalhador e de importância fixa, proporcional ao capital registado das emprêsas particulares. Dêsse impôsto, 25 por cento constituem o Fundo Social Sindical, que deveria ser empregado em benefício do próprio trabalhador e sua família. Isto porém não acontece. A realidade é que o trabalhador perde invariàvelmente seu dia de trabalho e jamais teve notícia da utilização dada à sua contribuição, cujo total já monta a mais de 100 milhões de cruzeiros. E', como se vê, uma verdadeira extorsão do nosso trabalhador, justificando plenamente o requerimento do deputado João Amazonas, que traduz uma das mais sentidas reivindicações imediatas da classe operária.

Eis o requerimento:

CONSIDERANDO que, na vigência da Carta de 10 de novembro de 1937, o Govêrno criou o chamado Impôsto Sindical baseado no desconto compulsório de um dia de salário, por ano, de cada trabalhador e de importância fixa, proporcional ao capital registrado, das firmas ou emprêsas particulares;

CONSIDERANDO que, do total dessa arrecadação feita por intermédio do Banco do Brasil, cêrca de 25% constitui o denominado "Fundo Social Sindical" que se destina a "atender aos interêsses gerais da organização nacional ou à assistência social aos trabalhadores";

CONSIDERANDO que a gestão e aplicação dêsse "Fundo" é feita pela Comissão do Imposto Sindical, que funciona no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, livre de qualquer contrôle dos órgãos fiscalizadores da União;

CONSIDERANDO que se eleva, calculadamente, a mais de Cr$ 100.000.000,00 essa parte do Imposto Sindical colocada à disposição da Comissão referida e por ela utilizada;

CONSIDERANDO que não há, no país, qualquer empreendimento de assistência, realizado pela Comissão do Imposto Sindical, que justifique a aplicação de [illegible] bom;

CONSIDERANDO, também, que são inúmeras as dúvidas levantadas pela imprensa e por outros meios, a respeito do uso indevido dos valores que constituem o "Fundo Social Sindical", dúvida que geram o descrédito e a falta de confiança nos órgãos do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que são tanto mais graves tais dúvidas, quando se trata de dinheiro dos trabalhadores que lutam com grandes dificuldades de vida, dinheiro que é obrigatoriamente e com sacrifícios descontado dos seus modestos salários;

CONSIDERANDO que, em se tratando de imposto ou tributo de qualquer natureza o Poder Executivo ou os seus órgãos não podem deles dispôr à margem do Orçamento Geral da República;

CONSIDERANDO que, desde a sua criação até esta data, a Comissão do Imposto Sindical não prestou contas da sua gestão aos Tribunais competentes nem ao Congresso Nacional, atribuição que a êste cabe, de acôrdo com o art. 22 da Carta Magna;

REQUEREMOS, ouvida a Casa, e nos têrmos do Regimento Interno, seja designada uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados a fim de proceder a um inquérito na Arrecadação e Aplicação dos valôres que constituem o "Fundo Social Sindical".

Sala das Sessões, 1 de agosto de 1947 — (a) João Amazonas".

DOS CLASSICOS

AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E A IMPORTANCIA DOS GRANDES HOMENS

por F. ENGELS

(1) — Por condições econômicas, que nós consideramos base determinante da história da sociedade, entendemos a maneira como os homens de uma determinada sociedade produzem as coisas de que necessitam e trocam os produtos entre si (enquanto existe divisão do trabalho). Aí está, por conseguinte, compreendida **tôda a técnica da produção e do transporte**. Esta técnica determina, também, segundo a nossa concepção, o modo da troca bem como a distribuição dos produtos, e com isso, após o fim da sociedade da gens, (*) também a divisão em classes, as condições de domínio e de servidão, o estado, a política, o direito, etc. Além disso, estão compreendidos entre as condições econômicas a base geográfica sôbre a qual elas se verificam e os restos realmente ultrapassados de graus de desenvolvimento econômico anteriores que se tenham conservado, frequentemente apenas em virtude da tradição ou por *vis inertiae* (fôrça da inércia), e naturalmente também o ambiente que circunda externamente esta forma de sociedade.

Se a técnica, como dizes, depende em grandíssima parte do estado da ciência, ainda muito mais esta depende do estado e das necessidades da técnica. Que a sociedade tenha uma necessidade técnica interessa à ciência muito mais do que 10 universidades. Tôda hidróstática (Torricelli, etc.) surgiu da necessidade de regular os rios montanhosos na Itália do século XVI-XVII. Da eletricidade sabemos alguma coisa de racional somente desde que foi descoberta a sua aplicabilidade técnica. Mas, na Alemanha, habituaram-se frequentemente a escrever a história das ciências como se estas caíssem do céu.

—x—

Os homens fazem por si mesmos a sua história, mas até agora não com uma vontade coletiva, segundo um plano coletivo, nem mesmo numa certa sociedade bem delimitada. As suas aspirações se entrechocam e em tôdas estas sociedades reina, precisamente por esta razão, a **necessidade**, cujo complemento e cuja forma de manifestação é a **casualidade**. A necessidade, que aqui se afirma através de qualquer casualidade, é enfim novamente a necessidade econôômica. E aqui chegamos à questão dos chamados grandes homens. Que um destes e justamente êste, surja numa determinada época e num dado país, é naturalmente puro acaso. Mas se o retiramos do meio, será necessário um substituto e êste substituto será encontrado, *tant bien que mal* (bem ou mal), mas finalmente será encontrado. Que a república francesa, exausta pela própria guerra, tornasse necessário Napoleão, justamente êste ditador militar corso, foi um acaso; mas que, na falta de um Napoleão um outro teria preenchido a sua função, é demonstrado pelo fato de que um homem é encontrado todas as vêzes que se torna necessário: Cesar, Augusto, Cronwell, etc. Se Marx descobriu a concepção materialista da história, Thierry, Miguet, Guizot e todos os historiógrafos inglêses até 1850 demonstram que aquela era a tendência, e a descoberta da mesma concepção, por Morgan demonstra que a época era madura e que ela devia ser descoberta.

E assim acontece com todas as outras coisas casuais e aparentemente casuais na história. Quanto mais o campo que estamos examinando se afastá da economia e se proxima da pura ideologia abstrata, tanto mais encontraremos que ele apresenta nas suas evoluções casualidades, tanto mais a sua curva seguirá sinuosamente. Se traçardes, porém o eixo diametral da curva, encontrareis que quanto mais amplo é o período considerado e quanto mais vasto é o campo tratado, êste eixo correrá tanto mais aproximadamente paralelo ao eixo da evolução econômica.

O maior obstáculo à justa compreensão é, na Alemanha, o irresponsável abandono da bibliografia de história econômica. E' muito difícil não só desfazer-se das representações da história inculcadas na escola, mas ainda é mais difícil substituí-las simultâneamente por outro material. Quem, ao menos, leu o velho G. V. Gülich que, na sua árida coletânea de material, contém, todavia, tanto material para o esclarecimento de inumeráveis fatos políticos!

De resto, o belo exemplo de Marx no «18 Brumário», penso, deveria dar-vos muitas informações às vossas perguntas, precisamente porque é um exemplo prático. Creio também haver tocado a maior parte dos postos no «Anti-Dühring», I, caps. 9-11, e II, 24, como também III, 1, ou na introdução e, em seguida, na última parte do «Feurbach».

—x—

(1) Trechos de uma carta de Engels a Hans Starkenburg, em 25 de janeiro de 1894.

(*) Gens são formações sociais das mais primitivas, simples agrupamentos familiares, em que ainda não havia divisão de classes.

Grandes Negócios Em Nome Da "Defesa Do Hemisfério"

O GENERAL HORTA BARBOSA, NUMA SEGUNDA CONFERÊNCIA, FAZ SEVERA E PATRIÓTICA ADVERTÊNCIA EM TÔRNO DA QUESTÃO DO PETRÓLEO — ONDE ESTÃO OS VERDADEIROS DEFENSORES DA SOBERANIA NACIONAL E ONDE ESTÃO OS CARLOS LACERDA

O general Horta Barbosa, na sua segunda conferência sôbre o petróleo, quarta-feira última, foi mais ao fundo da questão, desfazendo os restantes falsos argumentos utilizados pelos partidários da entrega de sua exploração aos trustes americanos.

No meio de sua conferência, o general Horta Barbosa aludiu, de passagem, ao alarme que se faz atualmente de que os poços de petróleo dos Estados Unidos estão se esgotando. E como um dos "slogans" utilizados pelos capitulacionistas é a necessidade de "socorrermos" os Estados Unidos no caso de uma guerra, devemos dar a devida importância a afirmação do general Horta Barbosa de que êsse suposto esgotamento das jazidas americanas não corresponde à realidade. "*O alarme não é novo*", diz o conferencista, e acrescenta: "*Quando terminou a primeira guerra mundial divulgou-se idêntica notícia com nervosismo e intensidade.*" E logo a seguir mostra as verdadeiras fontes dessa propaganda ou melhor, dessa chantagem: os próprios trustes petrolíferos americanos. "*Ao rebate atual, como também ao anterior, não é estranha a necessidade que têm as companhias particulares de arrastarem o Departamento de Estado na sua expansão em volta do mundo*", diz o general Horta Barbosa, identificando os propiciadores dessa divulgação alarmista.

Aliás, as palavras do conferencista do Clube Militar encontram comprovação em dados precisos, recentemente divulgados no artigo do engenheiro Fernando Carneiro, quando demonstra que as reservas norte-americanas totalizam cêrca de metade das reservas mundiais, enquanto a atual produção dos Estados Unidos e Venezuela (sob contrôle dos trustes ianques) se eleva a 75% da produção mundial.

GOVERNOS A SERVIÇO DOS IMPERIALISTAS

Na última frase acima citada do general Horta Barbosa encontramos os trustes e o Departamento de Estado, isto é, govêrno dos Estados Unidos identificados para impôr a dominação dos monopólios. E' a realidade que vemos em nosso próprio país, quando as manobras do embaixador William Pawley se aliam aos entendimentos de Hoover Junior, Curtiss, Snyder ou Rockfeller para contrôle da nossa produção petrolífera.

O general Horta Barbosa mais uma vez identifica a ação dos governos a serviço do imperialismo com a dos próprios grupos imperialistas, quando trata dos interêsses petrolíferos da Inglaterra no Oriente Médio e afirma que, para obter concessões em conferências mundiais, fala o govêrno de Sua Majestade. Para explorá-las, entra em ação a Royal Dutch Shell.

Mas, enquanto o govêrno americano se bate pela política econômica de "portas abertas", salvaguarda ao mesmo tempo, cuidadosamente, os seus domínios, que se tornam impenetráveis. O general Horta se refere ao entusiasmo dos que desejam o capital estrangeiro na nossa exploração de petróleo, sob o pretexto de que foi com capitais estrangeiros que os Estados Unidos iniciaram sua exploração petrolífera. Entretanto, êsses senhores esquecem que a época era muito diferente da atual. (Realmente, o general Horta tem razão porque nos meiados do século passado o capitalismo ainda não havia atingido sua fase imperialista, que só atingiria com a formação dos monopólios). Hoje, os Estados Unidos dominam de forma absoluta sua produção de petróleo na qual os capitais americanos se elevam a 96%. Cita o conferencista palavras do presidente Wilson: "... fala-se, frequentemente, de concessões outorgadas a estrangeiros por paise da América Latina; já se ouviu alguma vez que os Estados Unidos tenham feito concessões semelhantes. Em nosso país os estrangeiros não têm mais concessões."

AS INVESTIDAS CONTRA O BRASIL

O general Horta Barbosa dedicou a parte final de sua conferência ao problema do petróleo em nosso país, reafirmando que a sua exploração pelo Estado é o único caminho condizente com a soberania nacional. Reafirma sua opinião de que o monopólio nacional não exclui a solidariedade para com os Estados Unidos. Não devemos porém permitir que em nome de "*defesa do continente*" se façam os grandes negócios privados. Não devemos tampouco permitir se criem condições para a repetição em nosso país da guerra do Chaco, na qual se degladiaram os trustes pela posse do petróleo, nem consentir que se reproduza o drama de miséria em que vive o povo da Venezuela, cujo petróleo está monopolizado pelos trustes ianques.

Passa a citar em seguida as investidas das companhias petrolíferas americanas em nosso país, utilizando métodos ignóbeis e desonestos, visando já em maio de 1941, sob o disfarce de uma propriedade mista, controlar "grandes áreas, provavelmente as melhores, a disponibilidade da produção, as refinarias, a garantia fiscal, a direção do empreendimento e até a exportação do petróleo... enfeixando nas mãos as principais atribuições governamentais".

E' que nesse tempo já era impossível esconder o nosso petróleo, continuar negando a sua existência, como haviam feito durante muitos anos as companhias estrangeiras, que tiveram amplas possibilidades de pesquisar e jamais perquisaram coisa alguma.

O general Horta citou particularmente a Standard Oil entre as emprêsas que têm utilizado processos escusos para eliminação dos concorrentes.

Em 1942 foi renovada a investida, mas sem melhor resultado do que a primeira.

Depõe o general Horta Barbosa que durante os cinco anos em que foi presidente do Conselho

(*Conclui na 9.ª pág.*)

A CONSTITUIÇÃO PROGRESSISTA DE PERNAMBUCO

CABE AO POVO DO GRANDE ESTADO NORDESTINO LUTAR PELO SEU CUMPRIMENTO, GARANTINDO O RESPEITO AOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS

Com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a constitucionalidade da substituição do interventor de Pernambuco pelo presidente da Assembléia Estadual, integra-se aquele grande Estado nordestino no império da lei. Possuindo, como já assinalamos, uma das Constituições mais adiantadas do país, resta agora ao povo pernambucano saber lutar pela sua aplicação com o mesmo vigor demonstrado na luta pela sua conquista.

Para melhor conhecimento do lado progressista da Carta constitucional pernambucana, destacaremos aqui alguns de seus principais dispositivos.

No capítulo da Ordem Social e Econômica, o parágrafo único do artigo 152 estabelece que "*A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social*".

David Capistrano, líder da bancada comunista

A REFORMA AGRARIA

O artigo 155 amplia, em Pernambuco, as possibilidades abertas já pela Constituição Federal para a reforma agrária. O parágrafo 1º dêsse artigo diz a êste respeito o seguinte:

"A propriedade da terra acarreta o dever de seu aproveitamento. As terras uteis não aproveitadas serão tributadas progressivamente pelo Estado ou pelo Município, na forma prevista no artigo 46, parágrafo 1º, nos. I a IV, ou afinal desapropriadas, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, para posterior loteamento, arrendamento modico ou venda".

O parágrafo 2º do mesmo artigo 155 "isenta de todo e qualquer imposto, a pequena propriedade agrícola, ou utilizada para a pecuária,... quando único bem móvel do proprietário ou por êste pessoalmente explorada".

Os artigos seguintes — 156, 157 e 158 — completam o anterior no combate ao latifundio, favorecendo a pequena propriedade, chegando a incluir entre seus dispositivos (art. 158) o combate à monocultura, "que deverá exigir o plantio de cereais em área mínima proporcional à grande área ocupada por uma só lavoura".

São, sem dúvida, passos alentadores no sentido da reforma agrária. Mostram êstes artigos da Carta Constitucional de Pernambuco o quanto é sentida em seus efeitos maléficos para a economia do Estado o regime semi-feudal imperante ali. Os trabalhadores agrícolas e o povo pernambucano estavam a exigir naturalmente soluções muito mais drásticas; o que conseguiram, entretanto, constitui uma vitória. Pode agora ser dado em Pernambuco um grande passo no sentido do progresso, com a liquidação, ao menos em parte, das condições primitivas da economia agrária. Pernambuco é uma das unidades da Federação que mais sofre os males da monocultura, destinadas que estão suas melhores terras à produção quase exclusiva da cana-do-açucar. Assim, pela Constituição, na própria área açucareira serão cultivados cereais, facilitando o abastecimento da população em gêneros de primeira necessidade, entre os quais se encontram os cereais.

Já tivemos oportunidade de comentar nas páginas d'A CLASSE outros dispositivos progressistas da Constituição de Pernambuco, entre os quais se incluem os direitos e garantias individuais, de acôrdo com o artigo 131 e seu parágrafo único, assegurando o Estado e o Município o uso gratuito das casas de espetáculos, salões, parques, estádios e outros logradouros de propriedade estadual ou municipal, a todos os partidos políticos, associações de classe, cientificas, culturais, esportivas, recreativas e educacionais.

Destacamos igualmente a abolição da polícia política, que sem dúvida é uma das melhores formas de garantir o pleno uso dos direitos individuais, pondo-se fim a um odioso instrumento de opressão.

SUB-PREFEITURAS E VICE-PREFEITOS

Visando assegurar melhor e mais efetiva administração municipal e, portanto, estadual, a Constituição de Pernambuco criou, pelo seu artigo 104, sub-prefeituras em todos os Distritos de mais de 5.000 habitantes, cujo titular será eleito pela respectiva população. Nos Municípios cujo orçamento seja superior a um milhão de cruzeiros será criado o cargo de vice-prefeito, que substituirá o prefeito nos casos de impedimento, vaga, ausência ou licença.

Desta forma, descentraliza-se a administração, os problemas locais poderão ser tratados com maior cuidado e haverá também uma participação mais direta do próprio povo nos assuntos cuja solução lhe interessa mais de perto.

Essas e outras conquistas progressistas do povo pernambucano resultam de sua extraordinária luta pela democracia, contra a fome e a miséria. Foi em Pernambuco que as grandes massas populares, em comícios, em manifestações publicas das mais impressionantes, souberam demonstrar sua decisão de combater por melhores condições de vida. Nas urnas, o povo pernambucano fez valer a sua vontade, elegendo a maior bancada comunista do Nordeste e uma das maiores do país. Mesmo depois das eleições, em protestos contra a carestia de vida e contra as tentativas da reação para ganhar terreno, o povo de Pernambuco prosseguiu sua luta de apoio a todas as iniciativas progressistas, criando condições para o reforçamento de uma frente unida de representantes de varios partidos, dentro da Assembléia Constituinte, tornando possível a aprovação de dispositivos progressistas em sua Constituição. Porque foi sem dúvida a pressão de massas em favor de uma Constituição democrática que aliou aos representantes comunistas, pessedistas, republicanos e elementos progressistas de outros partidos, para a conquista de uma Carta constitucional que abre ao povo pernambucano novos horizontes para a sua luta pelo bem-estar, pela liberdade e a democracia.

Entretanto, o povo pernambucano sabe que não bastam os dispositivos constitucionais. A experiência de todo o povo brasileiro, desde a promulgação da Constituição federal, mostra que não é suficiente possuir uma Constituição. E' necessário lutar, ininterruptamente, para que ela seja cumprida, para que não seja desrespeitada e rasgada pelos inimigos do povo. A Constituição de 18 de Setembro assegura as liberdades públicas fundamentais. No entanto, o grupo fascista do govêrno nega diàriamente êsses direitos. A Constituição de 18 de setembro reconhece a liberdade de organização, de associação, de reunião. No entanto, fecham-se partidos políticos, sindicatos são fechados, dissolvem-se ligas camponesas, impede-se violentamente a realização de comícios e mesmo de reuniões em recinto fechado.

Não basta portanto que a Constituição de Pernambuco amplie as garantias já dadas para a reforma agrária. E' necessário que o povo pernambucano continue a organizar-se, para poder exigir o cumprimento dêsses dispositivos constitucionais. A fôrça da reação não foi liquidada com a Constituição. Não será fàcilmente que os Lundgrens e demais latifundiários obedecerão à Carta constitucional. Para isso é preciso a vigilância das massas, o reforçamento de seu apôio a todos os que lutem decididamente pelas suas conquistas. Assim estará sendo defendida a Constituição e haverá clima para seu cumprimento em benefício do povo.

A Crise Se Aproxima Através Da "Prosperidade" De Mr. Truman

A POLÍTICA IMPERIALISTA ACELERA A INEVITÁVEL DEPRESSÃO ECONÔMICA NOS ESTADOS UNIDOS

O presidente Truman, no seu último relatório semestral ao Congresso norte-americano, declarou que os Estados Unidos jamais viveram numa era de tal prosperidade, prognosticando inclusive, um «bem-estar imorredouro", dentro dos limites existentes na maior potência capitalista da História. Isso quer dizer que o grupo hoje dominante nos EE.UU. não prevê uma crise próxima, no estilo das depressões catastróficas que são inevitáveis no sistema capitalista.

As declarações otimistas de Truman estão sendo, exploradas, como arma de propaganda para convencer os povos de que é sólida a situação do mundo capitalista, sob o comando econômico e, naturalmente, político da grande potência norte-americana. Essa propaganda chega assumir inclusive um aspecto de desafio, que se dirige especialmente à União Soviética, aos seus dirigentes e técnicos da economia política, que, aplicando o método marxista à realidade dos fatos rigorosamente constatados pela estatística, previram a eclosão de uma crise cíclica no mundo capitalista, para os primeiros anos de após a guerra.

«The London Economist", publicação especializada da Grã-Bretanha, diz mesmo que, «para decepção de Mr. Stalin», não existem indícios de uma próxima depressão econômica nos Estados Unidos. «The London Economist", afirma, com a característica hipocrisia de John Bull, que uma depressão norte-americana seria altamente prejudicial à Inglaterra, mas um ligeiro abalo em «Tio Sam» seria util para fazer baixar os preços dos seus produtos e assim aproveitasse melhor a Inglaterra os dólares de que dispõe...

O MECANISMO DAS CRISES CAPITALISTAS

Marx ensinou que, no regime capitalista, os preços flutuam em tôrno dos valores, das mercadorias. Se numa ou noutra mercadoria, os preços ficam muito acima ou abaixo dos seus respectivos valores, no conjunto, porém, o preço médio de tôdas as mercadorias corresponde ao seu valor médio (convém repetir que o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria).

Essa lei da economia capitalista é violada ao passar o sistema capitalista da fase da livre concorrência à fase do domínio dos trustes e monopólios em geral. Passando estes a exercer o contrôle quase absoluto da maior parte do mercado, podem forçar (é o que sempre fazem) uma alta artificial dos preços. A alta sistemática dos preços acima dos valores, que corresponde às ambições de maiores lucros dos monopolistas, introduz mais um elemento explosivo de anarquia no sistema capitalista porque acelera e torna muito mais profundas as crises periódicas. Como facilmente se pode compreender, a alta dos preços reduz o poder aquisitivo das massas populares e comprime o mercado ao invés de ampliá-lo. A produção, em ascenso, há de chegar a um ponto em que não encontrará escoamento no mercado. Os estoques começarão a se acumular ou serão destruidos para continuar a forçar a alta dos preços, fábricas serão fechadas, o desemprego reduzirá ainda mais o poder aquisitivo do mercado consumidor, fazendo com que as coisas marchem assim para o ponto inevitável da crise, isto é, para a bancarrota, com as suas piores consequências, que não constituem senão o agravamento máximo das condições normais do sistema capitalista: anarquia na produção, desemprego em massa, etc..

A lei econômica, violada se faz sentir, então, com violência: os preços passam quase bruscamente do seu ponto mais alto ao mais baixo, reerguendo-se lentamente até corresponder, aproximadamente, ao valor médio das mercadorias.

Está claro, por conseguinte, que a Grã-Bretanha não pode esperar uma baixa geral no preço dos produtos norte-americanos sem que sobrevenha uma crise cíclica nos Estados Unidos. Enquanto essa crise não sobrevier, a tendência dos monopólios ianques será sistemàticamente para forçar a alta, mesmo que, para atingi-lo, em determinada ocasião isolada, lancem mão de «dumping».

WALLACE PREVÊ A CRISE

Será que Truman tem razão ao falar com tanto entusiasmo na prosperidade norte-americana?

Não tem razão. O presidente Truman está embriagado precisamente com aquela vertiginosa prosperidade, que costuma anteceder as crises. Existe o exemplo histórico do grande «craque» de 1929, que abalou profundamente todos os paises do mundo. Meses antes, ao assumir a presidência dos Estados Unidos, o Sr. Herbert Hoover também declarou enfaticamente a sua confiança na prosperidade ilimitada. Pouco depois, a aparente solidez no mundo dos negócios naufragava numa bancarrota sem exemplo precedente.

Não são somente os marxistas, que prevêem a crise, Henry Wallace, num artigo sob o titulo «Nenhum sinal de solidez na prosperidade norte-americana», prevê a depressão para 1950. Wallace mostra, muito justamente, que continúa a existir desemprego nos Estados Unidos e que a sua política financeira é hoje orientada pelos mesmos homens de 1929, tão cegos como naquela época, inclusive Herbert Hoover. Essa política financeira se baseia na concepção dos «dois mundos antagônicos», isto é, na hostilidade sistemática contra a União Soviética. Por isso, o seu objetivo não é o de dar suficientes créditos para a reconstrução dos paises afetados pela guerra (Wallace calcula a necessidade de créditos em 10 bilhões de dólares, para a Europa ocidental e 25 a 35 bilhões de dólares para a Europa Oriental e a Asia). Os créditos que Truman concede têm sido ao contrário, geralmente irrisórios e a maior parte se tem desgastado na compra de armamentos e quinquilharias. Dessa maneira, sabotando a reconstrução do após-guerra, não tardará o dia em que a maioria dos paises ficará impossibilitada de fazer compras nos EE.UU. Será o dia da crise.

OS «SINAIS» DA PROSPERIDADE

Tudo indica, porém, que o próprio Wallace se equivoca ao prever a crise para depois de 1950. A política reacionária de Truman já está fazendo sentir os seus frutos. A crise já começou a germinar e — dentro dos limites de qualquer previsão — a sua eclosão se dará em 1948. E' êsse o prognóstico não só do famoso economista soviético Eugenio Varga como do próprio C.I.D. norte-americano.

Truman apresenta os seguintes «sinais» de prosperidade evidente: — a produção norte-americana para 1947 está se desenvolvendo na base de 225 bilhões de dólares anuais (ou seja, o dôbro da produção de 1939); as inversões de capitais continuam em ascenso; a situação no setôr agrícola é excelente, tanto que, em 1946, os EE. UU. exportaram cêrca de 18 milhões de toneladas de produtos agrícolas, a maior exportação que um país isoladamente já tenha feito em qualquer época; existem 60 milhões de pessoas empregadas, o que também constitui um «recorde» máximo.

Tôda essa extraordinária prosperidade é débil, porém, em dois pontos vitais.

O QUE SUCEDE NO MERCADO INTERNO

Essa debilidade reside, em primeiro lugar, nas próprias relações entre o trabalho e o capital nos Estados Unidos.

De acôrdo com dados estatísticos, as grandes corporações (consórcios monopolistas) tiveram em 1946 um lucro liquido de doze bilhões de dólares contra nove bilhões em 1945. Entretanto, o total de salários pagos baixou de 110,2 bilhões de dólares, em 1945, para 105 bilhões em 1946. Esse descenso se verificou por duas razões principais: 1.º) embora tivesse aumentado o número total de empregados, desapareceram as horas extraordinárias de trabalho, o que diminuiu os salários da maioria dos empregados; 2.º) embora a produção, em 1946, tivesse superado os melhores anos de paz e o lucro das grandes corporações fôsse o maior de todos os tempos, incluindo os anos da guerra, só houve alguns aumentos parciais de salários, conquistados à custa de greves encarniçadas.

Na verdade, o salário real dos trabalhadores baixou ao nível de antes da guerra. O próprio presidente Truman reconhece o perigo da subida dos preços, que ainda não cessou. Os grandes monopólios, através dos seus advogados costumam alegar que os preços sobem em virtude da inflação. Com êsse argumento, visam esconder que os preços sobem em virtude da orientação sistemática dos próprios monopólios; forçando a

(*Conclui na 10.ª pág.*)

Novos Rumos Para Salvar o Comércio Exterior do Brasil

A NOSSA POSIÇÃO DEFICITARIA EM FACE DOS ESTADOS UNIDOS, QUE EXERCEM UM QUASE MONOPÓLIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA — E' NECESSARIO O REFORÇAMENTO IMEDIATO DO COMÉRCIO COM A EUROPA

O comércio do Brasil com os Estados Unidos está tomando uma tendência, que inaugura uma nova fase no seu desenvolvimento. Esse fato deveria chamar a atenção de qualquer govêrno realmente interessado em salvaguardar a economia nacional, desamarrando-a da dependência dos bancos e monopólios da Wall Street. A verdade é que se não houver uma reação a tempo, encaminhando o nosso comércio exterior para outros rumos, principalmente para a Europa, serão muito piores, terrivelmente prejudiciais, os reflexos da próxima crise norte-americana sôbre a economia brasileira.

O govêrno do general Dutra, cuja política financeira é orientada por um grupo de banqueiros só enxerga, porém, uma única saída para todos os problemas do país: — a ajuda ianque, a entrega das nossas riquezas, quase gratuitamente, aos tubarões monopolistas, o empréstimos dos bancos da Wall Street em troca de concessões monstruosas.

«DEFICIT» NO COMERCIO EXTERIOR COM OS EE. UU.

Com exceção do ano de 1940, o nosso comércio com os Estados Unidos sempre se caracterizou por um saldo ativo a favor do Brasil. A nossa exportação para os EE. UU. sempre foi muito maior do que a importação dos seus produtos.

Vejamos, porém, o que está sucedendo de um certo tempo para cá. Em 1945, tivemos um saldo no comércio exterior com os EE.UU. no total de Cr$...... 1.270.843.000,00. Em 1946, ainda tivemos saldo, porém multissimo, mais baixo: — apenas de Cr$ 109.667.000,00. O saldo baixou, pois, em mais de 90%.

Nos quatro primeiros meses de 1947, já estamos, no comércio exterior com os ianques, com o fabuloso "deficit" de Cr$....... 1.843.170.000,00.

Nos primeiros quatro meses de 1946, também tinhamos um "deficit", no total de Cr$.......... 351.240.000,00. Era, porém, um "deficit" muito menor, que, no decorrer dos meses seguintes, foi sendo superado, até que, ao findar 1946, pudemos assinalar um saldo de mais de cem milhões de cruzeiros.

Com o enorme "deficit", que já temos nos quatro primeiros meses de 1947 e tomando em conta a situação precária do café, podemos, desde já, prever para o fim deste ano um grande "deficit" no comércio exterior com os EE.UU.

A nossa situação no comércio exterior com aquele país, como não podia deixar de acontecer, está inclusive afetando seriamente tôda a nossa balança comercial. Se de janeiro a abril de 1946, tinhamos um saldo, no comércio exterior com todos os países, de Cr$ 1.605.640.000,00, no mesmo período de 1947 o nosso saldo atinge a insignificancia de Cr$ 36.443.000,00.

MONOPÓLIO VIRTUAL EM MÃO DOS IANQUES

Nada disso, está claro, sucede por acaso. Trata-se de uma situação, que decorre da atrazada estrutura econômica do país e da desastrosa orientação financeira do govêrno do general Dutra. O grosso da nossa exportação se baseia num pequenissimo número de produtos tropicais, atualmente canalizados na sua maior parte para os EE.UU. Essa situação dá margem a que os ianques imponham preços e utilizem o seu virtual monopólio para fazer pressão política e arrancar concessões profundamente prejudiciais à economia nacional. Já tivemos o exemplo da baixa artificial das cotações do café na Bolsa de Nova York, levando o pânico aos produtores de São Paulo. Exemplo mais frisante ainda foi o de Cuba, que, de um dia para o outro, por aprovação de uma simples lei no Senado de Washington, viu a sua cota de exportação de açúcar para os EE.UU cortada pela metade, a fim de favorecer a especulação dos monopolistas ianques, que dominam a produção e o comércio do açúcar.

Por outro lado, conforme já assinalamos repetidas vezes, uma avalanche de quinquilharias norte-americanas, encontrando abertas as portas de nossas alfândegas, invadiu o mercado brasileiro, com funestos efeitos para a indústria nacional e já tendo consumido quase totalmente os saldos em dólares, que acumulamos durante a guerra. O contrôle da importação, que, embora tardiamente, o govêrno impôs há pouco, se eficientemente aplicado, poderá ainda salvar alguma coisa.

TRANSFORMAÇÕES AMPLAS E IMEDIATAS

Está claro que, de um ponto de vista largo, mas inadiável, precisamos consolidar a nossa indústria pesada, desenvolver a indústria de produtos de consumo geral e criar um grande mercado interno (eis o fundamental), realizando a reforma agrária.

Mas do ponto de vista imediato, podemos e devemos tomar algumas medidas, no setôr do comércio exterior, para salvaguardar a economia nacional. Não se trata, absolutamente, de cortar relações comerciais com os Estados Unidos. Não é isso o que advogam os comunistas, como costumam afirmar os seus impenitentes caluniadores. Não se trata, tampouco, de lutar por uma exportação muito acima da importação.

O que se faz necessário é conseguir um equilibrio, tomando outros rumos no comércio exterior, o que só será possível se nos libertamos do virtual monopólio que os ianques exercem sôbre a nossa exportação.

INTENSIFICAR O COMÉRCIO COM OS PAISES DA EUROPA

Já é tempo de encarar com a máxima atenção o novo mercado, que está se formando na Europa. Com êle devemos estabelecer uma corrente intensa de trocas comerciais.

Agentes do imperialismo ianque e alguns patriotas equivocados costumam dizer que a Europa ainda está afundada na anarquia econômica, que os seus países não dispõem de meios de pagamentos, etc.

A verdade é, porém, muito diferente. A Checoeslovaquia já superou os níveis industriais de antes da guerra. A Itália também o conseguiu em alguns setôres importantes. A Polônia, Bulgaria, Hungria, Iugoslavia e muitos outros países trabalham febrilmente, fazendo progressos gigantescos. A própria França, apesar dos empecilhos de uma política reacionária, alcança níveis de produção cada vez mais altos. E a União Soviética supera o seu plano quinquenal, avançando em ritmo inteiramente inédito. Já êste ano a U. R. S. S. poderá por exemplo, exportar trigo para a Inglaterra.

Devemos olhar para a tendência em desenvolvimento e não para as presentes dificuldades de meios de pagamento, etc., que ainda existem na Europa. Com a ajuda da União Soviética, a maioria dos países do continente europeu está reestruturando a sua economia sôbre novas bases, o que lhes permitirá sobrepor-se vantajosamente à próxima crise ciclica do mundo capitalista. Fortalecer, desde agora, o comércio exterior do Brasil com os povos europeus será também u'a maneira de defender o nosso país dos efeitos da depressão econômica nos Estados Unidos, ao mesmo tempo nos libertando, em parte, da tirania do dólar.

Sôbre as possibilidades a êsse respeito, aí estão alguns dados. Em 1945, a Europa contribuia com 11,68% para a nossa importação e com 23,03% para a nossa exportação. Em 1946, as percentagens passaram, respectivamente, para 22,32% e 35,79%. Nos primeiros quatro meses de 1946, tivemos um saldo de Cr$ 812.597.000,00 no comércio com a Europa. No mesmo período de 1947, o saldo subiu a ..... Cr$ 1|047.028.000,00.

Está aberto, portanto, um

(Conclui na 10.ª pág.)

Um Brasil Agrário De "Portas Abertas" Para Os EE. UU.

OS OBJETIVOS REAIS DA «INOCENTE» VISITA DE MR. SNYDER — AS NOVAS DECLARAÇÕES DO SECRETARIO IANQUE DESFAZEM QUAISQUER DÚVIDAS — «THE FINANCIAL TIMES» DE LONDRES, REVELA OS CINCO PONTOS PRINCIPAIS VISADOS PELOS HOMENS DE WASHINGTON

Quando o Sr. Snyder, há poucos dias, falou à imprensa de Washington sôbre o «grande futuro agricola do Brasil», houve demonstração de surpresa nos círculos oficiais, que tentaram justificar tão cínica declaração, atribuindo-a a algum erro ou imperfeição das agências telegráficas.

Parece que sr. Snyder soube da justificativa arrumada à última hora e, afim de desfazer dúvidas, fez nova, declarações, que os jornais de ontem reproduziram. Disse o secretário do Tesouro norte-americano, taxativamente, que o Brasil têm enormes possibilidades agrícolas, grandes recursos de petróleo e imensas florestas". Isto é, somos um país que interessa aos ianques como produtor de gêneros alimentícios, como campo de atuação dos trustes petrolíferos e como eventual fornecedor de madeira...

Não pode, pois, haver mais dúvidas quanto às reais intenções dos governantes norte-americanos com relação ao Brasil. Não poderia vir ao Brasil por mera cortesia o secretário do Tesouro da maior potência capitalista. Não perderia atôa dez dias em nosso país o homem que lida, diariamente, com os fabulosos negocios de bilhões de dorales. E o próprio sr. Snyder se encarrega de descobrir o jôgo, falando enfaticamente sôbre o nosso «futuro agrário». Washington, entre investidas e fracassos, procura executar o seu plano de circundar os Estados Unidos altamente industriais de nações, na América, na Europa e na Asia, exclusivemente agricolas e fornecedoras de matérias primas, mercados de «portas abertas» à invasão das quinquilharias norte-americanas.

Afim de conseguir super-lucros, os monopólios ianques planificou novas inversões dos seus capitais excedentes; em países como o Brasil. Mr. Snyder declarou que «os brasileiros estão começando a valorizar o auxílio do capital estrangeiro no desenvolvimento de sua economia». Houve jornalistas que, na ocasião, perguntou se todo esse interêsse era porque o imposto de renda no Brasil é mais baixo do que nos Estados Unidos. Mr. Snyder não perdeu o "aplomb" e respondeu com um sorriso: — Imagino que as companhias terão muito lucros, se se estabelecerem ali. Não acho que haja qualquer nação latino-americano que não tenha imposto de renda mais baixo do que o nosso".

Maior cinismo, evidentemente, não é possivel. Já nos referimos, em números anterior, a um comentário do «Journal of Commerce», de New York, afirmando que, dado o alto custo de Volta Redonda, seria sempre preferivel que o Brasil continuasse «comprando aço nos Estados Unidos». Agora vejamos o que disse «The Financial Times», de Londres, comentando a visita de Mr. Snyder, ainda antes de sua realização. Afirmou aquela publicação especializada inglesa que essa visita objetivava os seguintes cinco pontos:

«1.º — conclusão das discussões sôbre a exploração das reservas petrolíferas brasileiras com a colaboração do capital estrangeiro; 2.º — concessão, ao Brasil, de créditos a longo prazo, de 50 e 250 milhões de dólares, para o reequipamento ferroviário e portuário e para a construção de estradas de rodagem, abrangendo as encomendas anteriormente feitas pelo Brasil; 3.º — estudo de uma legislação mais liberal, visando a criação de facilidades para a entrada de capitais estrangeiros, sob a forma de participação em companhias mistas americano-brasileiras; 4.º — aproveitamento das jazidas de ferro da região central brasileira e modernização do transporte entre as jazidas e o porto de Vitória; 5.º — preparação do terreno para a imediata fundação de um bom numero de empresas mistas, que receberão especial proteção governamental, e destinadas a desenvolver suas atividades em ramos econômicos que ainda acusam, no Brasil, grande atrazo».

Ao que parece, «The Financial Times» está muito melhor informado sôbre os negócios brasileiros do que a própria imprensa nacional.

A ameaça real que pesa sôbre a independência do nosso país não constitui, por conseguinte, nenhum fantasma. A essa ameaça se liga claramente a visita de Mr. Snyder. O que visam os ianques é receber de mão beijada o petróleo baiano, fechar Volta Redonda e a Fábrica Nacional de Motores, dominar as jazidas de ferro. Daí a insistência numa legislação benevolente e a arapuca das empresas mistas americano-brasileiras.

Contra essa ameaça já estão reagindo todos os brasileiros sinceramente patriotas sem distinção entre comunistas e não comunistas. Trata-se, do ponto de vista imediato, da independência nacional, que os traidores declarados e os capituladores de todos os matizes, dentro e fóra do govêrno, desejam vender ao imperialismo norte-americano.

7 DE AGOSTO DE 1900 — Morte de Wilhelm LIEBKNECHT

13 DE AGOSTO DE 1871 — Nascimento de Karl LIEBKNECHT

WILHELM LIEBKNECHT

Este mês comemora-se duas datas que pertencem particularmente ao proletariado alemão: a morte de Wilhelm Liebknecht e o nascimento de seu filho Karl Liebknecht, dois dos maiores líderes da classe operária alemã, sacrificados ambos na luta pelo socialismo.

Essas datas, no entanto, são caras também aos trabalhadores de todos os demais países. A memória desses grandes combatentes, que, em duas épocas históricas diferentes, representavam o que havia de mais evoluido na classe operária de todo o mundo, o movimento socialista da Alemanha, deve ser lembrada, agora, principalmente como exemplo de luta contra a guerra de agressão e rapina, contra a guerra imperialista.

Wilhelm Liebknecht, contemporâneo e amigo de Marx, nasceu a 29 de março de 1826, em Giessen, na Alemanha. Ligado, desde a mocidade, ao movimento democrático de sua pátria, participou das insurreições de 1848 e 1849, cuja derrota determinou sua emigração para a Inglaterra. Em Londres conheceu Marx, de quem se tornou discípulo e amigo e sôbre quem escrevia mais tarde um estudo biográfico.

Ao lado de seu compatriota Augusto Bebel (1840-1913), W. Liebknecht fundou, em 1869, o Partido Social Democrata da Alemanha e foi diretor dos dois órgãos oficiais do partido: o «Volkstadt» e o«Vorwaerts», dirigindo este último até sua morte, a 7 de agosto de 1900.

Wilhelm Liebknecht participou da primeira representação socialista no parlamento alemão — Reichstag — onde votou, com Bebel, contra os créditos de guerra para a luta da prússia contra a França, em 1870-71 e contra a anexação da Alsácia-Lorena, resultante da derrota francesa pela Alemanha. Essa posição contra a guerra de rapina motivou seu encarceramento pela autocracia de seu país.

A classe operária da Alemanha deve a Wilhelm Liebknecht a concretização de sua primeira unidade sólida, quando, em 1875, provando suas excepcionais qualidades de organizador, W. Liebknecht contribuiu poderosamente para a fusão das diversas correntes políticas em que estava dividido o proletariado alemão.

★

KARL LIEBKNECHT

Karl Liebknecht soube honrar e aperfeiçoar as grandes qualidades de revolucionário que fôra seu pai. Tendo de enfrentar uma das situações mais sérias da história do movimento operário da Alemanha, Karl Liebknecht surge como um dos grandes líderes socialistas contemporâneos. Sua atuação ganha particular importância durante a guerra imperialista de 1914-18, quando mais uma vez a vanguarda do proletariado alemão se manifesta contra a guerra de agressão e rapina. E' sua voz única que se levanta para votar contra os créditos de guerra pedidos ao Reichstag pelos imperialistas alemães. Coerente com as tradições dos socialistas alemães, Karl Liebknecht tem coragem moral necessária para lutar contra a corrente num dos momentos mais sérios para a classe operária de seu país, quando a reação kaiseriana dispõe de todas as armas para fazer calar os verdadeiros representantes dos mais altos ideais dos trabalhadores. Mais tarde, condenando com veemência o capitulacionismo de falsos socialistas alemães, os social-patrioteiros que se colocam ao lado dos senhores imperialistas de seu país, Lenin diria que Karl Liebknecht, ao votar contra a guerra imperialista, representava naquele momento, êle sozinho, tôda a classe operária alemã.

Encarcerado, como fôra seu pai, Karl Liebknecht não recua ante a prepotência dos algozes do proletariado de sua Pátria. Mantém-se firme em sua posição, porque sabe que a seu lado estão as grandes massas trabalhadoras de seu país e de todo o mundo, cujos interêsses são diametralmente opostos aos dos imperialistas.

Restituido à liberdade, depois da derrota do bando imperialista alemão, Karl Liebknecht se coloca novamente na vanguarda da luta da classe operária alemã pela sua libertação, pois é sôbre seus ômbros que a burguesia vencida da Alemanha tenta lançar a pesada carga das dívidas de sua guerra de rapina. Liebknecht, ao lado de Rosa Luxemburg, participa das agitações revolucionárias de após-guerra. A fôrça dos exércitos e da polícia do Kaiser e dos latifundiários alemães se concentraram na própria Berlim e demais cidades industrializadas, prevendo as justas revoltas populares. Estas rebentam tendo à frente a Liga dos Spartakistas, organização revolucionária do proletariado alemão, e são impiedosamente esmagadas. Karl Liebknecht, juntamente com Rosa Luxemburg, é preso e fuzilado pelo próprio pelotão de escolta e seu cadáver lançado aos esgotos de Berlim, a 15 de janeiro de 1919.

Sua lição, porém, foi legada aos verdadeiros representantes dos trabalhadores em todo o mundo. E' uma lição que requer heroismo para ser levada à prática. Mas é dêsse heroismo que têm nascido as vitórias da classe operária em todo o mundo contemporâneo, permitindo que se amplie cada vez mais o campo de ação dos combatentes da liberdade, da paz é do progresso, enquanto se restringem as posições de seus inimigos, acossados pela própria marcha da História.

"ESTAMOS PRONTOS A COLABORAR COM TODOS PARA O RETORNO À CONSTITUIÇÃO"

Declara PRESTES, no Senado, propondo a formação de uma ampla comissão inter-partidária, objetivando a defesa da democracia e um programa econômico de salvação nacional

Na sessão do dia 5, no Senado, o senador Luiz Carlos Prestes pronunciou, na hora do expediente, o seguinte discurso, cuja grande importância política seria desnecessário destacar:

O SR. CARLOS PRESTES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito o momento de calmaria política, depois de três meses de evidente nervosismo — podemos dizer de histeria anticomunista, nas fileiras do Govêrno — para voltar a esta tribuna.

V. Excia., Sr. Presidente, e os ilustres colegas poderão imaginar a profunda emoção com que faço uso da palavra, perante o Senado. Mais do que nunca, sinto o pêso da grande responsabilidade, que recai sôbre meus ombros de representante do povo carioca, de Senador mais votado na Capital da República, ao retornar a êste recinto.

Motivos de fôrça maior, sôbre os quais prefiro silenciar, afastaram-me dêle durante algumas semanas.

Sr. Presidente, o que me preocupa no momento, e o que me chama urgentemente à tribuna, é a necessidade de pôr um paradeiro à onda de boatos, à onda, que se espalha, a respeito de atividades subversivas dos comunistas brasileiros.

Contesto, inicialmente, de maneira mais categórica, qualquer motivo para tanto, e duvido que possam apresentar, já não digo uma prova, mas qualquer indício de atividade conspirativa por parte dos comunistas.

Ésses boatos, tôda a onda atual oriunda de uma suposta ameaça conspirativa por parte dos comunistas, é, por si mesma, tão ridícula, tão contraditória, que cai ao primeiro exame. Mas não nos iludamos e, principalmente, nós, comunistas, não devemos ter nenhuma ilusão a respeito; trata-se de uma campanha sistemática, com um centro diretor, visando determinado objetivo. O que se quer, é alarmar a Nação, o que se tem em vista é manter um estado de nervosismo, de desconfiança; o que se pretende é fabricar pretexto que justifique novas e mais violentas medidas contra a democracia, contra a Constituição de nossa Pátria.

Permita-me, Sr. Presidente, que passe, em rápida revista, essa onda de boatos, a respeito de pretensas conspiratas comunistas.

Logo ao primeiro exame, vemos aparecer a palavra comunismo ao lado do nome de outros partidos. Certos jornalistas, há alguns meses, mas nestes últimos dias com maior intensidade, com maior cinismo, insistem num pretenso *queremo-comunismo*, isto é, numa conspiração de queremistas, de amigos do Sr. Getúlio Vargas, aliados aos comunistas, com o fim de ameaçar a ordem pública.

Outros agregam a êsse binômio um terceiro termo: Referem-se a São Paulo. Juntam-lhe, então, o *ademarismo*.

Mas são plenos de contradição! Assim, um dêsses foliculares, em artigo de hoje, acusa os comunistas de agressivos ao Sr. Ademar de Barros e como culpados pelos acontecimentos últimos de S. Paulo. Mas, no corpo de seu próprio artigo, cujo título é "Agressão comunista ao Sr. Ademar de Barros", contraditoriamente, inclui os comunistas na canôa *ademarista!*

Alguns dos fabricantes de conspiratas, procuram aliar os comunistas, já não mais aos *queremistas*, mas ao *pessedismo*. E' a conspiração de Pernambuco. São os comunistas aliados ao P.S.D., a conspirar contra a ordem.

Alguem, lá no Norte, vê, no entanto, outra conspiração: é o *udeno-comunista*. E' o *udeno-comunismo* de Alagôas, que está justificando a criação e a mobilização dos exércitos alagoanos. São os *udenistas* ligados aos *comunistas*, a conspirar contra a ordem.

Li algures de que no Maranhão, já não são os *queremistas*, os *pessedistas* e os *udenistas* que se aliam aos comunistas com o mesmo objetivo. Lá, é o Partido Republicano. São os republicanos, através do Sr. Lino Machado, ligados aos comunistas, a conspirar contra a ordem constituída em nossa Pátria!

Simplesmente ridículo é o gesto de se pretender enganar a Nação com tanta mentira!

Posso, e creio que devo dirigir-me, desta tribuna, aos chefes de todos os partidos, a que acabo de me referir, na certeza de que todos êles estão em condições de contestar completamente, *in limine*, qualquer contacto, com o Partido Comunista, qualquer solicitação dos comunistas para que juntos conspirem.

Aqui nesta Casa mesmo, Sr. Presidente, já se fêz ouvir a voz do Partido Trabalhista Brasileiro, por intermédio do nobre Senador Salgado Filho, desmentindo a calúnia, desfazendo a infâmia. Jamais o Partido Comunista procurou contacto com o Partido Trabalhista do Sr. Getúlio Vargas, para conspirar contra a ordem constituída. E S. Excia. o Senador Salgado Filho tem tôda a razão, quando mostra que o Partido Comunista foi inimigo, em quase todo o Brasil, do Partido Trabalhista nas últimas eleições. Nem houve mesmo uma aproximação eleitoral. Combatemos, e combatemos rijamente pela palavra e na conquista dos votos do eleitorado brasileiro.

O Sr. Getúlio Vargas, se estivesse aqui presente, de certo poderia afirmar, frente a esta Casa, que os comunistas jamais se aproximaram de S. Exa. no sentido de qualquer conspiração contra a ordem constituida.

Eu, pessoalmente, desde 1930, não tenho relações pessoais, com o Sr. Getúlio Vargas, nem tive ocasião de falar com S. Exa., salvo em encontro fortuito, em um elevador desta Casa, quando nos cumprimentamos.

E, em 1930, falara pela última vez, pessoalmente, com o sr. Getúlio Vargas, para tratar do movimento da Aliança Liberal.

Sr. presidente, estou seguro de quo v. exa., digno presidente do Partido Social Democrático, respondendo, portanto, pela atuação de seus subordinados, não poderá, de forma alguma, concordar com essa onda de boatos, de mentiras, e de calúnias, a respeito de qualquer coligação conspirativa em Pernambuco de comunistas com membros do Partido Social Democrático.

O nobre senador José Américo, aqui presente, poderia, também informar sôbre se, uma vez siquer, os comunistas o procuraram para qualquer intento subversivo.

O sr. José Américo — Efetivamente, não procuraram: nem poderiam procurar.

O SR. CARLOS PRESTES — Tôdas as vezes que tive ocasião de falar com s. exa., o nobre senador pela Paraiba, foi para buscar fórmulas de unidade na luta pacífica em defesa da Constituição e da democracia.

Sr. presidente, o mesmo poderá dizer o sr. Adhemar de Barros, e o mesmo, estou certo, há de afirmar, também, o ilustre deputado Arthur Bernardes, presidente do Partido Republicano, contra as propaladas conspiratas de comunistas e republicanos no Maranhão.

QUEM REALMENTE CONSPIRA CONTRA A NAÇÃO

Esta contestação, sr. presidente, estava se tornando necessária, porque a verdade é que, ao se falar tanto em conspiração, se silencia, nada se diz a respeito dos que, estão realmente conspirando contra a ordem e contra o regime democrático instituido pela Constituição de 18 de setembro.

Sr. presidente, essa onda de boatos foi iniciada depois que o chefe da Casa Militar do senhor presidente da República, general Álcio Souto, pronunciou aquela oração, que repercutiu no país, denunciando conspirações que jámais poderá apontar e cujos responsáveis não poderá dizer quem são.

Assim, nêste momento em que se continúa a insistir no alarme à nação, bem como em criar ambiente de desordem, de desconfiança e de intranquilidade, permito-me apelar para a palavra autorizada do grande órgão bandeirante que é o "Estado de São Paulo". Êsse jornal, senhor presidente, na edição de 26 de julho passado, publicou algo digno de atenção e que, talvez, chegue ao resto de patriotismo porventura existente no fundo do coração dos verdadeiros conspiradores.

Sr. presidente, o "Estado de São Paulo", de 26 de julho, diz o seguinte:

> "Tanta coisa existe por aí a preocupar o povo e o govêrno. Por que aumentar as aflições gerais com uma lei que provoca tantos alarmes e tantas reações? Que necessidade tem o govêrno de agitar ainda mais a opinião pública com essas tentativas de retorno a uma ordem jurídica criada pela ditadura e por ela largamente explorada?
>
> Manda o bom senso que diminúamos as ocasiões de atrito entre o poder público e o povo que, em lugar de leis de exceção, tratemos de votar leis que harmonizem, cada vez mais, os interêsses em choque, e que dilatem, no espírito público, a confiança nos poderes constituidos.
>
> Dê-nos o govêrno tudo quanto possa concorrer para o nosso bem estar para o nosso sossêgo e para a consolidação das nossas liberdades, e não precisará de leis asfixiantes, como a que ora pretende obter do Congresso Nacional. Deve êle ser o primeiro a dar ao povo lições de tolerância e de compreensão constitucionais."

Sr. presidente, venho aqui para declarar, solenemente, mais uma vez, que os comunistas não conspiram. São falsas as notícias de tentativas de perturbação da ordem por parte dos comunistas. E a esta afirmação, feita da tribuna do Senado, desafio contestação.

Durante os dois anos de vida legal do Partido Comunista, temos sido os mais intransigentes defensores da ordem. Já disse, mais de uma vez, nêste recinto, que só nos interessa a ordem constitucional. Na luta contra os desacertos do govêrno, a nós nos bastam os recursos da Constituição, os recursos da lei. Sómente para êles apelamos.

Depois da injusta indecisão do Superior Tribunal Eleitoral, cassando o registro eleitoral do Partido Comunista — tremendo êrro politico, durante êstes três mêses que nos separam do 7 de maio último, nossa posição continuou a mesma: luta rigorosa e intransigente contra a nova ditadura, mas luta dentro dos recursos legais. Isto já o afirmei diversas vezes durante o tempo decorrido. Agora, quero referir-me à simples passagem do manifesto lançado pelo Comité Nacional do Partido Comunista, lido na tribuna da Câmara pelo deputado Maurício Grabois, a 16 de maio dêste ano:

> "O que nos cabe fazer, agora é lutar pelo restabelecimento da ordem, da lei e da Constiuição. Ou conseguimos, unidos todos os patriotas, fazer retroceder, quanto antes a reação, ou seremos levados pelo despenhadeiro em que se lançou o grupo fascista."

E mais adiante dizia:

> "A ditadura há de recuar, se não quizer ser ràpidamente esmagada pelas forças crescentes da democracia do mundo inteiro e a união poderosa de todos os patriotas no Brasil".

Isto, no entanto, ainda se tornou mais claro, quando, em 5 de junho, tive ocasião de conceder uma entrevista à "TRIBUNA POPULAR", na qual, entre outras afirmações a respeito de nossa luta pela ordem, tive ocasião de dizer:

> "Graças à orientação firme dos comunistas foi possivel manter a ordem no país, e pouco a pouco se organizavam as forças democráticas. A atitude ordeira dos comunistas desmascarou tôdas as provocações fascistas, assegurou a promulgação da nova Constituição e obrigou o grupo fascista a se conformar com a realização das eleições de 19 de janeiro. Durante todo êsse tempo os comunistas insistiram no seu apoio ao govêrno, sem deixar de fazer a crítica serena, firme e construtiva aos seus erros; mostraram a necessidade de um govêrno de confiança nacional para resolver os graves problemas econômicos; deram com franqueza sua opinião sôbre a maneira de enfrentar a carestia e a inflação pelo aumento da produção, o aumento fortemente progressivo sôbre a renda e os capitais, o aumento imediato dos salários; mostraram a necessidade de controlar os lucros e de nacionalizar os bancos. Durante todo êsse tempo, os comunistas utilizaram os recursos democráticos para organizar as grandes massas, para educá-las politicamente, para fazê-las compreender a necessidade de encontrar solução pacífica para seus conflitos com os patrões. Foi tão firme e persistente a atuação dos comunistas que até mesmo um homem reacionário como o sr. Negrão de Lima foi obrigado a ceder e concordar com a convocação de um Congresso unitário dos operários brasileiros, congresso que, apesar de dissolvido na última hora pelo sr. Negrão de Lima, acabou por fundar a grande central sindical brasileira, a gloriosa C.T.B. que se pretende agora dissolver."

O Sr. Ivo D'Aquino — Vossa Excia. permite um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — Pois não.

O Sr. Ivo D'Aquino — Que que V. Excia. denomina grupo fascista?

O SR. CARLOS PRESTES — Chamo assim ao grupo que cerca o Presidente Dutra e sustenta política contrária à Constituição.

O Sr. Ivo D'Aquino — Vossa Excia. está enganado.

O Sr. Presidente da República está, exatamente, sustentando a Constituição e mantendo o regime democrático.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. sabe que a liberdade de reunião está revogada em plena Capital da República?

O Sr. Ivo D'Aquino — A prova é que S. Excia., o Sr. Presidente da República, tem suportado, da parte de Vossa Excia., os maiores insultos, quer dirigidos a S. Excia., quer às próprias Fôrças Armadas.

O SR. CARLOS PRESTES — Depende do que V. Excia. denomina de insulto, porque dizer a verdade não constitui insulto. Tenho atacado o govêrno no seu desrespeito à Constituição.

O Sr. Ivo D'Aquino — Vossa Excia. não atacou o Presidente da República; V. Excia. insultou-o.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. vai citar êsses insultos. Quando os proferi? Desta tribuna? V. Excia. deverá trazê-los ao conhecimento do Senado.

O Sr. Ivo D'Aquino — Vossa Excia. insultou as maiores patentes do Exército e a mais graduada autoridade do país, que é o Sr. Presidente da República, a quem não tem o direito de fazer as alusões constantes da sua entrevista.

O SR. CARLOS PRESTES — Repito: V. Excia. vai trazer êsses insultos ao conhecimento da Casa. Chamar de ditador ao general Dutra não representa insulto, porque Presidente da República que desrespeita a Constituição é ditador.

O Sr. Ivo D'Aquino — Vossa Excia. não pode dizer que o Presidente da República está a serviço de qualquer nação estrangeira. E dificilmente V. Excia. se eximirá desta acusação, pelas declarações que tem feito perante o Brasil.

O SR. CARLOS PRESTES — Na minha entrevista, declarei que a política seguida pelo sr. General Gaspar Dutra, no Brasil, — que é contra a massa camponesa, contra os interêsses da burguesia nacional, porque mantém fábricas fechadas e só serve a meia dúzia de grandes financistas nacionais e a monopólios estrangeiros — está em ligação direta com o imperialismo ianque.

O Sr. Ivo D'Aquino — O sr. general Eurico Gaspar Dutra não se encontra a serviço de imperialismo nenhum. Sua Excia. está servindo ao Brasil. Quem se acha a serviço do pensamento estrangeiro é o Partido de V. Excia., dissolvido por uma decisão da Justiça Eleitoral, que tem de ser respeitada perante a nação.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. deverá provar essa acusação, que é velha e tem sido muito repetida. Nada à prova. Entretanto, podemos provar que a política atual do govêrno brasileiro beneficia aos interêsses dos grandes "trusts", dos grandes monopólios, do imperialismo ianque em nossa terra.

Na mesma entrevista a que V. Excia. aludiu, referindo-se à necessidade da luta ordenada, dentro dos termos da Constituição, disse eu que nos bastam as armas da democracia para combater a ditadura. Isto, que foi dito com tôdas as letras, está rigorosamente dentro da Constituição. Apontamos ao povo o caminho a seguir, respeitando a ordem constitucional do Brasil e fazendo uso do direito de manifestação do pensamento, do direito de associação e do de reunião, na medida em que nos fôr dado ainda gozá-los, porque aqui na Capital da República, como Vossa Excia. sabe, o povo está privado do direito de reunião.

O Sr. Ivo D'Aquino — Vossa Excia. não tem razão. Não houve privação dêsse direito.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. conhece o episódio da passeata das senhoras cariocas e da visita à Câmara Municipal?

O Sr. Ivo D'Aquino — Absolutamente, não houve privação de direito nenhum. A polícia tem, apenas, procurado impedir que, nessas manifestações, se insinuem elementos subversivos, os quais, depois de provocarem a reação das autoridades, vêm acusar a polícia de ter atentado contra o povo. Vossa Excia., que tem sido técnico no assunto, poderá explicá-lo melhor do que ninguém.

O SR. CARLOS PRESTES — Se V. Excia. sabe que sou técnico, deve ser porque também, V. Excia. o seja.

A Constituição da República, no parágrafo 11 do art. 141, diz, com tôdas as letras, de maneira categórica, clara e insofismável, que todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a polícia senão "a posteriori", para assegurar a ordem pública. Dêsse direito o govêrno nos pode privar, a pretexto das invencionices como essas que venho agora desmentir das conspiratas de comunistas, trabalhistas e udenistas do Brasil inteiro. São tôdas falsas porque não há nenhuma trama de conspiradores, ou por outra, conspiradores são os que se insurgem contra a Constituição e contra a ordem legal em nossa pátria.

O Sr. Ivo D'Aquino — Quem está falando sôbre conspiração é V. Excia. E se vem perante o Senado pretendendo defender o Partido Comunista por estar sendo acusado de fazer conspiração, alguma razão há. Senão V. Excia. não estaria falando a êsse respeito.

O SR. CARLOS PRESTES — Não compreendo a lógica de V. Excia. Estou desmentindo a onda de boatos, de informações falsas veiculadas pela Imprensa, tôda ela orientada por um centro diretor, visando determinados objetivos, de acôrdo com os interêsses da política dominante e dos Departamentos dos Estados Unidos.

O Sr. Ivo D'Aquino — Os boatos não são espalhados pelo Govêrno. V. Excia tenha a bondade de lêr os jornais que se referem a isso e verá que não são governistas.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. conhece o discurso do general Alcio Souto?

O Sr. Ivo D'Aquino — Conheço perfeitamente o general Alcio Souto, como conheço a entrevista concedida por Vossa Excia., com os maiores insultos ao Presidente da República e ao Exército Nacional.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. vai dizer-me quais são êsses insultos, porque eu não os conheço.

Continuando, dizia eu:

Nessa luta (contra a Constituição pela Ditadura) ninguém será capaz de nos arrastar ao terreno da desordem, nem ao desespêro.

O Sr. Ivo D'Aquino — Mas não nos comparamos ainda com a Rússia.

O SR. CARLOS PRESTES — E' difícil. Nosso Govêrno não pode, de forma alguma, comparar-se com o da Rússia. Lá existe democracia de verdade e aqui, o que se deseja, é impedi-la, por todos os meios.

O Sr. Ivo D'Aquino — Isso, no modo de pensar de Vossa Excelência.

O SR. CARLOS PRESTES — Sr. Presidente, êstes documentos que acabo de lêr confirmam nossa posição firme em defesa da ordem e o desejo sincero de trilhar o caminho da luta pacífica com recursos da lei e da Constituição, a fim de fazer retornar a ordem legal à nossa pátria.

Estou a imaginar, Sr. Presidente, — porque neste recinto mesmo objeção já me foi feita — se são os comunistas eternos partidários da luta pacífica.

Não. Não somos pacifistas, não chegamos a adotar a tática de Gandhi. Sabemos que, em determinados momentos históricos, é inevitável a violência dos dominados contra a prepotência dos dominadores. Não desconheço que, na época do ascenso do fascismo, quando a democracia perdia terreno, dia a dia, o dever de todos os democratas, naquele momento em que a democracia recuava, obrigada pela fôrça do fascismo, que crescia no mundo inteiro, era empunhar armas, para cair lutando pela defesa da democracia. O sacrifício dos que morressem haveria de conduzir à vitória das nações que se batiam pela democracia no mundo inteiro.

O Sr. Ivo D'Aquino — Por isso é que a Rússia fez acôrdo com a Alemanha, no comêço da guerra...

O SR. CARLOS PRESTES — Justamente para defender a democracia é que foi feito aquele acôrdo. O assunto, aliás, nos levaria muito longe.

O Sr. Ivo d'Aquino — Pelo argumento de V. Ex., o nazismo estava com a democracia.

O SR. CARLOS PRESTES — Era necessário assegurar o tempo indispensável e evitar que os manobreiros da guerra, os provocadores da guerra, na Inglaterra e na Europa, levassem a União Soviética a um sacrifício inútil.

O Sr. Ivo d'Aquino — V. Ex. acha que Hitler não era um provocador de guerras?

O SR. CARLOS PRESTES — Stalin já em 1939 dizia: "Não tiramos castanhas do fogo para os outros".

O Sr. Ivo d'Aquino — Mas tirou para si.

O SR. CARLOS PRESTES — E os outros eram os govêrnos de Chamberlain na Inglaterra e de Daladier na França.

POR QUE DEFENDEMOS A ORDEM

Senhores, não sendo eternamente pacifistas, por princípio, somos, agora, defensores de caminhos pacíficos. Cremos que, no momento histórico que atravessa o mundo, não é com a desordem que a democracia avança; para avançar ela quer a ordem. Quem quer a desordem é o fascismo, são seus restos, são os resíduos ditatoriais ainda espalhados pelo mundo inteiro. Esses querem a desordem porque esta lhes dá pretexto para esmagar a democracia, o movimento operário, as vanguardas democratas de todos os povos.

Senhores, se hoje lutamos pela ordem e pelos meios pacíficos, isto se deve a duas razões fundamentais. Há outras, sem dúvida, mas quero referir-me às principais. Uma delas, de caráter histórico, mundial, é a situação em que se apresenta o mundo no após-guerra, com a derrota do nazi-fascismo. A outra, mais especificamente nacional, diz respeito à gravidade do momento que atravessamos, que está a exigir a união de todos os brasileiros para enfrentar problemas sérios.

A nova situação mundial — refiro-me à primeira das aludidas razões — como se caracteriza?

Pelo avanço da democracia, pela correlação das atuais fôrças sociais, completamente diferente da que se observava na época do nazismo e do fascismo. Essa correspondência de fatores sociais forma a democracia, — não apenas quantitativamente, por serem mais fortes e poderosas as energias democráticas no mundo — mas também qualitativamente.

A época é diferente. A democracia está solidificada. O socialismo está vitorioso e avança a passos largos pelo caminho pacífico de cada povo. Hoje, não é mais possível derrotá-lo. Antes de 1939, o socialismo ainda estava sob séria ameaça.

O mundo de hoje se apresenta diferente do anterior a 1939, porque o socialismo está vitorioso em toda parte. A democracia pode sofrer vicissitudes, ser abatida aqui ou acolá, mas serão crises passageiras, porque avançará e esmagará, amanhã, àqueles que tenham ainda a pretensão de desandar a roda da História e que serão por ela esmagados, como já o foram Hitler e Mussolini!

Senhores: a situação atual do universo tem algo de semelhante: — a história não se repete, senão em nível mais alto, em condições novas — à época posterior às derrotas de Napoleão. Derrotado Napoleão, surgiu a Santa Aliança, com os Bourbons, na França a pretender a volta ao feudalismo, para impedir a marcha do capitalismo pelo mundo inteiro. Mas o capitalismo, vencedor, avançou por cima da Santa Aliança, e os Bourbons, não puderam permanecer no poder senão quinze anos: foram esmagados!

Por quê?

Porque — repito — o capitalismo, naquela época, triunfara sôbre o feudalismo. Hoje, é o socialismo que vence, triunfa sôbre o capitalismo, e a marcha será específica para cada povo. Cada nação, inevitàvelmente, marchará para o socialismo pelo caminho específico: o povo búlgaro, o iugoslavo e bem assim brasileiro, cada um pela sua estrada hão de chegar ao socialismo. E o comêço dêsse caminho é a solução dos problemas da revolução democrático-burguesa em harmonia com a dos problemas do socialismo no mundo.

O Sr. Ivo d'Aquino — V. Ex. tenha a bondade de não confundir socialismo com ditadura bolchevista. São coisas diferentes.

O SR. CARLOS PRESTES — Isto é a opinião de V. Ex. No meu entender na União Soviética se está praticando o socialismo.

O Sr. Ivo d'Aquino — Não é só a minha opinião; é a de todos.

O SR. CARLOS PRESTES — Na União Soviética a humanidade chegou, realmente, ao socialismo. V. Ex. pode dizer o que entender da União Soviética, mas duvido que lá encontre um burguês capaz de explorar o trabalho de outro homem; todos são trabalhadores.

O Sr. Ivo d'Aquino — Porque o Estado explora o trabalho de todos.

O SR. CARLOS PRESTES — O socialismo constitui-se justamente pela socialização dos meios de produção: a terra e as máquinas acham-se nas mãos da sociedade, através do aparelho do Estado, ainda necessário na época atual, em que se torna imprescindível a coordenação de todas as atividades para benefício do mundo inteiro.

O sr. Ivo D'Aquino — E V. Excia. considera natural a absorção de tôdas as atividades particulares pelo Estado, contra a democracia.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. está equivocado. Labora em êrro.

O sr. Ivo D'Aquino — E' o que V. Excia. está dizendo. Se êrro existe, está na opinião do nobre colega.

O SR. CARLOS PRESTES — Estive na União Soviética durante alguns anos e não encontrei, naquele país, a absorção a que V. Excia. se refere.

O sr. Ivo D'Aquino — Então naquele tempo a situação devia ser muito diferente.

O SR. CARLOS PRESTES — Para chegarmos ao socialismo, nos países mais atrasados, é que a democracia avança no mundo.

Em nossa pátria, por exemplo, a primeira reivindicação do povo, a fim de resolver seus problemas mais rudimentares, é conseguir a democracia. Precisamos dela, Necessitamos liquidar o aparelho burocrático, que ainda defende direitos de casta, para que o povo possa intervir na vida da Nação, lutar pelos seus verdadeiros interêsses e resolver os problemas nacionais.

O capitalismo, depois de 1815, avançou por vários caminhos, Adiantou-se por trilhas diversas. Na América, como repercutiu a vitória do capitalismo europeu? Através das lutas pela independência nacional de todos os povos. E as nações que conseguiram essa independência deram um passo à frente.

Todos os que tentam hoje, fazer voltar atrás a roda da História, estão marchando para o suicídio.

Nos últimos meses nota-se, no mundo inteiro, a ofensiva do imperialismo. Nos Estados Unidos, acha-se assinalada, de maneira bem clara, pelo discurso pronunciado em 12 de março pelo Presidente Truman. E ao lado dêsse discurso vemos a grande chantagem do momento. Diz-se que Mr. Snyder, na sua visita ao Brasil, conseguiu convencer boa parte da família brasileira de que a guerra é inevitável: que, em outubro, ela se desencadeará entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Ora, sabemos que não é fácil fazer a guerra. Tentativas dessa natureza já foram postas em prática, anteriormente. Hoje, o povo americano é o primeiro a se levantar contra a idéia de uma nova deflagração. Trata-se de chantagem guerreira, destinada a assustar os incautos, para conseguir arrancar-lhes tôdas as medidas necessárias ao triunfo do imperialismo, que deseja silêncio, que quer explorar os povos. Para alcançar êsse objetivo, intimida as classes dirigentes. São poucos os que se deixam enganar de boa fé, porque a maioria se deixa iludir por vontade própria, prestar serviços ao patrão imperialista.

Senhores, Mr. Truman, nos dias de hoje, não poderá levar o povo americano a uma guerra contra a União Soviética sem previamente esmagar aquela nobre gente sob a bota de um novo fascismo.

Não é fácil, repito, levar à guerra o povo americano, possuidor das mais nobres tradições democráticas, povo que ainda há poucas semanas se levantou contra a lei Taft-Hartley, que aniquila sindicatos, obrigando o Presidente Truman a vetá-la. Tão impressionante foi o movimento da massa popular americana contra semelhante golpe de traição e de fascismo...

O sr. Arthur Santos — Mas assim V. Excia. está declarando que o Presidente Truman é um grande democrata, visto como, impressionado pela opinião do povo de seu país, vetou a lei Taft-Hartley. V. Excia. está, portanto, fazendo acusações injustas.

O SR. CARLOS PRESTES — O aparte de V. Excia., do ponto de vista superficial, é justo. Mas o ilustre colega há de convir em que o Presidente Truman é membro do Partido Democrático, arcando com tôdas as responsabilidades de Chefe de Estado.

Se fôsse um democrata do vulto de Roosevelt, teria apontado ao Parlamento o caminho justo para que uma lei dessa natureza não chegasse à sanção. Truman vetou a lei, certo de que a maioria do Senado haveria de pôr abaixo o veto, como o fez. Foi simples manobra de politicagem. Um homem que deseja reeleger-se e portanto arranjar massa eleitoral, cede à pressão dessa mesma massa. Mas o resultado foi o mesmo, porque a lei está de pé, visto como o veto foi rechassado pelo Congresso e VV. Excias. sabem disso.

Mas, ante a onda de reação à ofensiva do imperialismo, que vemos? Por acaso a dominação imediata dos povos que o imperialismo ataca? Vemos, ao contrário que, à medida que ataca, mais forte se torna o movimento de libertação nacional. Vêde a Grécia, a pequenina Grécia, para onde o imperialismo lança todo o pêso de sua fôrça. No entanto, jamais esteve tão forte o movimento de libertação na Grécia como neste momento, justamente após a ofensiva imperialista.

Hoje, na Indonésia, os holandeses pretendem, atiçados, assolados pelo próprio imperialismo ianque, reconquistá-la, voltar à exploração de suas colônias, que já tinham conquistado a independência.

E que vimos dias depois de iniciada a ofensiva? O movimento de repulsa das democracias do mundo inteiro é tal que o imperialismo holandês teve que parar sua ofensiva; e o movimento de libertação da Indonésia vai crescendo. O povo, que luta pela sua independência, será sempre vitorioso, seja qual fôr a fôrça do imperialismo, por maiores, mais difíceis e mais duras que sejam as vicissitudes por que tenha de passar.

O sr. Ferreira de Souza — V. Excia. acusa os Estados Unidos de imperialistas. Não sei bem qual o sentido que V. Excia. dá à palavra. Às vêzes, em virtude mesmo de nossas ideologias, modificamos de certo modo o sentido das palavras. Mas não considera V. Excia. que também a ação da Rússia Soviética em relação à Iugoslávia e à Hungria é manifestação de imperialismo?

O sr. Ivo D'Aquino — Muito bem. O mesmo está acontecendo nos Estados balcânicos.

O SR. CARLOS PRESTES — Sob o mesmo ponto de vista, não. Como muito bem disse o nobre Senador Ferreira de Souza, com a sua brilhante intelectualidade, a discussão entre os homens, às vezes, origina-se do conceito diverso que emprestam às palavras.

O sr. Ferreira de Souza — Há muitas palavras que, entre nós, têm sentido diferente.

O sr. Francisco Gallotti — Por exemplo, a palavra "democracia".

O SR. CARLOS PRESTES — Há conceitos diferentes. O que temos de imperialismo é diverso do de V. Excia.

O sr. Hamilton Nogueira — Quando a Rússia domina, não é imperialismo...

O sr. Ivo D'Aquino — Quando se trata dos Estados Unidos é imperialismo. Quando está em causa a Rússia, não o é, no conceito do nobre orador.

O SR. CARLOS PRESTES — A questão é mais profunda; diz respeito à História, à economia política.

O sr. Ivo D'Aquino — Diz respeito à atualidade.

O SR. CARLOS PRESTES — Chamamos imperialismo a determinada etapa do capitalismo. E para nós é verdadeiro absurdo, é contradição, é jôgo de palavras, falar em imperialismo soviético. Na União Soviética não há imperialismo porque não há capitalismo privado, não há grandes "trusts" particulares. E são os "trusts" que exploram os povos.

O sr. Ferreira de Souza — V. Excia. não negará que a ação política da União Soviética procura absorver e açambarcar outros países. Isso, para nós, é uma manifestação de imperialismo.

O SR. CARLOS PRESTES — Foi V. Excia. mesmo quem assinalou a nossa diferença de conceitos sôbre imperialismo. V. Excia. aceita-o somente do ponto de vista político e nós o vemos fundamentalmente pelo conteúdo econômico.

O sr. Ferreira de Souza — O imperialismo existe predominantemente no ponto de vista político.

O SR. CARLOS PRESTES — A nós o que interessa é saber se a sociedade está dividida em classes — exploradores e explorados — ou se não há mais essa divisão, se todos os meios de produção estão em mãos da própria sociedade. Nestas condições, no regime socialista de um país como a União Soviética, não pode haver imperialismo. Em luta permanente com o capitalismo procura naturalmente, apoiar-se em Estados progressistas e os auxilia, mas não com empréstimos a juros formidáveis e imposições políticas...

O sr. Ferreira de Souza — Mas com armas.

O SR. CARLOS PRESTES — Nem com armas. A União Soviética ajuda o povo. A União Soviética ajudou os povos do Oriente Médio e da Europa a se libertarem do nazismo.

Para exemplo, basta dizer que a Polônia de hoje é diametralmente diferente da de 1939. E' uma Polônia livre, em que o povo polonês está no Poder.

O assunto nos levaria muito longe para ser debatido, porque a diferença de conceitos é profunda.

O sr. Ferreira de Souza — Não só profunda mas fundamental.

O sr. Hamilton Nogueira — Apenas para uma explicação pediria ao nobre orador, porque a mim parece necessária. V. Excia. fala no combate das fôrças socialistas contra os fascistas e os nazistas internacionais. Não compreendo a razão pela qual os comunistas do mundo inteiro apoiam o peronismo que é, sem dúvida, extrínseca e intrinsicamente, manifestação perfeita do fascismo.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. está equivocado quanto ao apoio que damos ao peronismo.

O sr. Hamilton Nogueira — Só se voltar atrás, porque, até agora, V. Excia. mesmo, da tribuna do Senado, várias vêzes já o afirmou.

O SR. CARLOS PRESTES — Já tive ocasião de observar desta tribuna, que estranhava se acusasse de fascista o govêrno de Peron, principalmente partindo êsse conceito de democrata como V. Excia. se diz.

Na Argentina de hoje há mais democracia do que no Brasil. Pelo menos o Partido Comunista ali, é livre; a reunião é livre e os comícios se realizam. Logo, é falso supor que o atual govêrno da Argentina seja fascista. E' mais democrata do que o do Brasil, repito.

O sr. Ivo D'Aquino — Neste caso, não se trata de mais ou de menos democracia. A democracia existe ou não existe.

O sr. Ferreira de Souza — E os professores democratas são demitidos porque não concordam com o govêrno!

O sr. Hamilton Nogueira — A maioria dos professores das universidades é demitida. Se fôsse no Brasil V. Excia. acusaria o govêrno de fascista.

O SR. CARLOS PRESTES — Não conheço nenhuma ação dessa espécie, ali. Pode ter havido no entanto, repressão do govêrno, qualquer ato mais ou menos arbitrário.

O sr. Ivo D'Aquino — Personalidades conhecidas, tais como os professores Hussai e Castex, como dezenas de outros, foram demitidos porque tomaram parte na manifestação anti-fascista nas ruas das cidades portenhas. E V. Excia. apoia êsse fascismo!

O SR. CARLOS PRESTES — Há profunda diferença entre o que VV. Excias. chamam de fascismo e o que realmente o é. O que posso garantir é que pelo clima, pelo que se observa hoje na Argentina, o seu govêrno é mais democrático do que o atual do Brasil.

O sr. Ivo D'Aquino — Não se cogita de ser mais ou menos democrata. V. Excia. distingue imperialismo político de imperialismo econômico?

O SR. CARLOS PRESTES — Como marxista não distingo, porque ambos estão entrosados. Meu conceito de imperialismo é profundamente econômico e o do nobre senador Ferreira de Souza é mais político.

O sr. Ivo D'Aquino — A Rússia ao tomar conta da Polônia, da Iugoslávia e da Bulgária, exerce imperialismo econômico ou político? V. Excia. apoia êsse imperialismo?

O SR. CARLOS PRESTES — Que quer V. Excia. dizer com "tomar conta"? V. Excia. [illegible]

são, que êles se sujeitam a governos estranhos? Esses povos conquistaram sua própria independência. Dimitroff é um patriota búlgaro. Sofreu dezenas de anos na luta que se travou na Bulgária. Tito, é um grande general e patriota iugoslavo. São êsses homens que estão governando, com o apoio do povo. VV. Excias. querem negá-lo, alegando que a Rússia é que os está governando. O govêrno da Iugoslávia é o mais patriótico possivel.

O sr. Ivo D'Aquino — Como V. Excia. se insurge contra o caso da Grécia, V. Excia. acha que o govêrno está ali submetido ao imperialismo americano? V. Excia. entende que o povo grego não sofreu?

O SR. CARLOS PRESTES — Na Grécia vemos a luta do povo, para conseguir sobreviver, contra o imperialismo e o fascismo.

O sr. Ivo D'Aquino — Se se trata da Rússia, V. Excia. acha que é libertação. Sendo outras nações, é imperialismo!

O SR. CARLOS PRESTES — Nós procuramos ver de que lado está o povo, ao passo que V. Excia. não se preocupa com êle, mas somente com o govêrno.

O povo, na Grécia, está contra o govêrno: levanta-se contra êsse govêrno porque é um govêrno de terror. O da Iugoslávia está com o govêrno.

O sr. Ivo D'Aquino — Quando a ocupação é da Rússia V. Excia. está de acôrdo...

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. tem conclusões por demais simplistas para serem contestadas.

O sr. Ivo D'Aquino — O povo da Iugoslávia está padecendo sob a ditadura comunista. Êste é o caso. V. Excia. considera que está tudo muito bem. Quando é a Rússia quem dirige, merece os aplausos de V. Excia., do ponto de vista político e econômico.

O SR. CARLOS PRESTES — São conclusões por demais simplistas.

O sr. Ivo D'Aquino — V. Excelência faz distinções que não compreendo.

O sr. Ferreira de Souza — Queria apenas uma explicação. Disse V. Excia. que o povo da Iugoslávia está com o Govêrno, ao passo que o da Grécia é contra o Govêrno. Qual a razão da sua convicção? Normalmente, devemos reconhecer que os governos correspondem aos desejos do povo, ou à sua maioria. Se sou levado a crer que o Govêrno iugoslavo representa a vontade popular, depreendo que o da Grécia também traduz a vontade do povo grego.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Excia. não está bem informado.

O sr. Ferreira de Souza — Devo admitir a mesma conclusão.

O SR. CARLOS PRESTES — Acredito estar V. Excia. ainda lembrado de que, antes de terminar a luta contra o nazi-fascismo, o mundo presenciou o doloroso acontecimento grego.

O sr. Ferreira de Souza — Lembro-me.

O SR. CARLOS PRESTES — Que dizem os srs. Senadores daqueles fatos? A camarilha monarco-fascista, que está no poder da Grécia, sustentada por Churchill, foi, também, apoiada pelas armas inglesas, ou seja, pelas armas internacionais. A isso, sr. Presidente, é que se pode dar o nome de ditadura. Esses, sim, são ditadores.

O sr. Ferreira de Souza — V. Excia. negará que a vitória do atual govêrno iugoslavo teve o auxílio das armas russas?

O SR. CARLOS PRESTES — Se o nobre colega, senador Ferreira de Souza, conhece bem a história da luta de guerrilhas na Iugoslávia, durante a ocupação nazista, deve ter como todos nós, real admiração pelo heroísmo e valor dêsse povo e concluir que um país que assim conquistou sua liberdade, jamais aceitará o domínio de qualquer outra Nação.

O sr. Hamilton Nogueira — V. Excia. admite que não teve o menor auxílio da União Soviética...

O SR. CARLOS PRESTES — Talvez V. Excia. não esteja perfeitamente a par de informações sôbre a Grécia.

O sr. Hamilton Nogueira — O centro de informações de V. Excia. é perfeito, preciso...

O SR. CARLOS PRESTES — Esse país está hoje reduzido a [illegible] e um grupo de [illegible] Govêrno [illegible] de ocupar algumas cidades principais.

A Grécia, territorialmente falando, está nas mãos dos guerrilheiros, em poder dos democratas, que se acham em luta contra os governantes, porque se saírem dali estarão liquidados.

O sr. Ferreira de Souza — E êsses guerrilheiros não terão recebido auxílio direto da Rússia?

O SR. CARLOS PRESTES — Os guerrilheiros, sr. Presidente, estão começando a tomar cidades, como, por exemplo, Alexandropulus, às margens do mar Egeu, apesar das armas de Truman e apesar dos milhões de dólares enviados pelos Estados Unidos.

O sr. Ivo D'Aquino — Por que o govêrno soviético não deixa os correspondentes de jornais estrangeiros entrarem nas suas zonas de ocupação?

O sr. Ferreira de Souza — V. Excia. pode informar, com segurança que as armas dos guerrilheiros gregos não foram fornecidas pela Rússia?

O SR. CARLOS PRESTES — Essa, sr. Presidente, é uma afirmativa falsa, veiculada por determinadas emprêsas telegráficas. Qualquer jornalista pode ali entrar e bem assim dizer o que bem entender. Se o nobre Senador Ivo D'Aquino afirma ter lido tal notícia, eu, de minha parte, tenho lido outras, de jornalistas que estiveram de fato na região soviética e fizeram o que quiseram. Naturalmente as notícias não poderão dizer tôdas, a mesma coisa.

O sr. Hamilton Nogueira — São verdadeiras apenas as de V. Excia.

O sr. Ivo D'Aquino — Observo a V. Excia. que as notícias veiculadas pelos primeiros são naturalmente vagas, pois que os mesmos não podem, em absoluto, penetrar na região soviética.

O SR. CARLOS PRESTES — Afirmo a V. Excia. que podem.

O sr. Ivo D'Aquino — Por que o govêrno soviético não os deixa penetrar lá? Eu tinha vontade de saber por que não convida os jornalistas estrangeiros para lá irem fazer observações.

O SR. CARLOS PRESTES — Então, seria aconselhável que escolhêssemos e para lá enviássemos alguém que pudesse apurar a verdade.

O sr. Ivo D'Aquino — A União Soviética não o permitiria.

O SR. CARLOS PRESTES — Sr. Presidente, o que é fato é que o Brasil tem um embaixador na União Soviética. Nestas condições...

O sr. Presidente — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Observo ao nobre Senador, que se acha esgotada a hora do expediente.

O sr. Ivo D'Aquino — (*Pela ordem*) — Requeiro, de acôrdo com o Regimento, a prorrogação, por trinta minutos, da hora do expediente, para que o nobre senador Carlos Prestes possa concluir suas considerações.

O sr. Presidente — A Casa acaba de tomar conhecimento do requerimetno do sr. Ivo D'Aquino.

Os srs. senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o sr. senador Carlos Prestes.

O SR. CARLOS PRESTES — Agradeço a gentileza do nobre senador Ivo D'Aquino, bem como a de meus ilustres pares, e peço desculpas ao Senado pelo tempo que lhe venho tomando na tribuna.

Caso diminua o número de apartes às minhas considerações, comprometo-me a terminar ràpidamente, desde que expresso já se encontra meu pensamento pelas primeiras palavras que hoje pronunciei nesta Casa, palavras que o esclareceram, mais uma vez, assegurando-o quanto a posição do Partido Comunista Brasileiro e dos seus membros, na sua atitude de luta dentro da ordem.

No entanto, sr. Presidente, devo insistir no segundo motivo. No primeiro, atinente à luta rigorosamente pacífica, dentro da ordem e da legalidade, que hoje empreendemos, de acôrdo com o momento histórico e a nova situação do mundo.

Sòmente ao fascismo é que poderá interessar a desordem, bem perto da qual está a situação econômica da nossa pátria.

NÃO É MAIS POSSIVEL RETARDAR A SOLUÇÃO DOS NOSSOS PROBLEMAS

O segundo motivo, por que [illegible] la ordem, é a necessidade de solução pacífica para os graves problemas enfrentados pelo nosso povo, que jamais serão resolvidos por um salvador, pela ação isolada, de um indivíduo por um só partido ou por uma só classe social. Esses problemas exigem a união de todos os patriotas, de tôdas as classes, de todos os partidos. Para terem solução satisfatória, êsses problemas terão de ser encarados coletivamente, com a união de todos os brasileiros que procuram realmente o progresso e a defesa dos interêsses de todo o povo, de tôda a nação.

Estamos chegando ao momento em que já não é mais possivel retardar a solução dos problemas fundamentais da nossa estrutura econômica, da nossa organização política e social. E isso exige a união de todos os brasileiros, acima de quaisquer diferenças ou divergências ideológicas.

No entanto, senhores, a experiência dêstes 18 meses de govêrno já é suficiente para mostrar que o caminho, que vamos trilhando, não está certo, porque nos vai empurrando para a agravação crescente, cada dia mais séria, de todos os nossos males. Não melhoramos nêsses 18 mêses; o Brasil não progrediu, o Brasil não avançou, a situação do povo não melhorou.

Disso há prova científica, concreta, objetiva.

Aceitamos que os homens que foram para o govêrno, que aplicam o programa que está sendo posto em prática, estivessem realmente bem intencionados, desejassem acertar. Mas a verdade é que, depois de feita a experiência, passados 18 mêses, verificamos que o caminho está errado, não dá certo; que, em vez de melhorar, a situação do povo se agrava cada vez mais e as condições do país são, cada dia, mais sérias. A economia nacional se debate na mais perigosa das crises, e marchamos, sem dúvida alguma, para uma catástrofe econômico-financeira, que póde ser de consequências desoladoras para a nação.

Que deseja qualquer patriota, que desejamos nós? O progresso do Brasil. Queremos nos colocar entre as grandes nações e, não, como um país de segunda ou terceira categoria.

Aqui digo, repetindo palavras de Lenine a respeito da Rússia czarista, em 1931: — Como marcha o Brasil? Para uma crise progressiva, porque não andamos. Damos apenas pequeninos passos, ficamos quasi parados, quando o mundo inteiro dá largas passadas. A distância que nos separa dos povos, que avançam, é cada vez maior. A isso é que Lenine denominava o atraso progressivo da Rússia czarista. É o tal atraso progressivo que nos está levando o govêrno atual.

Não são palavras, srs. senadores, não é demagogia: são fatos. Basta a análise mais superficial para verificá-los. Aquí mesmo, no recinto desta Casa, mais de um senador trouxe fatos e dados para provar o que há de calamitoso na situação do país. Não basta acusar a ditadura anterior; não basta dizer que a ditadura trouxe todos os males ao Brasil. É necessário saber se, nos 18 mêses decorridos, estamos procurando resolver os nossos problemas. Mas isso não aconteceu. Em vez de melhorar, estamos piorando; em vez de elevar-se o nível de vida do povo, baixa-se-o, criando-se-lhe dificuldades cada vez maiores.

Da própria tribuna do Senado a nação ouviu a palavra do senador José Américo, que apontou a fome como o grande mal do Brasil. S. exa. chocou a nação pintando um quadro duro, triste, doloroso da realidade em que vivemos.

O sr. José Américo — Referi-me a casos, mas indiquei soluções.

O SR. CARLOS PRESTES — Infelizmente, a orientação do govêrno, o caminho seguido até agora, não tem sido dos melhores, porque os problemas, em vez de resolvidos, se agravam.

Trouxe aqui alguns dados para objetivar minhas palavras; entretanto, o tempo é escasso e prefiro continuar.

Lembra-se a Casa dos discursos dos srs. José Américo e Getúlio Vargas, dos quais discordo em muitas de suas passagens, mas que têm outras em que são justas as observações a respeito da realidade atual de nossa pátria.

Trouxe dados a respeito da carestia da vida. Basta examinar-se qualquer jornal, para se verificar que a vida encareceu mais durante o ano de 1946 e os 5 mêses de 1947, do que nos quatro anos anteriores, de 1940 a 1945, em diversos produtos, que não citarei, porque não disponho de tempo.

O "Correio da Manhã", há poucas semanas, citava números a respeito da carestia, mostrando como uma dona de casa com cem cruzeiros, em 1938, comprava cinquenta e tres quilos de mantimentos; em 1944, vinte e seis e trezentas; em 1945, vinte e dois quilos e setecentas gramas; ao passo que, em 1946, quinze quilos e quinhentas gramas.

É a fome, é o estomago do povo que está vazio, acarretando uma série de calamidades fácil de imaginar.

Há poucos dias os jornais nos davam uma notícia, comovedora para qualquer brasileiro, e que não pode deixar de nos chocar, mais grave do que aquela que nos comunicava o senhor general Gaspar Dutra, em 1942, de que sessenta por cento dos nossos jovens de 21 e 22 anos, chamados ao serviço das armas, eram físicamente incapazes, qual seja a de que, atualmente, na Bahia, na Escola de Aprendizes Marinheiros, das crianças que se apresentaram ao exame, oitenta por cento eram incapazes físicamente para o serviço da marinha, portadores da sífilis, da tuberculose, e de outras doenças.

É a miséria agravando-se assustadoramente. Poderia citar muitos outros dados.

Negou-se, aquí, nesta Casa, que a política atual do govêrno se fizesse contra a indústria nacional.

Mas, que é que estamos vendo, senão, com o fechamento de fábricas e a diminuição de operários, uma política financeira errada, contrária à indústria nacional? Ignoro se essa política se exerce consciente ou inconscientemente, mas a verdade é que a indústria nacional marcha para a liquidação.

Posso lêr dados rápidos e superficiais, apresentados pelo deputado Mazza, na Assembléia Constituinte de S. Paulo, há poucos dias atrás, em que citou fábricas e o número de operários despedidos.

Ei-los: (Lê)

Setor Textil: fábricas de rayon despediram 200 operários e pretendem despedir todos os operários admitidos de 1944 a esta data. A Textil Santo André reduziu a semana de trabalho para 3 dias. As fábricas Irmãos Tognato e Tecelagem Santo André reduziram duas horas diárias de trabalho. A tecelagem Didone de 130 operários está reduzida a 25 operários — a Cia. Fambra reduziu a semana a 5 dias. A Cia. Pirelli S. A., despediu 200 operários. A Cia. Química Rhodia Brasileira fechou a secção de fabricação de pentes ficando cêrca de 200 operários sem emprêgo. A Cia. LidgerWood fechou a seção de fundição ficando 80 operários sem emprêgo. A Mecânica e Fundição de Elevadores Atlas despediram cêrca de 200 operários. Cerâmica S. Caetano S. A. de 1.609 operários reduziu para 1.406 — A Tubos Brasilite de 609 operários reduziu para 432. A Cerâmica Santo André fechou suas portas ficando 85 operários sem emprêgo. A Cerâmica Americana S. A. de 259 operários reduziu para 128. A Cerâmica Tupã de 92 operários reduziu para 38 operários. A Fábrica de Louças Adelina, com 1.013 operários se acha parada há mais de um mês. A Fábrica de Louças Pirattininga fechou suas portas ficando 79 operários sem emprêgo. A Fábrica de Louças Real despediu 180 operários. A Fábrica de Louças Maua despediu 65 operários. A Porcelana Nacional de Utinga de 140 operários reduziu para 68 operários. A Porcelana Brasil de 165 operários reduziu para 45 operários. A Porcelana Bandeirantes fechou as suas portas ficando 55 operários sem emprêgo. A Porcelana Vitória, de 66 operários reduziu para 12 operários. Três cortumes dêste município já estão na iminência de fechar suas portas. As Fábricas de Móveis Renascença de Utinga e Seleção de Artefatos de Madeira foram obrigadas a fechar as suas portas.

Segue a relação. Há ainda muitas outras.

Tudo isso demonstra que a política está sendo exercida em detrimento da indústria nacional. E não será desta maneira que sairemos da inflação.

Não estamos frente ao dilema — inflação ou deflação. O que o patriota deve considerar é o rumo a seguir em função dos interêsses nacionais; é a conduta a ser adotada para que o Brasil possa progredir. Evidentemente, não é com a liquidação da indústria nacional que nossa pátria poderá progredir.

A quem serve essa liquidação? Naturalmente ao imperialismo americano, aos grandes "trusts", aos grandes monopólios, porque a política atual do govêrno, de aniquilar a indústria, é no sentido de que o Brasil seja um país agrário, produtor de matérias primas, como disse o sr. Snyder, na sua entrevista ao "Times", nos Estados Unidos, há poucos dias.

O sr. Bernardes Filho — Vossa exa. sabe que o sr. ministro das Relações Exteriores, referindo-se às declarações atribuídas ao sr. Snyder, disse que devia ter havido engano na transmissão da notícia...

O SR. CARLOS PRESTES — Li a declaração de s. exa.

O sr. Bernardes Filho — ... porque a conversação do senhor Snyder com o ministro das Relações Exteriores havia sido noutros têrmos.

O SR. CARLOS PRESTES — O sr. Raul Fernandes tem tôda a razão para dizer isso.

Porque as declarações do sr. Snyder aqui no Brasil, certamente foram diferentes.

O Sr. Bernardes Filho — Folgo com essa declaração de V. Ex.

O SR. CARLOS PRESTES — Li as declarações do Sr. Snyder feitas aqui, mas, ao chegar aos Estados Unidos, êle falou para os banqueiros americanos, que estão interessados em reduzir a indústria brasileira.

Eu creio que o Dr. Raul Fernandes queira fazer alguma coisa pela indústria nacional, mas S. Ex., com a sua responsabilidade de Ministro do Exterior, já devia ter tomado atitude mais firme, apontando ao Govêrno a necessidade de modificar essa política financeira, prejudicial ao Brasil em todos os sentidos.

Ainda há poucos dias, o nobre Senador por Pernambuco, Sr. Novais Filho, referia-se à proibição da exportação do açucar que objetivava uma suposta deflação, que jamais selo-á de fato, porque, à sombra dela, estão se criando condições para uma futura inflação muitas vezes pior, em conseqüência da diminuição da produção nacional.

O Sr. Ivo d'Aquino — V. Ex. me permite um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — Pois não.

O Sr. Ivo d'Aquino — V. Ex., no meu entender, está chegando a uma conclusão exagerada. Não é a política do Govêrno que está determinando os fenômenos, que V. Ex. está apontando, certo ou errado, porque não tenho elementos para apurar a sua exatidão. O que está acontecendo é um desnível de mercado, resultante de fenômenos de após guerra. Nem o Govêrno é culpado, nem pode remediar a situação relativa a êsses fatores alheios a qualquer contrôle no país.

O SR. CARLOS PRESTES — Discordo de V. Ex. Sr. Senador, o aparte de V. Ex. merece a minha maior atenção e desejaria dar-lhe resposta cabal. Não disponho, porém, de tempo para desenvolver essa resposta. Discordo de V. Ex. Não creio seja essa a razão. E' uma velha tecla, batida desde o tempo do Sr. Souza Coscta, a de que a guerra é a grande causa.

A França, que sofreu a guerra o que o nosso país de longe sofreu, está em situação superior ao Brasil. Iugoslávia, a Checoslováquia e outros países, que foram ocupados durante toda a guerra, já estão atingindo os níveis de antes da guerra e suas finanças [illegible].

Quer dizer que a guerra não é bastante para tudo justificar. Houve, de fato, inflação durante o Govêrno do Sr. Getulio Vargas. Tal inflação, porém, não pode ser combatida da maneira por que o Govêrno atual procede. Deve ser combatida de outra forma. Procure-se onde estão os interêsses nacionais, e trabalhemos para servi-los, com o estímulo da produção nacional. E devemos emitir, se fôr necessário, não para a cobertura de deficits, mas para incentivo da produção nacional, o que não constitui, em absoluto, um fato de inflação.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex. não negará que a guerra tenha aberto mercados, que, com ela, também passaram.

O SR. CARLOS PRESTES — Absolutamente.

O Sr. Bernardes Filho — Não negando, V. Ex. há de convir que, terminada a guerra, os mercados que se abriram também se fecharam automàticamente.

O SR. CARLOS PRESTES — Alguns. Não todos.

O Sr. Bernardes Filho — Alguns. Mas o que é preciso é atribuir a essa uma das causas da crise.

Não quero dizer que seja a única.

O SR. CARLOS PRESTES — O problema, Sr. Senador, é complexo. A guerra é um fator, concordo. Mas não é fundamental. Decorre da política financeira errônea da ditadura. E' consequência da própria ditadura, que, desde 10 de novembro de 1937, abriu as portas à inflação. Resultou de um fenômeno de ordem psicológica, qual seja o da entrega de todos os poderes nas mãos de um só homem, dando-lhe possibilidades para emitir sem ser responsabilizado. Fato é que, dissolvido o Parlamento, franqueia-se a emissão sem contrôle. As emissões foram destinadas à cobertura de "deficits", à construção de obras suntuárias e desnecessárias em número incalculável. Mas não é agora, com a deflação, que vamos resolver o problema brasileiro. Com ela, estamos aniquilando a indústria nacional; estamos matando o doente com o remédio.

O Sr. Bernardes Filho — Não se está fazendo a deflação.

Parou-se a emissão. (Muito bem.)

O SR. CARLOS PRESTES — E o fazemos à custa das divisas ouro, que estão sendo vendidas de maneira desastrada, fazendo com que o Brasil perca as reservas ouro, que possui, no estrangeiro, para o reequipamento das suas indústrias, das suas vias férreas, da sua frota.

Nêsse sentido, já o Deputado Herbert Levy abordou na Câmara, o problema. E outro documento, o Relatório da Carteira Comercial de Exportação do Banco do Brasil enviado pelo próprio Ministro da Fazenda, Sr. Corrêa e Castro, diz, claramente, que as nossas divisas-ouro no estrangeiro, se esgotaram, desapareceram ràpidamente.

Em que? Na aquisição de quinquilharias ou nas remessas de juros da dívida ou dos lucros das grandes emprêsas estrangeiras. Para um país como o nosso, isto é um crime contra a nação!

Em maio de 1945 tive ocasião de fazer esta afirmação que causou hilariedade entre algumas pessoas, porque me supuseram contrário à importação de artigos de luxo para nossa Pátria: (lê)

"E' cada vez mais claro que o ouro proveniente das exportações nacionais não pode mais ser malbaratado na aquisição de artigos de

A CLASSE OPERÁRIA

...xo, ..., ...cos de ...eita, camisas e outras bugigangas, semelhantes àquelas contas de vidro com que os portugueses enganavam os nossos índios, para deles obter em troca víveres de que necessitavam nos primeiros tempos da colonização e escravização dos mesmos aborígenes".

Agora, Senhores, é o Relatório do Banco do Brasil que proclama ter sido empregado o ouro brasileiro em bagatelas.

Já ensinava Augusto Comte que — "Governar é prever para prover". Agora, passados dois anos, quem previu? — Os comunistas. Mas os governantes, a classe dominante, essa não previu, antes malbaratou nossas reservas-ouro no estrangeiro, não permitindo que o país pudesse adquirir a maquinaria indispensável à sua indústria.

Prossigo, referindo-me ainda a essa tecla da necessidade de prever de todos os governantes.

Senhores, estamos em face de graves acontecimentos. O próprio desenvolvimento rápido, a situação de prosperidade incontestável dos Estados Unidos, numa sociedade capitalista, constitui índice primário da crise que se aproxima. Ainda há poucas semanas, o Presidente Truman, em relatório enviado ao Congresso sôbre a situação econômica exprimiu-se com palavras de orgulho, de vanglória pelo progresso norte-americano.

Sem dúvida, é grande, enorme, essa prosperidade. Mas o que Truman não póde ver, como capitalista que é, como representante dos "trusts" capitalistas, foi que essa prosperidade contém em seu seio todo o germe da crise cíclica do capitalismo, a qual atingirá proporções muito maiores e mais graves do que as da crise cíclica de 1929.

Esta, a realidade. As palavras de Truman lembravam-me as do Presidente Hoover, ao assumir, em março daquele ano, o govêrno dos Estados Unidos. Hoover, declarou então que os Estados Unidos entravam num ano de prosperidade e que esta seria eterna. Não decorreram muitos meses, pois, em outubro daquele mesmo ano, o crack da Bolsa de Nova York trouxe a Mister Hoover a resposta para todas as ilusões capitalistas.

A mesma crise ameaça — e em condições muito mais graves — o mundo capitalista de hoje. E' a crise do sistema capitalista norte-americano.

Imaginem, senhores, o que pensam os governantes brasileiros, os homens responsáveis pelo futuro de nossa pátria diante de um quadro desta natureza.

Os Estados Unidos representam como compradores cerca de 50% do nosso comércio de exportação. Uma crise naquele país seria a queda catastrófica dos preços, numa quantidade de, pelo menos, 60%. Mas a crise não ficou nem ficará reduzida aos Estados Unidos; terá reflexos no mundo inteiro. A exportação sofrerá profundo abalo. E' esta a grande crise que ameaça nossa pátria, e que deve ser enfrentada por um govêrno que deseje realmente salvaguardar os interêsses da Nação. Precisa desde já estudar, prever para minorar os sofrimentos do povo.

Senhores, dizemos isto porque, ao contrário do que supõem muitos dos nossos adversários e talvez mesmo alguns de nossos amigos, mal informados sôbre o comunismo, nós, comunistas, jamais adotamos a tese "do quanto pior melhor". Não! Jamais adotamos semelhante tese. Muitos pensam que os comunistas desejam "quanto pior melhor". Esta é uma tese anarquista e os comunistas absolutamente não a adotam. Desejamos evitar a bancarrota do Estado, porque isto significaria a desordem, o caos e a guerra civil. Não constituiria, de modo algum, fator democrático de desenvolvimento e de progresso brasileiros.

Permito-me ler algumas palavras — as primeiras — de um artigo por mim escrito há poucos dias, em que digo justamente o que venho afirmando neste discurso:

"Os comunistas jamais aceitaram a tôla teoria do "quanto pior melhor" e sempre lutaram, como lutam ainda agora, contra a catástrofe econômica, contra a bancarrota do Estado, contra a continuação do processo inflacionário. Mas justamente por isso são também contrários à pseudo-deflação do atual govêrno, porque não se iludem quanto às suas consequências e, principalmente, porque não podem concordar com a colonização do país pelo imperialismo, com a liquidação consciente e criminosa da indústria nacional. Contra essa política suicida da atual ditadura levantar-se-ão todos os patriotas, todos os que não estejam ligados aos interêsses estrangeiros, todos os que almejam o progresso do Brasil e o desenvolvimento de sua indústria".

Senhores, pretendia examinar, agora, o lado político da situação que atravessamos. Diante de ambiente econômico tão grave, qual a situação política? Que vem fazendo o Govêrno?

A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

Em poucas palavras: o que vemos é o Govêrno preocupado com o fantasma comunista. Não se preocupa, entretanto, com a indústria nacional, com a situação econômica do povo, com a miséria em que se debatem as grandes massas. Não! Tôda a atenção dos governantes se volta para êsse fantasma. E' de ogeriza, de ódio, de fanatismo anti-comunista a linha traçada pelo Govêrno da República.

O Sr. General Dutra, quando candidato — notai bem, quando candidato em abril de 1945, em carta amplamente divulgada, reconhecia a legalidade do Partido Comunista, achando que o mesmo tinha direito à vida legal. No entanto, assumindo o poder, seu Govêrno toma a orientação única da repressão a êsse partido legal e do combate aos comunistas. Êsse fanatismo anti-comunista nós já o conhecíamos também, mas não podíamos imaginar que tal sentimento fôsse superior ao seu patriotismo, à obrigação que assumiu de zelar pelo progresso do Brasil e pela preservação da Constituição.

Todos sabem o que foram os primeiros quinze meses dêsse Govêrno, e as lutas, nesse período, do Partido Comunista. Embora legalmente reconhecido, possuindo quinze representantes na Assembléia Constituinte, foi tenazmente perseguido. Vejam-se os acontecimentos de março de 1946, quando se tentou explorar declaração feita por mim numa sabatina a respeito da guerra imperialista, deturpando-a e procurando criar ambiente de ódio contra o comunismo. No dia 1.º de Maio foi proibida a manifestação do proletariado brasileiro, na ocasião em que os trabalhadores do mundo inteiro comemoravam a data a êles consagrada.

Não bastava isso, porém. A 23 de Maio verificou-se a chacina do Largo da Carioca, onde diversos trabalhadores foram assassinados. Depois, foi a suspensão da TRIBUNA POPULAR. A seguir, houve o "quebra-quebra", em agosto, evidentemente, tudo isto, com o intuito de provocar animosidade contra o Partido Comunista.

Desejo ainda recordar as investidas no sentido de cassar-lhe o registro eleitoral, às vésperas das eleições de 19 de Janeiro. Isto, todavia, não foi possível levar a cabo, porque seria demasiadamente forte para a reação medida tão escandalosa.

Em 1.º de Maio de 1947, repetiu-se o mesmo ocorrido no ano anterior: o proletariado brasileiro, os operários de nossa terra foram os únicos que não conseguiram realizar as comemorações daquela grande data. E foi-lhes negada a licença de reunião mesmo quando a Confederação dos Trabalhadores anunciou que os operários fariam manifestação ao Presidente da República.

O Sr. General Eurico Dutra sente-se de tal maneira assustado — êste o termo exato que o chegam mesmo a ser empregado pelas revistas "Times", em seu último número, — "worried" — com o fantasma comunista, que foge do povo e não lhe permite levar a efeito as suas manifestações pacíficas, na luta pelos seus interêsses e pela prática da democracia em nossa Pátria.

Não é possível insistir sôbre todo o acervo de desacertos que se seguiram à cassação do registro do Partido Comunista, por aquele *score* de três a dois. Poucos dias mais tarde, ao ser injustamente cassado o título do Senador Euclides Vieira, tôda a imprensa teve que concordar que não era sério o comportamento do Tribunal, comportamento que o desprestigiará se continuar a agir dessa maneira.

O SR. IVO D'AQUINO — V. Exa. está atacando injustamente um tribunal que tem decidido sempre com a maior isenção de ânimo.

O SR. CARLOS PRESTES — Talvez do ponto de vista de V. Exa.

O SR. IVO D'AQUINO — Mesmo o partido de V. Exa. tem obtido decisões favoráveis dêsse Tribunal. V. Exa. não está insultando apenas o govêrno da República, mas, também, o Poder Judiciário.

O SR. CARLOS PRESTES — Não o estou insultando, mas apenas dizendo a verdade a respeito do comportamento errôneo de certos juizes.

O SR. IVO D'AQUINO — Não compreendo, então o que V. Exa. entende por injuria.

O SR. CARLOS PRESTES — Não estou insultando o Poder Judiciário nem vou referir-me a essa série imensa de atos que se seguiram à cassação do registro do Partido Comunista. Com a cassação, a luta contra a democracia era inevitável. Iniciou-se a marcha para a ditadura, a luta aberta contra a democracia e contra a Constituição. E quem o afirma é insuspeito de ser chamado de comunista: o Deputado Juraci Magalhães. No seu discurso de poucos dias, proferido na Câmara dos Deputados, disse que foi um êrro cassar o registro do Partido Comunista, porque a cassação acarretará outros erros inevitáveis de restrições à liberdade de imprensa e de reunião, criando para os democratas o dilema de participar de uma democracia sem os comunistas, ou lutar para que lhes sejam assegurados direitos que segundo o Sr. Juracy Magalhães seriam usados contra a própria democracia.

S. Exa. equivocou-se em chamar democracia a um regime que não conta com a participação dos comunistas S. Exa. não pode chamar democracia ao regime onde não há liberdade de imprensa, nem direito de reunião.

Sr. Presidente, vou terminar para não molestar, por mais tempo, meus nobres pares. O que verificamos, na prática, é que, ao invés da ditadura resolver os problemas econômicos do nosso povo, com sua ojerisa ao comunismo, com sua mania anti-comunista, trouxe a desordem e a desconfiança, agravando, ainda mais, a situação econômica e financeira do nosso país.

A desconfiança é flagrante. Não há industrial, um homem de negócios que tenha coragem de empregar capital em alguma coisa, na situação em que vivemos. O que se nota são dias de nervosismo, de falta de confiança. Não sabemos o que vai acontecer, mesmo a nós que somos Senadores; não sabemos se, amanhã, estaremos com nossos títulos cassados. Não há mais garantia de natureza alguma. E se os Senadores da República, os representantes do povo, não têm garantia, imaginemos o pobre capitalista, que emprega seu dinheiro em empreendimentos sem saber o que vai acontecer diante do estado de desordem e arbitrariedades em que vivemos.

O SR. ARTHUR SANTOS — V. Exa. diz "pobre capitalista"?

O SR. CARLOS PRESTES — Digo "pobre capitalista" porque a vitória do socialismo no mundo é inevitável. Temos, ainda, o reflexo na situação internacional. O Brasil, membro da ONU, membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas é o único país onde não existe o partido comunista legal.

Em tôdas as democracias, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, e até nessa Argentina "fascista" a que se referem alguns democratas, o Sr. Peron respeita a legalidade do Partido Comunista. No Chile, na Bolívia, no México há a mesma liberdade. Entre nós pretendeu-se imitar Trujillo e Morinigo esperando que com o prestígio do Brasil, o gesto fôsse acompanhado por outras nações. Mas nem o Sr. Peron, nem o Sr. Videla, nenhum outro Presidente da América do Sul quiz acompanhar essa atitude.

O SR. BERNARDES FILHO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — Pois não.

O SR. BERNARDES FILHO — Gostaria que V. Exa. repetisse qual o adjetivo que deu ao regime político seguido pelo General Peron.

O SR. CARLOS PRESTES — Disse "fascista" segundo a opinião de alguns democratas.

O Sr. Bernardes Filho — Folgo em ouvir o qualificativo.

O SR. CARLOS PRESTES — Assim lhe chamam alguns democratas, mas na minha opinião não é fascista. Discordo.

O Sr. Bernardes Filho — V. Excia. discorda? Era isso que desejava ouvir de Vossa Excelência.

O Sr. Presidente — (*Fazendo soar os tímpanos*). Lembro ao nobre Senador que está finda a prorrogação da hora do expediente.

O SR. CARLOS PRESTES — Comprometo-me a terminar já. A verdade é que essa onda de terror anti-comunista, essa campanha, essa ogeriza ao Partido Comunista deve ser apreciada também pelos que estão do outro lado. Nunca no Brasil se falou tanto em comunismo como de há três meses para cá.

Nêsse sentido, não podemos deixar de agradecer a propaganda que durante êsses meses de luta se vem fazendo do comunismo.

Em nossa terra torna-se cada vez mais clara a luta contra a Constituição, que ainda não completou um ano de vida e já foi tantas vezes violada. E o esfôrço sistemático visando impedir a consolidação das fôrças democráticas e o desenvolvimento da democracia. E' a preparação para a volta da tirania que permita a entrega da Nação aos grandes banqueiros ianques, para explorá-la ainda mais e acabar fazendo de nossa juventude carne para canhão em suas aventuras guerreiras.

Nenhum democrata de verdade, nenhum patriota pode já agora fugir ao dever de lutar em defesa da Constituição. Não se trata de ataque aos comunistas; é evidente que o que se ataca é a democracia. O projeto-lei do sr. Costa Neto não visa apenas os comunistas, mas a vida democrática de nossa pátria. E' necessário que se levantem todos os democratas contra essa tirania que se pretende impôr para humilhação do nosso povo.

Mas o sucesso dessa luta contra a ditadura depende fundamentalmente do grau de união das fôrças democráticas, da capacidade que tiverem todos os patriotas de reunir suas fôrças na base de um programa comum.

Não são golpes nem conspiratas que asseguram a vitória da democracia, mas a ação consequente e vigorosa de todos juntos, exigindo a volta ao regime da lei e da Constituição.

Pensemos mais na triste e dolorosa situação em que se debate o nosso povo; pensemos nas consequências, que poderão ser catastróficas, para a Nação, da crise que se avizinha, que já bate às nossas portas; pensemos no futuro da pátria; pensemos, senhores, na ameaçadora situação a que chegamos — o caso último de São Paulo, da queima de bondes e ônibus, é uma advertência.

Situação grave que só a união de todos os patriotas poderá resolver. Nós, os comunistas, nos dirigimos a todos os patriotas, particularmente aos homens de responsabilidade, aos dirigentes dos partidos políticos, na esperança de que saibam colocar os interêsses da pátria acima das divergências de campanário e dos pequenos interêsses personalistas. União sim, mas união superior, em tôrno não de homens mas de um programa de salvação nacional, que hoje em dia é, preliminarmente, o da defesa da Constituição e da democracia. A democracia de verdade da qual participem tôdas as correntes políticas e não aquela "democracia" a que se referiu o sr. Juracy Magalhães, sem os comunistas, sem liberdade de imprensa, sem direito de reunião.

O Sr. Ferreira de Souza — À moda russa.

O SR. CARLOS PRESTES — Na Rússia, Sr. Senador, há liberdade de imprensa e de reunião.

O Sr. Ferreira de Souza — Liberdade absoluta?

O Sr. Francisco Gallotti — V. Excia. permite um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — O tempo de que disponho está esgotado.

O Sr. Francisco Gallotti — É um pequeno aparte, mais no sentido de me esclarecer. V. Excia. fala em democracia. Desejo relatar fato ocorrido há um ano. Era eu diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, e fazia viagem de inspeção a todo o nordeste.

Terminada a inspeção, reuni os engenheiros e funcionários de maior categoria, na cidade de Icó, para conversarmos sôbre trabalhos.

O SR. CARLOS PRESTES — Peço para que V. Excia. atente na observação do Sr. Presidente quanto ao tempo que me resta na tribuna.

O Sr. Francisco Gallotti — Serei sucinto, mas sereno e claro.

Após tratarmos do serviço pròpriamente dito, como estivessem reunidas cêrca de trinta pessoas, tôdas sabendo lêr e escrever, a conversação descambou para a política. Do grupo, faziam parte elementos pessedistas, dentre os quais a minha pessoa, udenistas, trabalhistas e um comunista, o engenheiro Rui Simões, que se declarou, logo no início da palestra, comunista militante, dizendo-se, mais, doutrinador do Partido Comunista.

O SR. CARLOS PRESTES — Se alegou ser doutrinador do Partido Comunista, não era comunista, pois não temos doutrinadores.

O Sr. Francisco Gallotti — Pelo entusiasmo com que defendeu o Partido e seus princípios, deve ser comunista militante.

Atacado por nós outros, que nos chamamos democratas, êsse engenheiro Rui Simões — diga-se de passagem que tive ciência de se tratar de um dos bons funcionários do Departamento de Obras contra as Sêcas — defendeu, tanto quanto pôde, a tese comunista.

Permaneci em silêncio durante tôda a discussão.

O SR. CARLOS PRESTES — Qual a tese comunista?

O Sr. Francisco Gallotti — A democracia que o comunismo defende.

O SR. CARLOS PRESTES — O Partido Comunista, nesses dois anos, o que tem feito é defender a democracia. Todos aqueles que participaram dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, não poderão deixar de reconhecer que os comunistas foram elementos de grande eficiência. Defendemos, de fato, a democracia burguesa; não a democracia socialista, pois não existem ainda no Brasil condições para o socialismo.

O Sr. Francisco Gallotti — Mas todos nós, com exclusão da minha pessoa, procurávamos refutar as afirmativas do engenheiro Rui Simões.

Por volta da meia noite, tendo eu de prosseguir viagem às cinco horas da manhã, decidi recolher-me. Antes, porém, fiz a seguinte pergunta ao engenheiro Rui, para que, ao deitar-me, pudesse refletir sôbre a mesma: — Vamos supôr, como que sonhando, que houve uma eleição no Brasil e que o Partido Comunista saiu vencedor, constituindo-se govêrno. Que seria de nós, democratas, pessedistas, trabalhistas, udenistas, etc.? Teríamos liberdade de continuar a viver como Partido, para podermos lutar a fim de retomar o govêrno?

A resposta foi a esperada: Não!

O SR. CARLOS PRESTES — Peço permissão para perguntar a V. Excia.: a quem o nobre Senador considera mais comunista, a mim ou ao engenheiro Rui?

O Sr. Francisco Gallotti — Considero a V. Excia. e o nobre colega, respondendo a pergunta idêntica diria *não*, milhares de vezes.

O SR. CARLOS PRESTES — O Partido Comunista está lutando pela democracia burguesa, por uma liberdade para todos. Esta, seria minha imediata resposta à pergunta de V. Excia.

O Sr. Presidente — (Fazendo soar os tímpanos) Devo ponderar ao nobre Senador estar ultrapassada a prorrogação da hora do expediente.

O SR. CARLOS PRESTES — Vou terminar, Sr. Presidente.

Falava na necessidade da União de todos. Por que não se unem os dirigentes dos partidos políticos numa ampla comissão inter-partidária para estudar as bases da união de que falava? Suas linhas gerais poderiam ser a defesa da democracia e a planificação de um programa econômico de salvação nacional.

Estamos prontos a colaborar com todos, inclusive com o General Dutra, caso queira realmente voltar à Constituição e à democracia e livrar a Nação do pequeno grupo reacionário, de fascistas impenitentes em que hoje apoia sua política contra a Nação.

Mesmo porque, unidas, as fôrças democráticas defenderão com facilidade a Constituição e a democracia, obrigando os reacionários a ceder. Ao General Dutra se apresentará então o dilema: ou volta ao regime da lei, ou renuncia para que possa surgir o govêrno de confiança nacional de que necessita a Nação.

Podeis estar certos, senhores, que é isto o que o povo brasileiro hoje espera dos seus verdadeiros líderes, de todos aqueles que nesse embate entre a reação e a democracia prefiram ficar ao lado do povo.

Porque o nosso povo progride politicamente, cada dia vê melhor de que lado estão seus interêsses e à medida que se organiza, — o que apesar de todos os obstáculos vai fazendo cada vez com maior energia e espontaneidade, — prepara suas fôrças para não permitir a volta humilhante da tirania em nossa terra. E' dentro da ordem, pacificamente, pela simples fôrça das massas organizadas que o povo há de vencer. E junto ao povo estaremos sempre, nós os comunistas.

A Bancada Comunista Do Ceará Contra a Bancarrota Econômica

Por JOSE' MARINHO VASCONCELOS
(Deputado estadual)

O povo cearense está abraços, presentemente, com um dos períodos mais graves de sua história, sofrendo as consequências de uma situação, que se agrava de semana para semana. A verdade é que os preços estão subindo sempre, sem que o governo tome qualquer medida séria no sentido de defender os interesses do povo. As comissões de preços, por isto mesmo, com os seus paliativos, já não merecem a confiança da população de Fortaleza, e as suas anunciadas iniciativas se envolvem numa forte dose de ridículo.

A carestia de vida prossegue, desta forma, na sua escala ascendente, enquanto os atravessadores e especuladores lançam mão impunemente de tôda sorte de recurso, os mais escusos, a fim de sugar mais ainda a parca economia popular. Podemos constatar, entretanto, que o povo está compreendendo algo. Sabe, por exemplo, que os atravessadores e especuladores só existem pelo simples fato de que os gêneros escasseiam. Se afluíssem os produtos necessários ao consumo de uma cidade como Fortaleza, é claro que os exploradores veriam bastante reduzido o seu campo de ação.

NÃO HA DINHEIRO NA MÃO DO POVO

A política financeira do ministro Correia e Castro, restringindo o crédito, proibindo as exportações e abrindo as portas do país à invasão do mercado nacional pelos imperialistas, está se fazendo sentir duramente no Ceará, onde a indústria de tecidos e as poucas fábricas de calçados começam a dar sinais evidentes de que não suportarão a competência estrangeira nem a política desastrada e pseudo-deflacionista do govêrno. O Comércio de Fortaleza também denota uma crise profunda, a mais profunda porque já passou até hoje. Percorrendo-se a zona comercial da cidade, em qualquer hora do dia, o que ressalta logo à atenção é a falta de movimento. Nas fachadas dos estabelecimentos comerciais, particularmente nas lojas de tecidos, há placas enormes anunciando remarcações, leilões e queimas.

Houve realmente uma baixa nos preços das fazendas, como consequência do "dumping" americano de tecidos. Mas de que serve isto, se todos nós sabemos que esta redução foi produzida por uma política antipatriótica, contra os interêsses da indústria brasileira e que, por mais que baixem os preços, ainda assim o povo não poderá comprar, uma vez que não tem dinheiro nas mãos?

Os comerciantes afirmam, por sua vez, que precisam vender a mercadoria por qualquer preço, pois precisam de dinheiro para Paulo. Os primeiros sinais da paralização são evidentes e sentidos pelo proletariado urbano. saldar seus compromissos com os bancos imediatamente. Nos bancos não ha mais crédito.

Êsse baixo poder aquisitivo do povo cearense é o fenômeno mais grave que podemos observar, no momento, aqui no Estado. O povo não tem dinheiro, e assim, por mais que a política financeira do govêrno arrase a indústria nacional, pois mais que os tecidos pudessem baixar, ainda assim o povo não poderia comprar. Mas a verdade é que houve uma enganadora baixe houve uma enganadora baixa de preços, coisa aliás passageira, pois já começam a ser restabelecidos os antigos preços exorbitantes. Em tudo o mais, o que se observa é a mais terrível carestia. As perspectivas são as piores possíveis para o mercado da carne verde. Em virtude da falta de crédito aos criadores, êstes passaram a vender o gado de qualquer maneira, a fim de poder saldar os compromissos assumidos, que estavam sendo insistentemente cobrados. No Matadouro de Fortaleza vem sendo abatido gado de tôda a idade — novilhas, novilhotas, garrotas bezerros e até vacas amojadas. Todo o mundo vê que o gado cearense está sendo impiedosamente dizimado, e todo mundo também já compreendeu os motivos determinantes desta corrida para os matadouros. Tudo é causado pela desastrada política financeira do govêrno.

O ESPECTRO DO DESEMPREGO

As fábricas do Ceará marcham também para a paralização, a exemplo do que sucedeu em São Em Fortaleza várias fábricas restringiram os dias de trabalho. A dispensa de operários também está se verificando. Alegam os proprietários que escasseiam, a cada dia que passa, os mercados de compra com que contavam. Queixam-se também amargamente da política de restrição de crédito por parte do govêrno e da proibição das exportações, fator êste que lhes tem causado sérios prejuízos. Finalmente os industriais cearenses acham que o poder de compra do povo vem realmente decaindo a olhos vistos, o que necessariamente contribui para tornar o mercado interno mais precário ainda.

O espectro do desemprêgo surge, desta forma, com cores negras para os trabalhadores texteis, os quais já vêm curtindo um verdadeiro regime de fome, pois muitos deles no momento foram privados de trabalhar tôda a semana, em virtude do corte havido nos horários das fábricas.

A LIGHT EXPLORA O POVO E DEIXA FORTALEZA SEM LUZ NEM TRANSPORTE

No meio de tôda essa situação, o povo cearense ainda se vê miseravelmente explorado pela empresa imperialista "Ceará Light", insaciável na sua sêde de lucros. Depois de ter assinado vários contratos com o govêrno do Estado, desde a década passada, contratos que nunca foram cumpridos por parte da emprêsa estrangeira, a Light ultimamente resolveu dar um golpe mais profundo contra os interêsses do povo da Capital cearense. Despresando as cláusulas do último compromisso assumido frente as autoridades estaduais, nas quais assegurava, em troca de in meras regalias, prolongar algumas linhas de bondes e construir linhas duplas no centro da cidade, a Light, passando por cima de tudo isto, e depois de auferir todos os benefícios que o referido contrato lhe proporcionava, tomou a deliberação de retirar os seus velhos bondes do tráfego e de racionar a energia, luz e fôrça para tôda a cidade, prejudicando seriamente o povo e a indústria local. O mais lamentável é que o govêrno estadual não teve a energia que se impunha no caso, deixando que a emprêsa exploradora fizesse o que bem entendia.

Confirma-se assim a afirmativa tão comumente ouvida em Fortaleza, de que a Light é também, no Ceará, um Estado dentro do Estado. Na verdade, a Companhia inglêsa tem uma po- (Conclui na 10.ª pág.)

Diretor ALMIR MATOS
Secretário ALBERTO VITA
Red. Chefe JAMES AMADO
Gerente A. NOGUEIRA

O MOMENTO
DIARIO DO POVO

Dutra insiste em desconhecer a Constituição

"O MOMENTO" SAIRA' FORTALECIDO DESSA PROVA"

CONGRATULA-SE COM O SENADOR ALOISIO DE CARVALHO

Ainda se recorda todo o povo brasileiro do brutal atentado sofrido pelo jornal popular da Bahia, "O Momento". Um grupo de oficiais, que enxovalham a farda do nosso democrático Exército, invadiu o jornal, com parabeluns e metralhadoras de mão, destruindo, em poucos minutos, as máquinas compradas com o dinheiro do povo. O povo baiano, porém, que ajudou a construir "O Momento", está agora ajudando a reconstruí-lo. O glorioso jornal não deixou um dia sequer de circular. Logo após o empastelamento, transformou-se num volante, de um de cujos exemplares reproduzimos, acima, o "fac-simile". Em seguida, crescendo a campanha de ajuda, passou para quatro páginas de pequeno formato. Há poucos dias, porém, passou para quatro páginas, no seu formato antigo, tabloide, embora ainda composto inteiramente por processos manuais, uma vez que as máquinas linotipo foram arrebentadas pelas machadinhas dos oficiais fascistas. "O Momento" está recebendo do povo o indispensável apoio, que permitirá sua completa reconstrução. Mostra, assim, que tudo o que está ligado às massas, à frente dos seus justos interêsses, é invencível. "O Momento" continua com a mesma direção, secretaria e chefia de redação, respectivamente ao cargo dos confrades Almir Matos, Alberto Vita e James Amado.

MOVIMENTO DE AJUDA Á "A CLASSE OPERÁRIA"

A Administração d'A CLASSE OPERARIA pede a todos os seus agentes distribuidores, em todo o país, que tratem de liquidar urgentemente seus débitos com êste jornal, a fim de que possamos também satisfazer compromissos inadiáveis e dos quais depende a continuidade da circulação d' A CLASSE.

ASSINATURAS — Atendemos a pedidos de assinaturas, em qualquer número: anuais — 30 cruzeiros; semestrais — 15,00.

ASSINATURA-PRÊMIO — Todos os Amigos d'A CLASSE OPERARIA que conseguirem dez assinaturas anuais ou vinte semestrais terão direito a uma assinatura anual GRATUITA do nosso jornal.

COLEÇÕES D'A CLASSE OPERARIA — Remetemos pelo correio coleções d'A CLASSE OPERARIA, mediante pedidos, em vales postais ou cheques. Coleção encadernada — 250,00; brochura — 125,00.

CARTÕES POSTAIS — Estão prontos os cartões-postais de Marx, Engels, Lenin, Stalin e Prestes, em belos desenhos de Percy Deane. Cada — $1,00. Atendemos a pedidos de qualquer quantidade e para os pedidos de mais de 100 fazemos abatimento de 10 % no preço.

LISTAS DE CONTRIBUIÇÃO

	Cr$
De José Guilherme Dias ...	[illegible]
Do Grupo de Amigos [illegible]	[illegible]
Lista n.º 632 ...	[illegible]
Lista n.º 640 ...	[illegible]
Lista n.º 652 ...	[illegible]
Lista n.º 621 ...	[illegible]
	[illegible]
TOTAL PUBLICADO ...	[illegible]
TOTAL GERAL ...	[illegible]

NOVOS ASSINANTES

José Guilherme Dias, Londrina, Paraná, conseguiu mais três assinaturas anuais d'A CLASSE OPERARIA.

Miguel Jorge — onze assinaturas semestrais.

o leitor escreve

Os Trabalhadores Confiam Em Prestes

BELÉM — São Paulo, 1 de agosto de 47 — Prezados amigos de "A Classe Operária".

Revoltado com tanta injustiça é que escrevo esta carta para êsse jornal que considero uma esperança para o Brasil.

Neste momento de sofrimento e perseguições, que tanto mal têm feito à nossa pátria, os Costa Neto e outros ainda falam em processar o grande e querido senador Prestes. Saibam o sr. Costa Neto e seus mandados que nós, operários não permitiremos jamais êsse processo. Sr. redator, tenho lido nos jornais reacionários e fascistas que Prestes fugiu, abandonando o povo. Pois saibam que Prestes foi e será o único líder que com o seu partido jamais abandonará o povo. Eu, indignado com isso, fui obrigado a escrever esta carta, embora mal sabendo escrever. Covardes e que abandonaram o povo são os fascistas ligados ao P.S.D., que traíram o povo. Nós operários defendemos o Brasil e o nosso petróleo contra o imperialismo americano. Covardes são aqueles que mandam a polícia massacrar o povo, que protesta contra as injustiças.

Prestes deu provas de ser, de fato, um homem digno, que não tem medo. Quem é covarde? Prestes que comandou a Coluna de 2 mil homens contra os 18 mil dos mandões? Não. Prestes tem um passado de honra que merece a mais alta confiança do povo brasileiro. Prestes representa o povo que sofre, representa o futuro do Brasil de amanhã. Na fábrica onde eu trabalho, 80 por cento de nós estamos com Prestes, e defenderemos o camarada porque defender Prestes é defender a justiça, a liberdade, o Brasil. Não adianta perseguir os comunistas que lutam pela liberdade. Eu defenderei com a vida, se preciso fôr, por que de que vale a vida sem liberdade?

Prestes em São Paulo já falou em comícios de mais de 300 mil pessoas, e, quanto mais os fascistas e reacionários perseguirem Prestes, mais êle será estimado.

Há de chegar o dia em que os Costa Neto serão julgados como Petain e Laval.

Viva Prestes e a classe operária do Brasil!

(a) Nestor Gonçalves — Belém — São Paulo.

SITUAÇÃO DE MISÉRIA DOS AGRICULTORES DE FERNANDOPOLIS

De Fernandópolis, São Paulo, recebemos cópia de um memorial, com dezenas de assinaturas, enviado à Câmara Federal por agricultores paulistas, do qual extraímos os seguintes trechos:

"Nós, signatários dêste, moradores no sertão da Alta Araraquarense, no Estado de São Paulo, vimos solicitar dessa augusta e soberana Assembléia medidas junto ao govêrno central para solucionar a situação angustiosa em que nos encontramos, nós produtores de cereais, sem que tenhamos preços e financiamento para os nossos produtos.

O financiamento bancário não nos atinge diretamente e sim aos Armazens Gerais, que estocam os nossos produtos cerealíferos, adquiridos quase que gratuitamente, para deixar apodrecer, armazenado, enquanto o povo brasileiro continua passando pela "odisséia" da fome.

Pagamos em média 30% por alqueire de chão, sendo mato em pé e água no córrego. Perdemos 10% entre os danos de praga, sêca, etc.

Um alqueire produz em média 60 sacos de arroz. Após seis meses do plantio, até a colheita, o arroz nos fica a mais de 80 cruzeiros a saca no batedouro. Aqui somos obrigados a entregá-lo a 50 cruzeiros. Que é que nos sobra? Doença, tuberculose, maleita, impaludismo, miséria e o abandono do campo".

«ASSIM APRENDEMOS A NOS UNIR PARA LUTAR EM DEFESA DO NOSSO BEM»

S. PAULO — Sr. redator de A CLASSE: Eu Manoel dos Santos Oliveira, operário paulista, tenho passado uma vida de cão. Sou casado, minha mulher não trabalha, pois toma conta de 3 filhinhos menores, sendo que o mais velho tem 4 anos. Ganho 850 cruzeiros brutos e tenho que pagar casa, carvão, o alimento das crianças (os dois mais novos são tratados na mamadeira), um litro e meio de leite em água por dia, creme de arroz e maizena. O que eu ganho não chega e tenho que ser socorrido por alguma Cruzada ou Centro de Saúde quando os meus filhinhos estão doentes. Se tenho alguma roupa de trabalho são os vizinhos que me dão. Vai para 2 anos que não posso comprar um par de meias. Minha esposa sofre o mesmo. Ela ainda só reclama o 2 de dezembro, pois esteve na fila para votar sem proveito algum. Por isso agora já sabemos em quem votar quando chegar a vez. Os tais que só se lembram dos operários nas eleições nos tratam agora só com patas de cavalo. Ainda se esquecem de aumentar os salários da gente e só falam em aumentar os impostos e aluguel de casa, e nada tabelado.

Eu reconheço o trabalho dos companheiros de A CLASSE OPERARIA e peço aos mesmos que não se cansem de lutar por nós, pois assim aprendemos a nos unir para lutar em defesa do nosso bem. — Muito grato (a) Manoel dos Santos Oliveira.

GRANDES NEGÓCIOS ...

(Conclusão da 3.ª pág.)

Nacional de Petróleo esteve constantemente assediado para que permitisse a intromissão estrangeira na exploração das jazidas de óleo mineral.

HOMENAGEM AO TRABALHADOR

O conferencista, depois de relatar os tremendos esforços para conseguir, com o mesquinho material de que dispunha o CNP, as primeiras perfurações na Bahia e a descoberta de quatro campos de óleo, rendo tributo comovido ao heroísmo dos operários que montaram e fizeram funcionar o material de sondagem, demonstrando mais uma vez inteligência e iniciativa pouco comuns, causando admiração a técnicos estrangeiros que haviam lidado com operários de vários países.

Conclui o conferencista com um apêlo aos representantes do povo no Parlamento e aos governantes em prol da defesa da nossa riqueza petrolífera.

A POSIÇÃO DO GENERAL HORTA

E enquanto dirige êsse apêlo a todos os patriotas, o general Horta Barbosa começa a ser insultado pelos "americanistas" como o sr. Carlos Lacerda, que seguindo a tática dos anti-comunistas sistemáticos, o "acusa" porque sua conferência estaria sendo "utilizada" pelos comunistas.

Não vê o sr. Lacerda que apenas o ponto de vista defendido pelo general Horta coincide com o dos comunistas e, naturalmente, é o ponto de vista de todos os verdadeiros patriotas e democratas. Dos dois campos em que está dividida a luta pelo petróleo — sua preservação pelo nosso país ou sua entrega aos trustes americanos — o general Horta vem se colocar muito justamente no campo em que se encontra a defesa da nossa soberania nacional e contra os grupos imperialistas.

E' natural que os comunistas se regosijem de encontrarem a seu lado homens honestos como o general Horta Barbosa, patriotas sinceros e que corajosamente se definem, sem temor de que os identifiquem como comunista. O sr. Lacerda, não fôsse a sua cegueira do anti-comunismo sistemático, e suas obrigações daí resultantes, veria que não sòmente os comunistas que defendem a tése de preservação das nossas riquezas petrolíferas para o Estado, sem qualquer intromissão dos trustes.

Esta é a verdade incontestável. E graças a isso confiamos cada vez mais firmemente em que sairemos vitoriosos sôbre as manobras imperialistas, por melhores advogados que tenham os trustes.

A "CLASSE OPERARIA"

Diretor Responsável:
Maurício Grabois

Redação e Administração:
AV. RIO BRANCO, 257
17.º and. — Salas 1711 - 1712
Rio de Janeiro - Brasil - D.F.

ASSINATURAS:

Anual ...	Cr$ 30,00
Semestral ...	Cr$ 15,00
Número avulso ...	Cr$ 0,50
Atrasado ...	Cr$ 1,00

A Crise Se Aproxima Através Da...

(Conclusão da 3.ª pág.)

alta dos preços, o que, por sua vez, provoca a inflação. O plano de Truman, eliminando quase todos os contrôles e tabelamentos, correspondeu plenamente aos desejos dos monopólios, abrindo as comportas à alta dos preços e à inflação. Enquanto o custo da vida, em 1946, subia em 15%, os salários nominais subiam em 8%. Houve, pois, uma queda de 7% nos salários reais.

O que está se verificando nos Estados Unidos é uma baixa acentuada no poder aquisitivo do povo e a consequente redução do mercado interno. Para isso contribui, também, o gradual desaparecimento de um fator que, eventualmente, favoreceu o ascenso dos negócios. Referimo-nos às economias acumuladas pela classe média e pelos trabalhadores, durante a guerra, quando era difícil ou impossível comprar numerosos produtos industriais. Essas economias que, em 1945, eram calculadas em 35 bilhões de dólares, baixaram em 1946, para 22 bilhões, sem que fôsse possível aos trabalhadores e à classe média recompô-las.

O QUE SUCEDE NO MERCADO EXTERNO

Ao tempo em que o mercado interno reduz a sua capacidade aquisitiva, a produção norte-americana cresce ràpidamente, aproximando-se dos mais altos níveis, atingidos durante a guerra, quando havia gigantescas encomendas para fins bélicos.

Os grandes monopólios se voltam, por isso, cada vez mais, para os mercados exteriores. E aí está o seu segundo ponto debil, conforme o explica, de maneira cabal, Eugenio Varga, no seu artigo «Os EE. UU. querem privilégios para suas mercadorias em todo o mundo», publicado, em duas partes, nos números 83 e 84 de «A Classe Operária».

Por mais privilégios que consigam, aplicando a política imperialista do mais forte para baixar as tarifas alfandegárias, em todo o mundo, a situação do sistema capitalista encerra uma contradição insanável para os grandes monopólios. E' que os EE. UU. são obrigados a exportar em muito maior escala do que a importar.

Em 1946, os EE. UU. fizeram uma exportação no valor de nove bilhões de dólares e uma importação no valor de cinco bilhões, deixando, assim, um saldo de quatro bilhões. Em 1947, calcula-se que a exportação atingirá vinte bilhões de dólares e a importação a oito bilhões, devendo deixar um saldo, portanto, de doze bilhões. Êsse cálculo está sendo aproximadamente confirmado pelos dados estatísticos. De acôrdo com um boletim do National City Bank of New York, os EE. UU., no período de janeiro a maio de 1947, venderam mercadorias no valor de 6 bilhões e 300 milhões de dólares e importaram um total de dois bilhões e 400 milhões de dólares, deixando, assim, um saldo de 3 bilhões e 900 milhões de dólares.

Se os EE. UU. estão vendendo em muito maior proporção do que comprando, isso significa que os países, que comerciam com os EE. UU., para continuar a fazer ali as suas compras, estão lançando mão dos seus saldos em ouro e divisas, que acumularam durante a guerra, ou dos empréstimos concedidos pelos homens de Washington. Mas êsses recursos não poderão durar muito tempo. O empréstimo de quase quatro bilhões de dólares, que a Inglaterra contraiu, se exgotará em 1948. Os saldos em ouro e divisas estão sendo aceleradamente liquidados (os saldos brasileiros, por exemplo, quase já desapareceram).

Não é somente o mercado interno, portanto, que se reduz. Também o mercado externo vai diminuindo e não está longe o dia em que a falta de dólares à disposição da maioria dos países provocará um violento abalo no comércio exterior dos EE. UU.

AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE PODEM SER ATENUADAS

Marx ensinou que as crises cíclicas são inevitáveis no regime capitalista. Esta verdade até hoje não sofreu contestação.

A crise cíclica capitalista nos EE. UU. é, sem dúvida, inevitável. Mas está — isto sim! — no terreno das possibilidades do govêrno norte-americano reduzir as proporções da crise, diminuindo os sofrimentos do povo norte-americano e de quase todos os povos, que ainda vivem na órbita do mundo capitalista.

Para isso seria necessário, em primeiro lugar, que o govêrno norte-americano previsse a crise, ao invés de construir planos sôbre uma ilusão de prosperidade eterna. Em segundo lugar, deveria ampliar ao máximo o mercado interno, controlando os preços e apoiando as reivindicações dos sindicatos por aumento de salário. Em terceiro lugar, deveria seguir uma política honesta de créditos aos países necessitados, sem visar concessões monstruosas e ajudando os países atrazados a elevar o seu nível de vida, através da industrialização.

Uma política desse tipo não evitaria a crise, mas poderia diminuir consideravelmente as suas proporções catastróficas, tornando mais rápida a passagem para uma fase posterior de ascenso.

Truman está seguindo, porém, exatamente a política oposta, que acelera a aproximação da crise e tornará muito mais graves as suas consequências. E' a política da alta de preços, da hostilidade ao movimento operário, da sabotagem à industrialização dos povos atrazados, dos empréstimos irrisórios em troca de concessões monstruosas, do armamentismo e da corrida para a guerra.

A «prosperidade» de Truman, seguindo o caminho da pior política imperialista, entra, por um bêco, ao fim do qual está o abismo da crise.

Enquanto isso sucede, a União Soviética reforça o sistema socialista, onde as crises são impossíveis, porque o mercado interno acompanha o ritmo de crescimento da produção. Na União Soviética, os operários aumentam dia a dia o seu poder aquisitivo e o Estado socialista incrementa incessantemente a produção, a fim de atender às necessidades do povo.

O exemplo da União Soviética inspira os povos da Europa, que lutam pelo socialismo marchando através de caminhos específicos. E apesar de tôda a aparente grandeza atual da potência capitalista norte-americana, será à União Soviética e aos povos democráticos da Europa que caberá arrancar a humanidade dos efeitos funestos da próxima crise cíclica.

A BANCADA COMUNISTA DO CEARÁ...

(Conclusão da 9.ª pág.)

derosa influência sôbre os homens que administram o Estado, através dos advogados políticos que contrata para defender a sua exploração inominável contra o povo do Ceará.

O GOVERNO PROMETE DISTRIBUIR TERRAS AOS CAMPONESES

A situação dos nossos trabalhadores do campo, no Ceará, talvez seja a mais negra do país. O nosso trabalhador rural, o camponês de enxada, ou aquele que nem enxada possui, e que cava a terra com as suas próprias mãos, vive na servidão mais desumana. Milhares deles, no centro do Estado, ou em outras zonas, nunca viram sequer uma cidade. Vegetam lá pelas locas e pés de serra, como se fossem animais. Sòmente nos últimos anos, graças à intensa atividade política e organizadora dos comunistas, muitos dêsses miseráveis camponeses puderam ouvir, pela primeira vez, uma voz de solidariedade dos seus irmãos da cidade. Estão sob o domínio implacável dos coronéis e das poucas famílias latifundiárias que controlam as grandes porções de terras do Ceará.

Agora, há poucos dias, numa entrevista coletiva à imprensa de Fortaleza, o goveruador Faustino de Albuquerque anunciou que iria distribuir as terras devolutas aos camponeses pobres que as quisessem trabalhar. Está claro que a notícia da distribuição de terras vem sendo recebida com as devidas reservas, pois pode resultar em promessa demagógica, semelhante àquela do general Dutra, que também se referiu à necessidade de realizar a reforma agrária no país, em mensagem que dirigiu ao congresso, no mês de Março, o que não passou de simples promessa. Em todo o caso, os camponeses pobres estão sendo informados e esclarecidos sôbre as recentes promessas do governador, e inclusive dispostos a apoiar a medida solenemente anunciada desde que ela seja realmente posta em prática.

A BANCADA COMUNISTA E A LUTA CONTRA A DITADURA

O povo cearense integra-se, dia a dia, na gigantesca luta patriótica de todo o povo brasileiro, em defesa da Constituição da República. Nos últimos dias foram realizados em Fortaleza, dois grandes comícios de protesto contra a cassação dos mandatos populares e contra a tentativa de processo que visa o dirigente genial do nosso povo, Luiz Carlos Prestes. O segundo dêstes comícios contou com a presença de uma formidável massa humana que ovacionou delirantemente o nome de Prestes e pediu insistentemente a formação de um govêrno de confiança nacional.

Nesta luta contra o descalabro, contra a política financeira e calamitosa que leva o país à bancarrota e o amarra, de pés e mãos atados, ao imperialismo ianque, destaca-se sobretudo a atuação enérgica da bancada comunista na Assembléia Legislativa Estadual, atuação que está se tornando cada dia mais viva, uma vez que começa a contar com o apoio decidido das amplas-massas, de quem os dois parlamentares comunistas tem se aproximado nas últimas semanas, em contactos de tôda a natureza.

Na Assembléia Legislativa a bancada comunista tem erguido a sua voz de protesto contra os atentados do grupo fascista e denunciado ao povo as dansas e contra-dansas da política estadual, quando esta assume características golpistas, como tem acontecido ultimamente. Atacando os problemas fundamentais do Estado e a defesa da nossa indústria e economia ameaçadas pelo imperialismo ianque, a bancada comunista pronunciou discursos sôbre a cera de carnaúba, a pecuária e o algodão, mostrando a urgente necessidade que êsses três ramos da nossa produção têm de assistência por parte do govêrno.

NOVOS RUMOS...

(Conclusão da 4.ª pág.)

grande mercado consumidor no continente europeu cujos países poderão, em condições vantajosas, fornecer-nos produtos industriais, inclusive maquinaria.

NECESSÁRIO UM GOVERNO DE CONFIANÇA NACIONAL

E' fácil a todos compreender, porém, que uma direção patriótica nos problemas do comércio exterior só poderá se efetivada por um govêrno democrático de confiança nacional. Um govêrno que abandone o caminho estúpido do ódio anti-comunista e da sub-serviência aos homens da Wall Street, encarando sem cegueira as novas democracias populares da Europa e reconhecendo a decisiva importância de relações comerciais entre nosso país e a União Soviética.

Um govêrno democrático de confiança nacional é uma necessidade premente, que o povo brasileiro exige ver imediatamente satisfeita, a fim de resolver pacificamente os seus graves problemas.

WILSON LOPES

Convidamos o sr. Wilson Lopes, fotografo, desenhista e datilografo, a comparecer à secretaria dêste jornal a fim de tratar de assunto do seu interêsse pessoal.

DEFENDER A ORDEM...

(Conclusão da 1.ª pág.)

boração da Carta Constitucional foi, numerosas vezes, perturbado pelo grupo fascista, ansioso em prolongar o clima ditatorial. A violência cruel do grupo militar-fascista, com os Alcio Souto e Pereira Lira à frente, caiu, porém, no vazio, graças à serenidade e a firmeza dos militantes comunistas. A Carta Constituconal pôde ser promulgada e reconhecida como um padrão universal da ordem democrática, que os comunistas se empenharam sempre em respeitar rigorosamente.

Foi o grupo fascista, pressionando o general Dutra, quem violou a Carta Magna, fechando arbitrariamente organizações operárias e populares e arrancando de um tribunal a cassação do registro eleitoral do P.C.B. E' êsse grupo, cada vez mais isolado, quem hoje conspira, visando a implantação de uma ditadura terrorista.

Os comunistas, uma vez violada a Carta Constitucional, continuaram na luta pela ordem, colocando no primeiro plano o retorno à legalidade democrática. O que se trata hoje é de restaurar o respeito rigoroso à Constituição de 46, que é o padrão da ordem universalmente válido. Defender a ordem significa, hoje, lutar pela Constituição. E, nessa luta, os comunistas se aliam a todos os patriotas e democratas, acima de quaisquer diferenças ideológicas ou políticas, a fim de anular definitivamente as manobras desesperadas de um pequeno grupo de aventureiros fascistas, que ainda detém postos-chave fóra e dentro do govêrno.

Lutar Pela Frente Única...

(Conclusão da 1.ª pág.)

migos do nosso povo e aliados ao imperialismo ocuparem postos-chaves da nossa administração, será impossível dar qualquer solução aos mais graves e urgentes problemas econômicos e financeiros do país. Ao contrário, êsses problemas tendem a se tornar cada vez mais complexos e difíceis, com reflexos cada vez mais catastróficos para a vida das grandes massas do nosso povo.

Não é por acaso que depois das constantes altas de preços dos gêneros de primeira necessidade, voltam os açambarcadores, os senhores dos frigoríficos e dos moinhos, a tratar, nestes últimos dias, de um novo aumento do preço da carne e do pão. E' que êsses senhores contam com mão forte na máquina estatal.

Para prosseguir nas suas negociatas, o grupo fascista precisa calar a voz dos representantes comunistas no Parlamento, precisa processar Prestes, precisa arranjar a aprovação no Congresso de uma Lei de Segurança que é uma declaração de guerra a todo o nosso povo.

Cabe-nos, portanto, em defesa da ordem, em defesa da Constituição, organizar e mobilizar as grandes massas populares e criar condições para a ampla frente única que necessitamos a fim de derrotar a camarilha fascista e voltarmos à legalidade democrática.

O bêco sem saída em que se encontra o grupo fascista, suas ameaças impotentes, suas mentiras logo desfeitas pelos próprios fatos, mostram-nos quanto o seu poder é fictício, por mais que trate de confundir o nosso glorioso Exército com alguns generais fascistas.

A verdadeira fôrça está com o povo, e será tanto mais poderosa e invencível quanto mais unificada se apresente na fase decisiva da batalha que ora travamos pela legalidade democrática, pelo progresso e o bem-estar do povo brasileiro.

OS VERDADEIROS INTERESSADOS...

(Conclusão da 2.ª pág.)

é aqui que intervém um fator político muito importante.

Sabe-se que, atendendo à pressão das massas, o govêrno trabalhista transferiu a indústria carbonífera às mãos do Estado depois de haver pago vultosas indenizações aos proprietários e depois de lhes reservar postos de direção nos novos organismos que administram a indústria do combustível. Ora, os magnatas do aço que formam na Inglaterra o "pivot" da classe dos grandes proprietários estavam intimamente unidos à indústria carbonífera do país.

As grandes construções de habitações são o ponto mais popular do programa do partido trabalhista. O sucesso deste programa significará um golpe sensível no partido conservador, à cuja frente se encontra o sindicato do aço e ameaçará obstruir gravemente as oportunidades do partido conservador nas próximas eleições. Aí está porque os empresários privados, por traz dos quais estão o sindicato do aço e os monopólios a ele ligados, sabotam o programa de reconstrução aproveitando-se da timidez do govêrno que se contenta com meias medidas. Com efeito, é inconcebível que no momento em que Churchill prega abertamente a queda do govêrno trabalhista, o sindicato do aço possa apunhalar pelas costas seus próprios porta-vozes políticos, contribuindo eficazmente para o programa de habitações.

Ainda mais, o povo reclama a nacionalização da indústria do aço, de acôrdo com a promessa dos trabalhistas. Em 1948, o sindicato de sir Andrew Duncan decidiu torpedear o plano de nacionalização submetido à consideração dos Comuns. Isto foi feito por meio de uma chantage econômica e política inédita. Um magnata siderúrgico da África do Sul, van der Bijl, desempenhou um papel de destaque nesta operação. Os ministros trabalhistas haviam feito deste aliado de Duncan seu conselheiro-técnico para a nacionalização. O govêrno capitulou e o plano de nacionalização da grande metalurgia foi adiado "para fins de estudo", como se disse na declaração oficial. Mas as classes trabalhadoras da Inglaterra e, particularmente, os operários das usinas de aço cujos salários são inferiores aos dos trabalhadores das outras indústrias, não esqueceram este plano. Continuam a reclamar a nacionalização.

A isto se deve, particularmente, este imperioso avanço para o Ruhr, para o Noroeste da Alemanha, tão vivamente manifestado hoje no Norte industrial da Inglaterra. É aqui que se deve procurar uma das três origens secretas das fôrças que agem atualmente em favor do desmembramento da Alemanha.

A base da indústria pesada inglesa está duplamente ameaçada: do exterior e do interior. Deseja-se resolver a situação interna e externa, apoiando-se em uma base industrial estrangeira. A penhora sobre o Ruhr praticada sob o signo de um "Estado renano-westfaliano" colocado sob a égide da Inglaterra e separado da Alemanha, eis o fundo do novo plano elaborado por sir Andrew Duncan e seus amigos.

II

Convém levar em conta o papel político que tem o monopólio do aço na Inglaterra de nossos dias. Duncan, o chefe do sindicato do aço e antigo membro do gabinete Churchill, é o encarregado dos negócios e o mandatário de um poderoso grupo de magnatas, que desempenham papel importante na clan da reação inglesa. É o grupo cognominado "a clique de Birmingham".

O principal associado do sindicato do aço é o trust dos Guest, Keen & Nettlefolds, na fundação do qual Chamberlain, outróra, tomou parte. A família Chamberlain, originaria de Birmingham, possui ainda hoje grandes quantidades de ações desse trust. Os Guest estavam ligados ao maior consórcio de carvão da Inglaterra, a companhia Powell Duffryn, ao consórcio de aco do antigo lider conservador Baldwin, e ao Middland Bank Ltd., que é o mais importante dos "cinco grandes" bancos ingleses. Por intermédio desse banco, os Guest mantinham ligações com um outro colosso monopolista britânico, o trust de produtos químicos Imperial Chemical Industries, do qual o mesmo sir Andrew Duncan é um dos diretores.

Em tudo igual aos magnatas do aço, o trust químico está profundamente interessado nos assuntos alemães. Que parte terá ele na partilha do trust químico alemão I. G. Farbenindustrie? Eis uma questão vital para ele. Não seria se espantar se, na questão alemã, os "cartolas" do trust químico agissem de acôrdo com a estratégia do aço. E o mesmo se pode dizer quanto a outras indústrias inglesas.

Mas o mais curioso é o papel oculto do trust dos Guest na política do partido conservador. Há muitas dezenas de anos que o centro industrial de Birmingham, velho feudo da família Chamberlain, serve de residencia ao grupo dirigente do partido conservador. Birmingham exerceu e exerce, uma influencia decisiva sobre a política do partido; Birmingham alimenta a sua caixa. Foi de Birmingham que Chamberlain, um dos deputados do distrito, foi elevado ao posto de lider do partido e em seguida, ao de primeiro ministro. Entre os deputados de Birmingham no Parlamento, figuravam velhos chefes do partido conservador, como por exemplo o antigo ministro dos Negócios da India, Leopold Amery, ligado ao trust das usinas de guerra, Vickers, e sir Patrick Hannon, diretor do B.S.A., trust de armas de fogo de Chamberlain, presidente da Associação Nacional dos Industriais e presidente do Club Constitucional Conservador. M. Ramsden, também diretor do B.S.A. e, durante a guerra, presidente do Comitê Executivo do Partido Conservador, é também um homem de Birmingham. É a este grupo que pertence igualmente um outro lider destacado dos conservadores, sir John Anderson, antigo ministro do Interior, e em seguida, das Finanças, diretor do trust químico e do Middland Bank Ldt. e, há algum tempo, presidente do Comitê do govêrno inglês para as questões de energia atômica.

A este grupo de monopolistas estão ligados os diretores dos jornais ingleses mais reacionários: os irmãos Berry (lord Camrose e lord Kemsley) proprietários do "Daily Telegraph" e do "Morning Post", do "Sunday Times", do "Financial Times" e de numerosos outros órgãos conservadores nas provincias. Camrose e Kemsley uniram também a sua mina de carvão, de onde provém a sua fortuna. Os dois lords foram membros do Conselho Administrativo do trust Indústrial Guest, Keen & Nettlefolds.

É conhecida a importância dos jornais dos irmãos Berry na politica inglesa. Eles dirigem uma campanha violenta contra a nacionalização das minas de carvão. E estes mesmos jornais estão na primeira linha da campanha atual pelo desmembramento da Alemanha.

A clique de Birmingham, que abarca o sindicato do aço, o trust químico, os bancos da City e outros importantes consórcios, é o mais poderoso de todos os agrupamentos monopolistas na vida politica da Inglaterra. Sua vontade é a lei no partido conservador. Os porta-vozes influentes do grupo dirigente do partido trabalhista têm em alta conta os seus desejos. Foi sob a pressão destas mesmas fôrças que, em 1931, o govêrno trabalhista foi abalado e substituido pela coalisão McDonald-Baldwin-Chamberlain.

O plano alemão deste grupo é muito simples. Para sair da crise atual, a indústria pesada inglesa tem necessidade de alargar seu território, estendendo as fronteiras nacionais "caducas" e "pouco rendosas". É preciso anexar o Ruhr à Birmingham. A anexação do Ruhr, com as suas inesgotaveis riquezas carboniferas, com seus fornos gigantescos, com seu poderoso potencial industrial de guerra, com o seu equipamento moderno, reanimaria e rejuvenesceria a organização senil da indústria pesada da Inglaterra do Norte. Antes da guerra, o Ruhr fornecia 1/3 de todas as exportações alemãs: 85% de todo o carvão exportado, 80% do aço e mais de 1/3 de todos os produtos quimicos. O Ruhr serviu de base à expansão do imperialismo alemão. A apropriação destes abundantes meios de produção, compreendida a baratissima mão de obra alemã, traria um novo suco ao imperialismo britânico da após-guerra.

Mas, o Ruhr não é sòmente o centro da indústria pesada alemã. Aquele que possuir o Ruhr e o seu potencial industrial de guerra, poderá facilmente extender sua influência aos outros centros industriais da Europa ocidental; a Lorena com suas grandes acearias e abundantes depósitos de minerais; o carvão do Sarre, colocado sob contrôle francês, com as usinas Roechling; as acearias belgas (trust Ougree Marihaye) e luxumburguesas (trust ARBED). Todos estes trusts são velhos concurrentes da indústria pesada inglesa na Europa. Os minerais suécos, espanhóis e norte-africanos se achariam igualmente incorporados à zona de interesses desse conglomerado, agrupado em torno do eixo Birmingham-Essen.

Em outras palavras, ele se tornaria a matriz de tôda a indústria pesada da Europa ocidental: o monopólio inglês de aço, passaria a ser um monopólio "paneuropeu", para empregar um têrmo muito em moda hoje no ocidente. Outróra, os Stinnes, os Thyssen e os Krupp tinham estabelecido um plano semelhante para a Alemanha, e Hitler o tomou para a sua vandálica agressão à Europa. Atualmente este plano é reeditado na sua variante inglesa, e não sòmente inglesa, como veremos em seguida.

No caso em que a classe trabalhadora inglesa venha a obrigar o govêrno trabalhista a realisar efetivamente a nacionalização da grande metalurgia na Inglaterra, os velhos magnatas disporiam, de acôrdo com as idéias dos autores do plano, de uma base nova e magnifica, em uma região em que a classe trabalhadora está reduzida à obediencia pelas baionetas do exército de ocupação britânico e graças ao concurso do patronato alemão, que teria o seu quinhão nos beneficios. A evasão dos capitais é o método preferido dos grandes proprietários, todas as vezes que as complicações sociais os ameaçam. Afirma-se mesmo, que o recente recrudescimento da atividade da indústria textil do lado ocupado, explica-se, em parte, pelo afluxo de novos capitais provenientes dos exploradores de minas de carvão inglesas, indenizados pelo govêrno trabalhista em virtude da nacionalização. U'a mão de obra pouco custosa e serviçal interessa os proprietários bem mais do que os principios nacionais.

Desde já, agentes dos patrões ingleses começam a comprar ativamente ações das usinas alemãs. A administração dos novos organismos de contrôle que dirigem a indústria pesada alemã na zona britânica está cheia de emissários do sindicato inglês do aço, dos bancos a ele ligados e de seus comparsas alemães. E se fazem nesta zona os mais ingentes esforços para restabelecer ràpidamente o potencial da indústria de guerra do Ruhr.

Deseja-se fazer do Ruhr uma colônia de Birmingham, seu arsenal no continente europu. Com este propósito, pretende-se separar as regiões ocidentais da Alemanha e retalhar seu organismo nacional. Pois, é evidente que a Alemanha unida, economicamente viável e, politicamente, apoiando-se pela primeira vez em sua história sobre as forças da democracia, teria de ser independente, frente aos monopólios nacionais e estrangeiros. Ao contrário, pequenos Estados fantoches, "autonomos" ou federados, pouco viáveis do ponto de vista econômico e politico, não seriam mais do que bonecos manejados por seus criadores e tutores estrangeiros.

Estes tutores não poderiam governar de Berlim se aí fosse a sede de um govêrno alemão democratico sustentado pela maioria da população trabalhadora. Ao contrário, lhes seria fácil administrar o Ruhr e fazer dele sua colônia, de Dusseldorf ou de Colônia (a menos que não se fizesse isto de Francfort-sur-le-Main), com o concurso de funcionários alemães, transformados em agentes coloniais, de social-democratas tipo Schumacher e de proprietários alemães, que receberiam sua parte nos beneficios. Ser-lhes-ia ainda mais fácil chegar a este fim se este sistema de Estados federados comportasse, ao lado de pequeninas unidades alemãs, outros Estados "não arrendaveis" como a França, a Bélgica, a Holanda, e o Luxemburgo. Existe uma ligação orgânica direta entre o projéto de desmembramento da Alemanha, tal como o preconiza o sindicato do aço inglês, e o projéto de federação da Europa ocidental.

Tais são as "saídas" das forças que constituem uma das fontes latentes da politica de desmembramento da Alemanha. Mas, como diziamos linhas acima, há ainda outras fontes.

A Democracia Popular, a Caminho...

(Conclusão da 12.ª pág.)

os operários e os habitantes das cidades em geral.

5.º - Existe, além disso, o fato de que a União Soviética foi capaz de levantar uma poderosa indústria ùnicamente a custa de tremendos sacrifícios impostos à sociedade e que, em estreita conexão com a industrialização do país, teve que encarar o problema da coletivização da agricultura.

Quanto a nós, estamos numa situação melhor. Independentemente das possibilidades de receber créditos estrangeiros para a reconstrução e desenvolvimento de nossa indústria, podemos realizar êsse objetivo com muito menos sacrifício de nosso povo. Isto é possível pelo fato de que a atual potência de produção de nossa indústria, proporcionalmente à nossa população, é muito maior do que na Rússia antes de seus quinquenais. Igualmente, não temos a menor necessidade de copiar o padrão russo para a econômia agricola. Recusamos a coletivização das terras, porque nas condições polacas seria prejudicial no sentido econômico e no politico.

Esta posição resulta do caráter do sistema social e politico da Polônia. Nossa democrácia e o sistema social que estamos construindo e estabelecendo não tem precedentes históricos. E nossa experiência até agora mostra que os resultados são bons.

Nosso país não tem um sistema capitalista típico, pois os ramos fundamentais de nossa produção indústrial, os bancos e os transportes foram nacionalizados.

Nosso país não tem, tampouco, um sistema socialista, pois o setor não nacionalizado da produção ocupa um lugar muito importante em nossa econômia nacional. Reconhecemos a necessidade e utilidade da iniciativa individual e das formas não socializadas da produção, numa certa medida, na produção indústrial. Recusamos completamente a coletivização da agricultura. No entanto, criamos as condições que nos permitam regular a porção não socializada da produção indústrial, de acôrdo com as necessidades do conjunto da econômia nacional.

Nosso tipo de democrácia não é semelhante às democrácias tradicionais existentes em outros países, mesmo naqueles governados por uma maioria parlamentar socialista.

Nossa democrácia popular difere, ou melhor, se distingue das democrácias existentes no Ocidente por fatos reais, como o de que nossa econômia necessitou apenas de um curtíssimo período para expropriar os latifundiários e nacionalizar a grande e a média indústria, enquanto as democrácias acidentais estão enfrentando as reformas sociais muito timidamente. Portanto, sob os sistemas democráticos dos países ocidentais os dirigentes atuais são os grandes capitalistas e banqueiros, ou pelo menos têm êles o papel decisivo no govêrno do país, enquanto sob o nosso sistema democrático isto é impossível.

Nossa democrácia, tampouco, é similar à soviética, precisamente porque nosso sistema social não é similar aos soviético.

Na União Soviética, que já resolveu o problema do antagonismo de classe, existe sòmente um partido — o Portido Comunista — enquanto que em nosso país atuam legalmente diversos partidos democráticos.

A democracia polaca exerce o poder mediante um sistema parlamentar multi-partidário. O Conselho Polaco serve hoje como forma temporária deste sistema: amanhã a forma será o Parlamento escolhido em eleições gerais. A democrácia soviética exerce o poder através dos Soviéticos, e seu sistema parlamentar esta baseado em princípios diferentes dos nossos.

Nossa democrácia tem muitos elementos da democracia socialista e também muitos elementos de democracia liberal-burguesa, assim como nosso sistema econômico tem muitos aspectos da econômia socialista e muitos da economia capitalista. Novo tipo de democrácia é nosso sistema social e o que chamamos de "Democracia Popular".

★

ERRATA

O artigo de Gomulka, publicado no número 83 d'A CLASSE OPERÁRIA saiu com truncamentos que prejudicam sua leitura. Reproduzimos a seguir, devidamente corrigido, o trecho que saiu truncado na 6.ª página no número

★

"Outro fatôr que facilitou nossa tomada do Poder foi a inércia do capital estrangeiro na Polônia. O capital alemão não podia, em absoluto atuar como uma fôrça, pois, em consequência de sua derrota na guerra, esta possibilidade estava afastada e tôda a Nação se encontrava possuida de ódio contra os alemães. O capital estrangeiro de outras origem havia caido em poder dos alemães, e isto também paralizava a sua ação e o impedia de desempenhar qualquer papel independente.

A REAÇÃO ERA INIMIGA DA LUTA ARMADA CONTRA A ALEMANHA

Além disso, todos os elementos reacionarios, sob a influência do desastre do hitlerismo e das vitorias do Exército Soviético, estavam aterrorizados e eram incapazes de se lançar a uma luta efetiva contra as fôrças democráticas.

Finalmente, o campo democrático chegou ao Poder sôbre a onda da luta pela libertação nacional. A reação subordinou a luta contra as fôrças de ocupação a seus propósitos de conquistar o Poder no país. A direção do desenvolvimento da guerra, no entanto, não era favorável aos seus interêsses, a fim de que tomassem o Poder no momento da libertação do País, pois tudo indicava que a Polônia seria libertada pelo Exército Soviético. Por isso, a reação se opôs à luta armada contra a Alemanha. E enquanto a principal palavra de ordem da reação era manter-se de prontidão com armas, a palavra de ordem dos democrátas era a luta armada contra a fôrça de ocupação. A passividade da reação na luta pela libertação nacional a comprometeu definitivamente aos olhos da Nação polonesa e ante a opinião democrática mundial.

Ninguém teve maiores oportunidades, nem direito moral maior, para tomar as rédeas do governo depois da expulsão dos alemães, que os que haviam dirigido tôdas as suas fôrças para a luta pela libertação nacional.

LA PASIONARIA DENUNCIA:

(Conclusão da 12.ª pág.)

solidárias, que se mostrou mais uma vez como uma verdadeira amiga do povo espanhol ao fechar sua fronteira com a Espanha de Franco, ao fechá-la apesar dos prejuizos que isto representa para a economia francesa, nêste duro período de recuperação industrial e econômica de após-guerra.

Quero expressar-vos, e por vosso intermédio a todo o povo francês, o reconhecimento do povo espanhol por esta conduta nobre e elevada de verdadeira solidariedade.

Estou convecida de que o dia em que nossa Pátria fôr libertada, o nosso povo saberá fazer honra a vosso gesto, não esquecendo a conduta dos que nos dias dificeis se mostraram seus amigos, e a conduta daquêles que se portaram como especuladores desalmados.

Entretanto, eu não cumpriria o meu dever para convosco nem para com meu povo se não vos dissesse que em alguns círculos franceses, especialmente naquêles em que se gerou e prosperou a criminosa política de "não intervenção", começa a criar-se com relação à Espanha um clima que não corresponde nem aos sentimentos do povo francês nem aos verdadeiros interêsse dêste país.

ATUALIDADE DA QUESTÃO ESPANHOLA

Fala-se, diz-se, opina-se que a questão espanhola não é atual; que as condições internacionais não são favoráveis e que, portanto, não é possível levantar de novo o problema espanhol na assembléia da ONU.

Camaradas franceses! Não esqueço nem por um momento minha condição de exilada política na França. Isto põe em surdina minha voz e me obriga a não me imiscuir, nem de longe, na política francesa. Mas eu vos peço, a vós franceses, que nos destes os vossos melhores filhos, cujo sangue correu gloriosamente nas trincheiras de Madrid, que não permitais que tantos sacrifícios sejam estéreis!

Não consintais que a causa da Espanha seja abandonada, como se estivesse perdida e definitivamente fechada nos arquivos das Nações Unidas!

Peço-vos que façais o que estiver a vosso alcance para que o vosso representante na ONU defenda a causa da Espanha junto a tôdas as forças democráticas, até conseguir da ONU uma decisão de justiça, como corresponde aos desejos do povo espanhol!

Essa atitude de abandono é tanto mais lamentável quanto se produz exatamente quando Franco está em maiores dificuldades. No momento em que forças que até ôntem apoiaram Franco começam a retirar-lhe o apôio e a exigir uma mudança decisiva na política espanhola. No momento em que Franco procura realizar uma grande manobra política para conter a decomposição do seu regime, recorrendo à máscara de um chamado referendum popular, cujos resultados são conhecidos de antemão. É como se se aceitasse a validade dêsse referendo, considerando a ignóbil farsa da democratização do fascismo espanhol como real e satisfatória.

Não é possível, camaradas franceses, que nestes momentos, quando a resistência anti-franquista espanhola entre numa fase superior de luta, como demonstra a greve de 1.º de maio no país basco e as greves mais recentes de Pasajes e da Casa Ajuria de Vitória, se procure ignorar a existência do problema espanhol. Não é possível que quando cada dia tombam nossos gloriosos guerrilheiros na luta contra as fôrças repressoras franquistas, se diga que a situação internacional não é favorável à República Espanhola.

Antes se dizia, mentindo vergonhosamente, que nosso povo não lutava. Agora, quando não é possível silenciar a existência dessa luta, diz-se que a situação não é favorável.

Nós dizemos que não é suficiente constatar uma situação; as situações se modificam e se criam. E se a situação é desfavorável porque os grupos reacionários e imperialistas não querem que se resolva de maneira democrática e justa o problema espanhol, as fôrças democráticas unidas devem considerar uma questão que afeta a sua própria segurança acabar com o regime fascista na Espanha.

CUMPRAM-SE AS DECISÕES DA ONU

Nós, os espanhois, não pedimos que ninguém intervenha em nosso país. Só pedimos que não se demore por mais tempo o cumprimento das decisões da assembléia das Nações Unidas e que se estabeleça em torno da Espanha franquista um sério bloqueio econômico, que impeça Franco de reforçar a máquina de repressão contra o povo. O mais será feito pelas forças anti-franquistas espanholas, que hoje se sentem decepcionadas com a estranha política da Inglaterra e dos Estados Unidos em relação ao franquismo. O resto será feito pelo povo espanhol, que nunca poupou sangue nem sacrifícios na luta pela democracia e pela liberdade.

E termino, camaradas e amigos, desejando-vos muitos êxitos no vosso trabalho e na vossa luta pela consolidação e desenvolvimento da democracia na França, que é olhada com confiança e esperança pelos povos e os homens amantes da liberdade e do progresso de todos

Viva a amizade fraternal entre a França democrática e a Espanha republicana!

Viva o Partido Comunista Francês, guia e orientador, combatente e artifice do povo francês, continuador das mais belas tradições democráticas e progressistas da história gloriosa da França imortal!"

A Democracia Popular, Caminho Do Desenvolvimento Pacífico Na Polónia

Por **Wladislaw GOMULKA**

(Secretário geral do Partido Operário polonês)

N. da R. — Este artigo do vice-primeiro Ministro do govêrno da Polónia completa o que foi publicado no número 83 d' A CLASSE OPERÁRIA (23 de julho de 47) e esclarece as atuais condições daquele país, onde uma grande experiência política está em franco processo.

A necessidade de estabelecer a ditadura do proletariado para assegurar a vitória da Revolução, surgiu da própria correlação de fôrças das classes existentes na Rússia durante os acontecimentos de outubro de 1917. Diante da contra-revolução dos latifundiários, nos capitalistas, das fôrças da direita, generalizada nas cidades e aldeias e apoiada pela intervenção armada das potências capitalistas, a União Soviética tinha que agir pelo caminho da ditadura do proletariado.

A ditadura do proletariado nasceu em uma situação de guerra e de fome horrível, numa situação em que a revolução, ameaçada de derrota, tinha que esmagar completamente a sabotagem no fornecimento de gêneros para o exército, para a classe operária e para todos os que trabalhavam nas cidades. A Rússia revolucionária, lutando para manter o poder contra a contra-revolução interna e externa, precisava simultâneamente combater os invasores imperialistas para impedir a conquista de seu próprio território.

Uma vez que a contra-revolução interna se aliara aos intervencionistas estrangeiros, a ditadura do proletariado, como forma de poder estatal, era a maior garantia da defesa do país, da retenção do poder e da expulsão dos invasores imperialistas.

O problema da ditadura do proletariado, na situação existente então, se resumia assim: ou a Revolução de Outubro destruía a contra-revolução sem reparar nos meios para isto; ou, em caso de hesitação, seria estrangulada e destruída pela contra-revolução. Se não tivesse havido ditadura do proletariado na Rússia, se a Revolução de Outubro, depois de conquistar o poder, tivesse permitido, sob a correlação de fôrças então existente, resolver os problemas da reconstrução social pela via parlamentar, teria sido esmagada pelos latifundiários e capitalistas, que teriam estabelecido então sua própria ditadura e levado a efeito uma terrível repressão pela tentativa de privá-los de seu poder e de suas fortunas.

PODEMOS EVITAR, NA POLÔNIA, A DITADURA DO PROLETARIADO

Nós, na Polônia, agimos sôbre a base de que, nas condições políticas polonesas, a ditadura do proletariado, como forma de govêrno, pode ser evitada. Baseamo-nos para isto nas seguintes considerações:

1.° — A democrácia polonesa chegou ao poder durante a guerra, mas existe uma diferença básica entre a nossa situação e a situação da Rússia depois da Revolução de Outubro.

Nós tomamos o poder sem utilizar a fôrça da revolução contra a reação. A debilidade da reação nos permitiu aplicar os métodos democráticos no exercício do poder.

Nossa fôrça repousa no seguinte: conquistamos o poder sob o lêma de libertação do nosso país da dominação alemã, e fômos capazes de fazê-lo.

A reação era incapaz de utilizar sua influência ideológica na maior parte da população, foi incapaz de organizar as massas para luta pela nossa saída do poder, pois as massas compartilhavam de nossa opinião de que o principal objetivo da Nação era combater os alemães para libertar o país. Nessa luta, a potência da democrácia e do govêrno criado por ela se fortaleceu.

A ditadura da classe operária, a classe que estava e está na vanguarda do campo democrático, foi desnecessário, pois a resistência da reação não se apoiava em uma ampla onda contra-revolucionária. A reação foi incapaz de organizar semelhante resistência.

Quando tomamos o poder, em julho de 1944, tinhamos a certeza da vitória sôbre a Alemanha. A classe operária na Rússia, quando chegou ao poder em 1917, deparou-se com a catástrofe na guerra e com a ameaça de que seu país fôsse arrasado pelo imperialismo, com o qual estava aliada a reação interna.

3.° — Quando tomamos o poder tivemos que enfrentar apenas com o *boicot* da reação mundial, que se negou a reconhecer imediatamente nosso govêrno da Polônia que renascia. No entanto, a luta, no nosso caso, limitou-se a suprimir as atividades dos grupos diversionistas da reação polaca. Isto, devido ao crescimento da fôrça da democrácia mundial, resultante da derrota do fascimo durante a guerra. Esta fôrça é hoje muito maior do que no momento da queda do tsarismo. A reação mundial não pôde organizar uma ajuda mais ampla à reação polaca, porque a correlação das fôrças politicas em seus respectivos paises não lhe permitia fazê-lo.

Estamos assistindo ao crescimento das fôrças democráticas na França, depois da segunda guerra mundial. Vemos também o seu desenvolvimento na Inglaterra, onde a Nação se pronunciou contra a reação, dando seu voto ao Partido Trabalhista. O mesmo [illegible] outros paises. Checoslováquia, Rumânia, Itália [illegible] democrácia cresce por tôda parte.

Esta potência da democrácia mundial está fortalecendo nossa própria democrácia, pois não permite à reação mundial prestar à reação polaca a ajuda que os latifundiários e capitalistas da Rússia tsarista receberam durante os primeiros anos da Revolução socialista.

Devemos recordar que a classe operária da Rússia, quando tomou o poder, teve que enfrentar a intervenção armada de 14 Estados capitalistas que queriam estrangular a Revolução de Outubro.

4.° — Quando tomamos o poder, também nos encontramos com grande dificuldade econômicas, que ainda hoje estamos sentindo. Mas nossas dificuldades, nossa escassez de provisões são muito menores, e as poderemos superar muito mais facilmente, entre outros motivos porque a U.R.S.S. nos presta sua ajuda, enquanto a Rússia revolucionária teve que resolver exclusivamente por si mesma os seus problemas. Por um lado, os Estados capitalistas tratavam de separá-la com uma cêrca de arame farpado do resto do mundo, enquanto a contra-revolução interna organizava a sabotagem e desencadeiava o terrivel desastre da fome sôbre

(Conclui na 11.ª pág.)

La Passionaria Denuncia:

FRANCO ESTÁ VENDENDO A ESPANHA AO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

OS DOIS MAIORES AERÓDROMOS DA EUROPA EM CONSTRUÇÃO PELOS AMERICANOS NA ESPANHA — PRETEXTO PARA UMA NOVA «NÃO INTERVENÇÃO» A TESE DE QUE NÃO E' MAIS OPORTUNO LEVANTAR O PROBLEMA ESPANHOL NA O.N.U. — O POVO ESPANHOL PODE DERRUBAR FRANCO COM OS SEUS PRÓPRIOS RECURSOS

Dolores Ibarruri, a grande lider do povo espanhol, assistiu ao XI Congresso do Partido Comunista Francês. Victor Michaud, que presidia uma das sessões, convidou-a a falar, dizendo o seguinte: «Agora vou dar a palavra à representante de um Partido irmão, que nos é especialmnte caro; a uma grande figura que representa um povo martirizado, à camarada Dolores Ibarruri, secretária geral do Partido Comunista Espanhol e vice-presidente das Côrtes da República Espanhola». Saudada por uma grande ovação e com a Internacional, cantada pelos congressistas, «La Passionaria» pronunciou o seguinte discurso:

«Camaradas: E' para mim uma honra e uma profunda satisfação saudar o vosso congresso, em nome do Partido Comunista de Espanha; em nome dos comunistas que há onze anos lutam, numa guerra sem quartel, para destruir o fascismo espanhol e restabelecer na Espanha a democracia e a liberdade. Eu quero saudar com respeito e carinho a direção do Partido Comunista Francês, e muito especialmente o nosso caro camarada Maurice Thorez, que numa situação nacional e internacional muito complicada e dificil inspira e dirige a politica do P.C.F., não somente no interêsse da classe operária, mas no interêsse de todo o povo, no interêsse das fôrças progressistas da França, no interêsse da nação francêsa...

Agradeço-vos a oportunidade que me ofereceis de levantar desta tribuna de ressonância internacional, apesar de seu caráter nitidamente francês e nacional, ou talvez por isso mesmo, a questão espanhola. E levanto essa questão, não como um simples pedido de solidariedade e justiça para com o meu povo heróico, mas como uma questão que afeta dirêtamente à segurança da França e o desenvolvimento e a consolidação da democracia em todos os paises.

ESPANHA, PROBLEMA INTERNACIONAL

Devemos considerar a questão espanhola não como um assunto isolado e independente, que afete sómente à peninsula ibérica, mas como um dos aspectos da luta que se trava no campo internacional entre as fôrças democráticas e a reação que levanta ameaçadoramente a cabeça.

Há onze anos, na época de nossa guerra libertadora, Stalin declarou: "Libertar a Espanha da opressão dos reacionários fascistas não é assunto privativo dos espanhóis, mas causa comum de tôda a humanidade avançada e progressista." E isto, que era verdade ontem, o é igualmente hoje, com uma evidência trágica e sangrenta.

Tôda a reação internacional, que manobra e se esforça por tornar estéreis os tremendos sacrificios realizados pelos povos em sua luta contra a tirania fascista e contra os ocupantes estrangeiros, quer salvar Franco, quer servir-se dêle como de um dócil instrumento em seus planos imperialistas e anti-democráticos.

Os circulos reacionários imperialistas que sonham com o domínio do mundo, continuam com o método hitlerista de colocar onde lhes interessa govêrnos abertamente fascistas ou govêrnos "manobráveis" e "compreensiveis", dispostos a subordinar os interêsses nacionais a interêsses estrangeiro, desdenhosos do sentimento de pátria e inimigos da soberania e independência nacional em cada país.

EM AÇÃO O IMPERIALISMO AMERICANO

Madeleine Braun falava há pouco do Gibraltar americano na Espanha.

É certo, camaradas; na luta pela hegemonia mundial, os imperialistas americanos obtiveram de Franco o que nenhum govêrno honradamente espanhol jámais teria entregue.

Franco entregou aos americanos pedaços do solo espanhol, não sómente em troca de um punhado de dólares, mas em troca de uma politica de apôio e transigência com o seu regime. Franco autorizou os americanos a construirem no coração da Espanha, em Madrid, e no centro mais importante de nosso país, na Catalunha, dois grandes aeródromos servidos por soldados e técnicos americanos, aeródromos considerados os maiores da Europa.

Assim, os americanos deram o primeiro passo para fazer da Espanha não sómente uma cabeça de ponte de sua penetração comercial futura na Europa, mas também um ponto de apôio estratégico no Mediterrâneo, situando-se nas costas da França e sôbre as rotas militares e comerciais da França com o Marrocos e as do Império inglês, exatamente o mesmo objetivo que Hitler se propôs em 1936, ao provocar a sublevação militar fascista na Espanha.

Mas a penetração americana na Espanha se choca com os interêsses da Inglaterra, firmada há muito tempo em nossa Pátria.

Para contrabalançar a influência americana, o govêrno inglês, isto é, um govêrno socialista, em lugar de apoiar as fôrças populares democráticas e anti-franquistas, apoia Franco, oferecendo-lhe créditos, assinando novos tratados comerciais e proporcionando maquinaria e material elétrico, sem o que a situação econômica e industrial de Franco seria extremamente difícil.

REPETE-SE A FARSA DA "NÃO INTERVENÇÃO"

E nós temos que denunciar que enquanto se nega ao povo espanhol ajuda para se desembaraçar do regime franquista, com o pretesto de "não-intervenção em assuntos espanhóis", está-se repetindo vergonhosamente a politica da "não intervenção", intervindo descaradamente a favor de Franco e contra o povo espanhol.

Nêsse panorama político orquestrado e criado para levar ao desespero o povo espanhol, fechando-lhe tôda esperança numa próxima recuperação de sua liberdade, apesar da última resolução da Assembléia das Nações Unidas, destaca-se a conduta favorável à República Espanhola [illegible] União Soviética, **Polônia**, Checoslováquia, Iugoslávia, Bulgária, Albânia, Rumânia, Hungria, de algumas Repúblicas americanas e da França. Da França, desta França da grande Revolução e da Comuna, que não desmente suas tradições hospitaleiras e

(Conclui na 11.ª pág.)

1 — HISTÓRIA DE TIRADENTES — A dominação colonial portuguesa, aproximando-se do fim, tornava-se cada dia mais tirânica. Imperava o regime do chicote, a liquidação brutal de qualquer veleidade libertária.

2 — Mas era impotente para impedir que, em Paris, um estudante brasileiro, José Joaquim da Maia, conferenciasse com o embaixador ianque Jefferson, apelando para a ajuda americana a fim de libertar o Brasil...

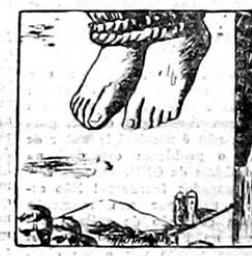
3 — ... enquanto na própria Colónia o alferes Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes — estimulava a crescente revolta popular contra a Metrópole e sua exploração, contra a cobrança do "quinto da extração do ouro...

4 — ... numa conspiração que objetivava a independência do Brasil e da qual participavam simples homens do povo e intelectuais. Era já a consciência nacional em rebeldia, seguindo o exemplo dos EE.UU. e França.

5 — Em 1789 os planos estavam completos. Tiradentes os transmitia aos demais patriotas que com êle conspiravam: Gonzaga, Claudio Manuel da Costa, diversos padres e oficiais das fôrças armadas, homens do povo.

6 — Mas um traidor se infiltra entre êles: Joaquim Silvério dos Reis. Esse acreditava na eternidade da dominação portuguesa no Brasil e nunca na independência da Pátria. O estrangeiro sempre "pagou" bem.

7 — Silvério delata a conspiração ao Governador Geral português. Tiradentes e seus companheiros são presos. Uns deportados para a costa da África, outros suicidam-se nas prisões como Claudio Manuel da Costa.

8 — Tiradentes entretanto tem a marca dos heróis. Êle crê na independência, confia no futuro de sua Pátria. Confia em seus irmãos. Assume inteira responsabilidade diante do tribunal a soldo de estrangeiros opressores.

9 — Os algozes portugueses levam-no à forca. Mas nem um momento sequer êle fraqueja. Não se retrata. Não tem uma palavra de arrependimento. Prefere a morte ao cativeiro. Um exemplo para os dias de hoje.

10 — Sua figura formidável de lutador pela libertação da Pátria merece ser lembrada hoje como um simbolo a inspirar todos os patriotas, todos os que lutam pela emancipação politica e econômica do Brasil.